5165
ITON 130-P

3632
P.

LISBOA ANTIGA

O BAIRRO ALTO

POR

JÚLIO DE CASTILHO

3.ª EDIÇÃO
DIRIGIDA, REVISTA E ANOTADA
POR GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

VOLUME I

LISBOA
1954

LISBOA ANTIGA

O BAIRRO ALTO

LISBOA ANTIGA

O BAIRRO ALTO

C. M. L.
GABINETE
DE ESTUDOS
OLISIPONENSES

LISBOA ANTIGA

O BAIRRO ALTO

POR

JÚLIO DE CASTILHO

3.ª EDIÇÃO

DIRIGIDA, REVISTA E ANOTADA
POR GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

VOLUME I

LISBOA

OFICINAS GRÁFICAS DA C. M. L.

1 9 5 4

3554

LISBOA ANTIGA

O BAIRRO ALTO

POR

JÚLIO DE CASTILHO

3.ª EDIÇÃO

DIRIGIDA, REVISTA E ANOTADA
POR GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

VOLUME I

LISBOA
OFICINAS GRÁFICAS DA C. M. L.
1935

Duque d'Ávila e de Bolama

C. M. L.
GA E
DE E JDOS
OLISIP N S

À

VENERADA MEMÓRIA

DE

SUA EXCELÊNCIA

O

DUQUE D'ÁVILA E DE BOLAMA

A QUEM PORTUGAL DEVE
O EXEMPLO
DO TALENTO AO SERVIÇO DA BONDADE,
O MODELO
DA HONRADEZ INCONCUTÍVEL,
E
DO ZÊLO NO TRABALHO.
POLÍTICO SÉRIO, PATRIOTA VERDADEIRO,
ADVERSÁRIO LEAL,
AMIGO DEDICADO E GRATO.

LUMIAR — MAIO DE 1902.

J. de C.

A

PEQUENINA MEMORIA

DE

SUA EXCELLENCIA

O

DUQUE D'AVILA E DE BOLAMA

A QUEM Portugal deve

O EXEMPLO

DO TALENTO AO SERVIÇO DA MONARCHIA,

O MODELO

DA HONRADEZ INCORRUPTIVEL,

E

DO ZÊLO NO TRABALHO.

Politico sêrio, Patriota verdadeiro,

Adversario leal,

Limpo pensador e orador.

Lisboa — Maio de 1900.

A. de C.

Se é Portugal a digna corôa da Europa, Lisboa resplandece como digno carbúnculo em tal corôa; é a acrópolis do Tejo, a cidade dos mármores, dos templos, dos palácios, dos jardins; a cingida de verdura, de flôres, de abundância; a mãe dos grandes homens, das grandes armadas, e de uma família grande de cidades espalhadas nas cinco partes do orbe.

CASTILHO. — *Quadros históricos de Portugal. (Tomada de Lisboa).*

NOTA PRÉVIA

Foi em 1879, com a publicação do volume *O Bairro Alto*, que Júlio de Castilho iniciou a sua admirável obra de investigação histórica da capital. Êsses estudos, que haviam de consagrar o seu autor como fundador e Mestre da Olisipografia, tiveram a sua origem nas *Memórias de Castilho*, cujo primeiro volume, todavia, só apareceu em 1881.

Logo no início da redacção desta obra, desejando Júlio de Castilho estudar o sítio em que se levanta o prédio em cujo primeiro andar nasceu o grande Poeta que foi seu Pai, começou a percorrer a *Chronica* de Baltazar Teles e redigiu logo um capítulo, que se acrescentou com três ou quatro mais. Depois, vendo que êsse ponto acessório se ia desenvolvendo com sucessivas excavações bibliográficas e documentais, alastrando demasiadamente, deu-lhe o autor toda a largueza, escrevendo de seguida um volume exclusivamente, dedicado àquêle trecho da cidade. Assim nasceu a primeira edição de *O Bairro Alto*

e assim o futuro autor da *Lisboa Antiga* tomou o gôsto da velha crónica lisboeta, em que viria a ser autoridade respeitada pelos comtemporâneos e pelos pósteros.

De 1902 a 1904, o volume de *O Bairro Alto*, consideràvelmente ampliado, desdobra-se, numa segunda edição, em cinco tomos, em que a parte ocidental da cidade começa a ser estudada a fundo, como já o haviam sido os bairros orientais, nos sete volumes da *Lisboa Antiga*, aparecidos de 1884 a 1890. Desta forma, Júlio de Castilho ia estendendo o seu campo de investigador olisiponense, que já em *A Ribeira de Lisboa* (1893) nos dera uma magistral descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho.

Tendo reeditado, de 1934 para cá, com as ampliações deixadas pelo seu autor, a *Lisboa Antiga* e *A Ribeira de Lisboa* — a primeira em doze, a segunda em cinco volumes, respectivamente anotadas pelos Srs. Eng.º Augusto Vieira da Silva e Luiz Pastor de Macedo — a Câmara Municipal de Lisboa não podia deixar de completar essa tarefa ordenando a reimpressão de *O Bairro Alto*. É o que se faz agora. E para tanto encarregou o Município de dirigir e anotar esta nova edição da notável monografia de Júlio de Castilho um dos seus discípulos mais ilustres, a quem se deve uma obra de investigação olisiponense que é digna continuadora da obra de Castilho: — Gustavo de Matos Sequeira.

Julho de 1950.

PREFÁCIO EXPLICATIVO

Quando em 1879 saíu dos prelos o primeiro volume da *Lisboa Antiga*, onde o insigne Júlio de Castilho enfeixou os seus primeiros estudos investigadores sobre o Bairro Alto de São Roque, provindos das «Memórias de Castilho» onde se lhe abrira o caminho para sua grandiosa obra de ressurreição da história da cidade, o meu saüdoso e querido Mestre decerto não visionou o interêsse excepcional que tal obra viria a despertar. Os estudos dispersos que até então se tinham publicado eram fragmentários e incompletos, e veiu-lhe a tentação de tentar, subordinada a um plano, uma obra que completasse, pelo menos, as suas investigações apaixonadas sôbre a casa onde lhe nascera o pai — o grande António Feliciano de Castilho — na Rua da Tôrre de São Roque.

A seguir a esta, que estudara a génese dos bairros ocidentais de Lisboa, num escasso volume, seguiu-se uma segunda parte respeitante aos Bairros Orientais, desenvolvida em oito volumes. O êxito acrescentou-se; o assunto recrudesceu

de interêsse, e, pouco a pouco, foi-se criando um ambiente de amoroso acolhimento á obra do historiador. Os discípulos afluiram a ouvi-lo, quási se estabeleceu uma Aula de Olisipografia na sua atraente casinha do Lumiar, e, despertado o gôsto por tal género de trabalhos, outros entraram a tentar aquêle estudo apaixonante.

A Câmara Municipal de Lisboa, animada por uma orientação inteligente, vendo como os trabalhos de investigação se desenvolviam e apuravam, contadas já algumas dezenas de obras que seguiam na esteira do Mestre, procurando esclarecer as suas dúvidas e completar as suas investigações, e saindo da árdua estrada trilhada para outras veredas divergentes, em 1933, por proposta do Vogal da sua Comissão Administrativa, o Sr. Luiz Pastor de Macedo, resolveu adquirir os originais preparados pelo autor para uma reimpressão da *Lisboa Antiga*, e fazer essa reimpressão que a morte de Castilho deixara apenas em projecto. Dirigida e anotada pelo ilustre olisipógrafo Sr. Engenheiro Augusto Vieira da Silva, a segunda edição dos *Bairros Orientais*, começou a saír em 1934, e em 1938 completava-se com o XII volume. Os oito tomos da primeira edição desdobravam-se asssim em doze, entrando no mercado livresco com indiscutível aplauso, dado que a anterior edição que se tornara rara e quantiosa, disputada em almoedas por amorosos coleccionadores, não podia entrar nas bibliotecas modestas de muitos estudiosos.

De novo o Município se voltou recentemente para o assunto, cada vez mais oportuno pelo crescente desenvolvimento de tais estudos, e, reflectindo que o primeiro volume da primeira edição — o que tratava do Bairro Alto de São Roque — ficara não esquecido mas reservado para outra oportunidade de reimpressão, dado que o autor o desdobrara em cinco tomos, numa segunda edição, começada a imprimir em 1902, resolveu tornar a reimprimir essa história do Bairro Alto, cometendo a um discípulo do Mestre a sua direcção e as anotações e acrescentos que novas fontes de informação descobertas, depois da morte de Castilho, exigiam se fizessem, não para corrigi-lo, mas para esclarecer as dúvidas que o assaltaram, e menos para acertar um ou outro ponto, do que para homenagear o grande evocador da cidade, o historiador-poeta, desvendador que foi dos segredos da vida da grande póvoa do Tejo.

A sua obra de cabouqueiro iluminado, de investigador de apurada visão, de cronista de rara sensibilidade, não pode diminuir-se com o acertar de uma data ou com o desmoronar de uma conjectura. Êle foi o pioneiro de tais estudos, o desbravador de matos cerrados, e o primeiro, portanto, a sofrer os efeitos do seu próprio deslumbramento, e das miragens enganadores entrevistas atravez de cada clarão que o atingia. Os que o seguiram, achado aberto o caminho tão custosamente desbravado, mais felizes, e com outra calma, puderam, encontrando pressentimentos na grande lição da Lisboa Antiga, dirigir-se

para outras veredas onde se lhes depararam novas fontes e outros caudais de informação — os pergaminhos dos aforamentos, os rois das desobrigas, os arquivos particulares, os tombos paroquiais. Lendo o Prólogo da primeira edição e a Advertência da segunda, textos separados por vinte e três anos, o leitor verá como Júlio de Castilho se lamentava dessa falta de informação e como a sentia essencial para a sua emprêsa, e, ao mesmo tempo, como êle reconhecia que a Verdade nem sempre seria atingida. E rogava aos estudiosos o continuassem e o acertassem. Êste pedido sincero do Mestre, é agora atendido, e é o seu menor discípulo, aquêle que todos os dias feriais ia até o Lumiar ouvi-lo e aprender, quem vai ter a honra de colaborar com êle, como já a tivera no quinto volume da segunda edição de *O Bairro Alto.*

*

A «verdadeira notícia», escrita por Mário Sá, em 1922, com o título *Origens do Bairro Alto de Lisboa*, dada primeiro em conferência efectuada na Associação dos Arqueólogos Portugueses, é, realmente, uma notícia verdadeira. Mário Sá, com a sua inteligência vivíssima e o seu poder de penetração, tocou, sem dúvida, a ferida, e se mais enfronhado estivesse nos estudos olisiponenses, poderia ter, logo de chofre, resolvido o problema em tôdas as suas dificuldades. Mesmo assim, porém, o serviço por êle prestado foi inestimável.

A origem do Bairro Alto e a dos das Chagas e Santa Catarina, achara-se sem a menor objecção a fazer.

É seguindo essa «verdadeira notícia», e glozando-a, (que prazer daria o conhecimento dela a Júlio de Castilho!) que vou tentar fazer a revisão do que se tem escrito sôbre êstes bairros ocidentais para onde Lisboa se extravasou nos princípios do quinhentismo, reinando em Portugal o venturoso Manuel.

*

Antes que o Rei D. Fernando I cintasse de muros a sua Lisboa, na previsão de outro ataque e de outro cêrco como o que lhe fizera o soberano castelão, assolando-a e destruindo os seus bairros desprotegidos da defesa antiga, o arrabalde do Poente, para lá da barroca de São Francisco, e do Mosteiro do Santo Espírito da Pedreira que coroavam o outeiro ao descaír violentamente para a praia da Oura, para o vale onde se erguiam os templos de Santa Justa, São Nicolau e São Julião e para a baixa alagadiça do Rossio, salvo alguns casarios que começaram a marinhar a vertente e se tinham ido aninhar, nas vizinhanças do Estudo Geral, e às bandas da estrada pública, nomeada da *Pedreira*, era formado por campos de cultivo — olival, terras de semeadura, hortas e ferragiais — semeados por um ou outro casal e por uma ou outra residência de cultivadores.

Num dos cómoros, ao Norte da estrada, que também se chamava «de Santos» por ser a via de comunicação com o vetusto Mosteiro das Donas

de São Tiago, ou da «Orta-Navia», por também conduzir os lisboetas ao sítio deste nome (a Fonte Santa, de agora), alvejava uma Ermida, com um cenóbio fradesco atinente, ermida que o Rei D. Afonso II, doara em 1218, aos frades trinos, que tinham vindo de França, ajudar as nossas hostes a ganhar aos moiros a vila de Alcácer do Sal. Era a Ermida de Santa Catarina, cuja situação podemos fixar hoje, com a possível exactidão, no pátio que fica ao fundo da actual Cervejaria da Trindade, na Rua Nova da Trindade, (sítio correspondente ao canto Levante-Norte do claustro grande do Convento), e que os frades demoliram em 1564.

A seguir à «Pedreira do Almirante» (Manuel Pessanho) todo o território sotoposto ao cómoro onde estava êste templo e que alastrava para o Poente, resvalando em ondulações até a estrada, ganhara assim o nome de «Santa Catarina», e «de Santa Catarina» também se ficara nomeando o térreo que se aninhava ao Poente do mosteiro franciscano. Quando D. Fernando mandou construír a nova cêrca, o influxo de tal nome era ainda tão forte que as portas torrejadas que a fechavam nêste ponto (ao alto do nosso Chiado de agora) se ficaram chamando «de Santa Catarina», e ainda o Postigo, aberto na muralha em frente à Portaria do Mosteiro da Trindade, em 1556, por Frei Salvador de Melo, no local de um quintal dos frades, igual nome teve do público. Só muito mais tarde passou a chamar-se-lhe «da Trindade», nome que tinha quando foi demolido pelos Trinitários em 1682.

A nova »Vila» que D. João I mandou casear, em 1410, de Santa Catarina igualmente se chamou fazendo esquecer a antiga toponímia de «Pedreira», que se aplicou primeiramente à estrada que passou a atravessá-la, desde o pendor do outeiro sôbre o vale da actual Baixa até às Portas da nova muralha defensiva que a separava do arrabalde. A devoção de Santa Catarina era muito grande nêsses tempos. A segunda capela do lado da Epístola, a contar do Cruzeiro, no templo dos Trinos, era-lhe também dedicada, e foi aí que a Confraria dos Livreiros de Lisboa, instituída por Frei Afonso da Cunha, se estabeleceu em 1480 e foi dela que se derivou a igreja, fundada em 1557, e a freguesia de Santa Catarina, para onde os Livreiros mudaram a sua Irmandade em 1570.

O padre João Baptista de Castro, no seu «Mappa de Portugal», cometeu o lapso de citar esta Confraria como vinda para o novo templo fundado pela Rainha D. Catarina nos altos de Belver, da Ermida de Santa Catarina de Ribamar, sacelo que andava anexo à freguesia lisboeta de Santa Cruz do Castelo, cujos párocos apresentavam o cura de São Romão de Carnaxide, e onde a paróquia cobrava dízimos. Fiado no excelente informador, que é o autor dessa obra, Júlio de Castilho repetiu o asserto, e Mário Sá, no seu folheto-mestre «As Orígens do Bairro Alto de Lisboa», aceita-o com a suposição de que tal ermida ficava, não em Ribamar (freguesia de Carnaxide), mas no outeiro dominador de panoramas que é o chamado hoje «Alto de Santa Catarina». Como se viu, a ermida

junto da qual se fundou, em 1551, um Convento de Arrábidos, no local ainda agora nomeado por Ribamar, nada tem com êste território de Santa Catarina às abas de Lisboa, nem jámais saíu do seu apartado lugar, onde se ergueu o cenóbio fundado pela filha de D. Jaime, Duque de Bragança, que veiu a ser mulher do Infante D. Duarte, filho do Rei D. Manuel.

Entremos agora propriamente no assunto do Bairro Alto.

Já em tempo do «Rei de Boa Memória», todo o térreo vizinho do muro fernandino, ao Poente das Portas de Santa Catarina, cortado a meio pela estrada «de Santos» ou «da Horta Navia», que torcicolava seguindo o actual enfiamento do Loreto, Calhariz, Combro, Poço Novo, etc., formava-se de duas Herdades. A que ficava para o Sul, descaindo até Cata-que-farás e praias que se enfiavam para a banda de Santos, chamava-se «da Boa Vista»; a que subia para o Norte e Poente, curvando-se em montículos até a Cotovia e os Moinhos de Vento, nomeava-se «de Santa Catarina». Pertenciam ambas ao famigerado Guedelha Palançano, astrólogo e cirurgião de grande prestígio no seu tempo, aquele que fez o seu trágico vaticínio a D. Duarte quando ia a ser aclamado Rei, aconselhando-o a não consentir na cerimónia antes do meio dia, por os astros não se acharem propícios. Com tais herdades o merceara D. João I, talvez confiscadas a algum fidalgo parcial de Castela, na suposição de Mário Sá. Apesar de toda a animadversão do Rei aos hebreus, Palançano conti-

nuou na boa aceitação do monarca. Os tumultos e as restrições contra os de Nação, em 1449 e 1468, não alteraram o seu valimento. Mestre Guedelha continuava privilegiado por D. Afonso V, como o fôra por D. João I e por D. Duarte, e D. João II mantem-no fazendo-o seu Provedor e merceando-lhe a família, como se vê no folheto de Mário Sá.

Só em 1482, com o reflexo, entre nós, da onda de perseguições feitas em Castela, é que os israelitas viram em perigo as suas vidas e fazenda, e entre eles a filha de Mossem Cação, já então viuva de Mestre Guedelha. Dona Judia, se chamava ela. Atemorizada da onda de animadversões contra a sua raça, vendo em risco os seus bens, que o marido já não podia defender com o seu valimento, entrou em tratos de os preservar, primeiro aforando ao Estribeiro de el-Rei Filipe Gonçalves as herdades da Boa Vista e de Santa Catarina, e depois vendendo o seu domínio directo ao fidalgo Luiz de Atouguia, Tesoureiro do Duque de Beja (depois Rei D. Manuel). A primeira medida foi tomada em 1487, por escritura de 27 de Julho nas notas do tabelião Álvaro Afonso; a segunda, não se sabe ao certo em que ano, mas, talvez, próximo de 1498, data em que os judeus foram expulsos de Portugal por el Rei D. Manuel. Filipe Gonçalves, o enfiteuta das duas herdades arrabaldinas, tão vizinhas da cidade que resfolegava de gente, assentou a sua pousada no alto da herdade de Santa Catarina, à margem do caminho que vinha de Cata-que-farás para o «Pé de mú» e Cotovia, se não aproveitou a residência do pró-

prio Mestre Guedelha e de Dona Judia. Segundo se pode inferir também do texto das escrituras de aforamento que depois se sucederam, esta casa estaria, possìvelmente, n'uma propriedade que não era incluida nas herdades aforadas e que já pertenceria ao citado Filipe Gonçalves, e teria sido esta circunstância, que o levaria a tomar de fôro os terrenos vizinhos das duas herdades de Dona Judia.

Nos bens de Filipe Gonçalves, sucedeu sua filha Francisca Cordovil, tornada assim noiva apetecida, e logo encontrou marido n'um fidalgo de nome Bartolomeu de Andrade, já viuvo de uma sua prima, D. Helena de Andrade, também viuva de outro seu parente. Ao entrarem nesta história os Andrades, deve abrir-se como que um novo capítulo, dado que os Nobiliários tanto lhes entrelaçaram e confundiram os ramos, que se fica em risco de não sairmos do matagal genealógico.

*

Júlio de Castilho perdeu-se na brenha armada pelos linhagistas, e eu não sairei da sua orla para não me suceder o mesmo, tanto mais que os antepassados de Bartolomeu de Andrade não interessam à história do Bairro Alto de São Roque, visto que as herdades que o originaram e aos seus vizinhos de Santa Catarina e das Chagas, vieram ao fidalgo Andrade, por via de sua 2.ª mulher Francisca Cordovil e não por herança da primeira, aquela Helena de Andrade suposta

filha de João de Altero de Andrade. Os «Pais», os «Alteros» e os «Andrades», ligaram-se no alvorecer do quinhentismo, e não é fácil destrinçar as suas ligações. Castilho, aceitou Bartolomeu de Andrade, como filho do Almoxarife das Tercenas e Armazéns do Reino Gil Tomé Pais e de sua mulher Isabel de Andrade (ou Isabel Afonso de Andrade), e aceitou a sua primeira consorte, Helena de Andrade, viuva de João de Altero de Andrade, como filha de um Rui Pais de Andrade, dando-lhe, do seu primeiro enlace, filhos que foram do segundo. Não era facil, sem documentos directos, e só com a lição das linhagistas, acertar com as ligações entre êstes fidalgos.

Fôsse como fôsse, Bartolomeu de Andrade, Escudeiro Fidalgo, acrescentado a Cavaleiro Fidalgo com 1.360 reais de moradia, soldado da armada do Duque D. Jaime à tomada de Azamor, na lição do autor da *Lisboa Antiga*, já falecido em 1521, e residente que foi na pousada arrabaldina em frente à ermida de São Roque, fundada no periodo manuelino, para albergar as relíquias dêste santo oferecidas pela Senhoria de Veneza, em 1506, foi o verdadeiro urbanizador do arrabaldo do Poente de Lisboa que, por êle, se veiu a chamar «Vila Nova de Andrade».

Lisboa arfava de população. Gente dos Ofícios do Mar, pilotos, cartógrafos, mestres de naus, mareantes, petintais, calafates, remolares, mal se continham já dentro das muralhas da Cêrca de D. Fernando. A «Vila Nova de Santa Catarina» abarrotava de encontro aos muros. A 26 de Dezem-

bro de 1500, D. Manuel, sentindo o resfolegar da cidade, ordenou o corte dos olivais intra-muros. A «Vila Nova do Olival» (o actual Bairro do Carmo) crescia dia a dia, e os aforamentos sucediam-se para o erguer do casario. A margem do rio, cavada como a da Banda de Além, estendia-se em praias ganhas ao Tejo, hora a hora. Cata-que-farás crescia e o Corpo Santo povoava-se. Bartolomeu de Andrade, Lopo de Atouguia, ou os dois em conjunto, viram o problema e o negócio. Um, o senhor do domínio directo, outro o senhor do domínio útil das herdades que tinham sido do Guedelha Palançano, trataram entre si o sub-aforamento de todo aquele território, dividindo-o em chãos para construção de casas. Nas notas do tabelião de Lisboa, Braz Afonso, foi lavrada então uma escritura (em 15 de Dezembro de 1513) entre o foreiro Bartolomeu de Andrade e o senhor do domínio directo, Lopo de Atouguia, filho do Luiz de Atouguia que comprára as herdades a Dona Judia, viuva de Mestre Guedelha. Ao Andrade ficava o fôro e as quarentenas ou vintenas, e ao Atouguia os dízimos dos fóros. Esta data, diz, e bem, Mário Sá, é o início da nova Lisboa de quinhentos, marcando a chegada de um novo Ulysses — o fidalgo Bartolomeu de Andrade.

E os aforamentos começam, e as ruas entram a talhar-se, primeiro na Herdade da Boa Vista, que precedeu a de Santa Catarina neste afan de urbanização. As ruas que começaram a ser designadas por rua primeira, rua segunda, rua do Norte, entraram, pouco a pouco a nomear-se

e a individualizar-se. Uma era a das «Froles» (ou Flores, que ainda permanece), outra era a «do Castelo», outra «da Barroca do Mar», outra a «do Outeiro», outra a «do Cabo», e de Cata-que-farás às portas de Santa Catarina e a estrada de Santos, as serventias iam-se alinhando, aforados os chãos por gente do mar que se obrigava a erguer a casa de pedra e cal, em metade do terreno aforado, pelo menos, sujeitando-se à multa de vinte cruzados de oiro se a não edificassem dentro de três anos. Mário Sá dá notícia de alguns dos primeiros aforadores, e o anotador, que compulsou por gentil cedência dele, todos os pergaminhos em seu poder, não se esquece do mercador Jácome de Holanda, do Capelão de Tristão da Cunha, do capitão Gonçalo Eanes, e de outros nomes de gente do mar com que Lisboa inchava. Do Loreto e do Combro até à margem, em pouco tempo o térreo da Boa Vista foi aforado. Vila Nova de Andrade, ao começar o segundo quartel do quinhentismo, era uma realidade urbana.

A Herdade de Santa Catarina que subia em dobras de olival e hortejos para os Moinhos de Vento, principiada, também, então a urbanizar (hajam vista as ruas do Norte e da Barroca, já citadas nos primeiros aforamentos), mais distanciada da ourela do rio, e, mais tarde influenciada pela vinda dos Jesuitas para São Roque, tomou no seu povoamento um «facies» diferente. Com a gente marinheira, afluiram ali, n'um cardume, os fidalgos que pousavam na cidade velha da banda Oriental, tentados pela vizinhança dos Regulares

da Companhia de Jesus e pelo lavado dos ares da nova Vila que, no final do século, se passaria a nomear «Bairro Alto de São Roque».

Bartolomeu de Andrade e Francisca Cordovil, que residiam na pousada de seu sogro e pai, o o Estribeiro de El-Rei Filipe Gonçalves (hoje representada, ao que parece, pela residência que foi dos Condes de Lumiares e a que se chamou «palácio das Lascas» que era a cabeça da quinta de São Roque) deviam de já ser falecidos em 1521. Nêste ano aparece a fazer um dos sub aforamentos, um dos seus filhos, Nicolau de Altero de Andrade, que casára com uma prima co-irmã, Maria (ou Marta) de Andrade, filha de Pedro de Andrade, irmão de seu pai, e de Catarina André Coelho.

O território das duas herdades, fôra partilhado entre os filhos dos proprietários do domínio útil. Além de Nicolau, Bartolomeu de Andrade tivera do seu casamento com a rica herdeira dos prazos aforados a Dona Judia, pelo menos, mais duas filhas, Isabel e Brites. Esta casou com um Bastião da Costa, Escrivão da Câmara de el-Rei D. João III, e Isabel, com o fidalgo Vasco de Pina, Comendador do Rosmaninhal, Vedor da Casa dos Infantes, Alcaide Mór de Alcobaça, Vedor dos Pinhais Reais de Leiria e Capitão ilustre em África, e, em segundas núpcias, com D. Martinho Vaz da Cunha, da casa dos Senhores da Tábua. Parece que a esta (que Castilho, não sei com que fundamento, tomou como filha do primeiro casamento de Bartolomeu de Andrade) coube a quase totalidade da Herdade

da Boa Vista, pois, é nos seus descendentes e herdeiros que se encontra o senhorio dos domínios úteis dos prazos ao Sul da estrada de Santos, Horta Seca, Santa Catarina, Chagas, etc.

A Brites de Andrade, mulher de Bastião da Costa, coube parte da de Santa Catarina, pelo menos a orla ocidental que marginava o caminho até São Roque, desde o cruzamento da estrada de Santos com a carreira que vinha de Cata-que-farás (Rua do Alecrim) e, possìvelmente, outros tratos da parte Sul da Herdade. A Nicolau de Altero de Andrade, além da Quinta de São Roque, (se ela não estava fóra dos prazos do território das duas herdades), a maioria ou a totalidade da parte alta da mesma, que ia até os Cardais, nas vizinhanças da actual Rua do Século, e talvez a Herdade do Monturo, encostada ao muro da cidade, dêsde o actual Largo de São Roque até o impròpriamente denominado Largo da Trindade. E diz-se talvez, por que é possível que tal propriedade, como a quinta de São Roque, não fizesse parte da herança de Francisca Cordovil.

No decorrer do século XVI, êstes vastos tratos de terreno, foram herdados pelos descendentes dos filhos de Bartolomeu de Andrade, e o casario foi-se erguendo, conforme as obrigatoriedades dos aforamentos que se iam fazendo sucessivamente. A nova Vila crescia ano a ano. Em 1542, já os mareantes e embarcadiços que tinham, havia muito, a sua Irmandade das Chagas n'uma das capelas da Trindade (fundara-a Frei Diogo de Lisboa), principais povoadores da herdade da Boa

Vista, ergueram n'um dos cómoros sôbre o Tejo, uma igreja própria, conseguida a licença impetrada ao Papa Paulo III, e, em 1557, outra irmandade — a dos Livreiros — albergada também no templo da Trindade, desde 1480, (instituira a Frei Afonso da Cunha) debaixo do patronato de Santa Catarina, conseguida a protecção da Rainha D. Catarina, construía templo próprio nos altos de Belver ou da Boa Vista, para onde se trasladou em 1570.

Desta forma se prova o rápido desenvolvimento dos actuais bairros de Santa Catarina e das Chagas, que constituíram principalmente aquela vila que se chamou «Vila Nova de Andrade», cujos moradores de 1551 a 1559, fizeram parte da recente freguesia do Loreto, (mais tarde chamada «da Encarnação»). Só nêsse último ano é que foi instituída a nova freguesia de Santa Catarina, com área destacada da do Loreto.

*

É difícil, e muito arriscado, seguir atravez do tempo, a linha das sucessivas posses dos prazos de Bartolomeu de Andrade. Dos descendentes de Brites de Andrade, casada com Bastião da Costa, fala Mário Sá apenas de um filho que morreu sem geração, quando é certo (o seu epitáfio em São Domingos o documenta) ter êle tido, pelo menos, uma filha, chamada Helena de Andrade, como o leitor viu. A suposição dos prazos herdados por Brites de Andrade, terem revertido para

Nicolau, para Isabel ou para os seus descendentes, está longe de ter fundamento. ¿E quem será aquele Paulo de Paiva que o autor de «As Orígens do Bairro Alto de Lisboa» aponta como filho de Isabel de Andrade? Não há dúvida de que êle era o foreiro dos Atouguias (senhorios directos) daquêles prazos onde se erigiu o novo templo de Santa Catarina, em 1557, e que estavam na área da herança da mulher de Vasco de Pina e de D. Martinho Vaz da Cunha, mas o apelido Paiva, não aparece entre as alianças dos Pinas nem dos Cunhas. ¿Teria havido qualquer venda feita por D. Martinho ou por outro herdeiro da família, a êsse Paiva que se não topa nos Nobiliários, nem nas Chancelarias? ¿Teria o documento da venda do fôro à Rainha D. Catarina, edificadora da igreja, e que Nicolau Botar pagava a Paulo de Paiva, foreiro de Francisco Álvares de Atouguia, alusão segura a essa filiação? Não consegui vê-lo, e coisa alguma de definitivo posso ajuntar para o esclarecimento dêste ponto. Esta intervenção dos Atouguias em tal escritura confundiu enormemente Castilho que ignorava, à falta de documento seguro e esclarecedor, que os Atouguias eram os senhorios directos de Vila Nova de Andrade. Francisco Álvares de Atouguia, que deu o consentimento à venda feita à Rainha, era sobrinho-neto de Lopo de Atouguia (filho do fidalgo Luiz de Atouguia, comprador do domínio directo a Dona Judia) nascido do casamento de outro Luiz de Atouguia com Guiomar de Bettencourt.

Do que também não havia dúvida é de que a documentação em boas folhas de pergaminho dos aforamentos feitos a Bartolomeu de Andrade, e mesmo dos que depois se fizeram a seu filho Nicolau de Altero de Andrade, foram parar à posse de António de Altero de Andrade, filho dêste, e, por uma série de transmissões familiares vieram às mãos do escritor Mário Sá, apesar de dizerem respeito a prazos que pertenciam aos Pinas e aos Cunhas da Tábua.

Da herança de Nicolau de Altero de Andrade, o que ficou melhor documentado pela tagarelice preciosa do autor da «Miscelânea», foi o lote de prazos que coube a sua filha Brites, mulher de Miguel Leitão de Andrade depois de o ser de Baltazar de Seixas. Com os prazos que formavam as ruas da Rosa, da Vinha, do Loureiro, do Carvalho, (São Boaventura) a da Cruz e a Formosa, e um certo casal, provindo da herança de sua segunda mulher, e com as herdades do Monturo e dos Cardais, instituiu Miguel Leitão um Morgado, em 1627, que veio a ser herdado, à falta de sucessão directa, por sua irmã Antónia de Andrade, mãe do Desembargador Francisco de Andrade Leitão, e avô de outra Antónia de Andrade Leitão, que casou com o fidalgo Francisco Machado de Brito, transitando assim para a família dêstes apelidos o domínio útil dos prazos daquelas ruas do Bairro Alto de São Roque.

Desta selva genealógica dos Andrades há que sair a tempo de não me enlear nela e me prender a conjecturas desarrazoadas. O essencial ficou dito.

O velho João de Altero de Andrade fica de fóra dêste emaranhado de suposições. Os territórios de Vila Nova de Andrade e do Bairro Alto de São Roque, separados pela estrada pública de Santos, provieram das herdades da Boa Vista e de Santa Catarina, alienadas pela viuva de Mestre Guedelha, como o leitor viu, e chegaram às mãos do fidalgo Bartolomeu de Andrade, por via de sua mulher Franscisca Cordovil, filha do primeiro aforador. O Bairro Alto nasceu assim.

Um quadro genealógico, dirá melhor das sucessivas posses dos prazos e das sucessivas alianças dêstes ilustres Andrades.

FILIPE GONÇALVES.

Estribeiro de El-Rei D. João II, e Senhor das herdades de Santa Catarina e da Boa Vista, aforadas a Dona Judia, viuva de Mestre Guedelha Palanção, Cirurgião e Astrólogo.

FRANCISCA CORDOVIL,

filha e herdeira de Filipe Gonçalves, casou com Bartolomeu de Andrade que se julga filho de Gil Tomé Pais, Almoxarife das Tercenas e Armazens do Reino e de Isabel de Andrade, da familia dos Alteros.

BRITES DE ANDRADE.

Casou com Bastião da Costa, Escrivão da Câmara de El-Rei D. João III. Teve:

ANTONIO DA COSTA DE ANDRADE,

filho herdeiro. Faleceu em 3-12-1572. Casou com N ...

HELENA DE ANDRADE,

que faleceu em 1 de Julho de 1595.

NICOLAU DE ALTERO DE ANDRADE,

filho de Bartolomeu de Andrade e de Francisca Cordovil, e herdeiro dos Prazos ao Norte da Herdade de Santa Catarina, Escudeiro da Casa de el-Rei D. Manuel e Cavaleiro da de D. João III. Casou com sua prima Maria (ou Marta) de Andrade, filha de seu tio paterno Pedro de Andrade e de Catarina André Coelho.

ISABEL DE ANDRADE,

filha, e também herdeira de Bartolomeu de Andrade, casou com o fidalgo Vasco de Pina, Alcaide-Mór de Alcobaça, Comendador do Rosmaninhal e Vedor da Fazenda dos Infantes e dos Pinhais de Leiria, do qual teve geração. Casou segunda vez com D. Martinho Vaz da Cunha, filho de D. Aires da Cunha, senhor da Tábua, do qual não teve descendência.

ANTÓNIA DE ANDRADE.

Herdou o morgado de s/ irmão Miguel, instituido em 1627, com os prazos de sua cunhada, e outros bens. Casou com Manuel Fernandes de Almeida. Teve:

FRANCISCO DE ANDRADE LEITÃO,

Desembargador e Enviado diplomático á Suécia e Inglaterra. Casou com Ana Leitoa, sua prima. Teve:

ANTÓNIA DE ANDRADE LEITÃO,

filha herdeira. Casou com Francisco Machado de Brito, Tezoureiro da Casa da India. Teve geração que se apelidou Machado de Brito.

BRITES DE ANDRADE,

filha, e também herdeira, de Nicolau de Altero de Andrade, casou primeira vez com Baltazar de Seixas, de quem teve dois filhos, sem geração, e depois com Miguel Leitão de Andrade, do qual não teve filhos.

HELENA DE ANDRADE.

Freira em Santa Clara.

JOANA DO ESPÍRITO SANTO.

Freira em Santa Clara.

ANTÓNIO DE ANDRADE DE ALTERO,

filho e um dos herdeiros de Nicolau de Altero de Andrade, e ainda, ao que parece, de seu primo Paulo de Paiva. Casou com D. Ana de Almeida, filha de João Gomes de Moreira. Com geração.

NICOLAU DE ALTERO DE ANDRADE,

filho herdeiro. Casou com D. Violante de Almeida, filha de Cristóvam Baracho Encerrabodes, de V. Franca de Xira. Tiveram geração.

ANTÓNIO DE ANDRADE DE VASCONCELOS.

Primogénito de Nicolau de Altero de Andrade. Casou com D. Margarida de Oliveira.

VIOLANTE DE ALMEIDA,

filha herdeira. Casou com Bartolomeu Domingues de Carvalho e Sousa. Por sua morte os seus bens passaram, ao que parece, a colaterais, de quem herdou os documentos dos Prazos de Vila Nova de Andrade, o escritor Mário Sá.

LUIZ DE ALTERO DE ANDRADE,

capitão de infantaria. Falecido sem sucessão.

JOÃO,

que morreu criança.

BARTOLOMEU DE PINA.

Serviu na India onde morreu.

MANUEL DE PINA.

Serviu na India, onde morreu.

GONÇALO DE PINA.

Capitão e Feitor de Arguim.

RUI DE PINA,

de quem nada se sabe.

TRÊS FILHAS,

que foram freiras.

Êstes quatro filhos de Vasco de Pina e de Isabel de Andrade, legaram a sua herança dos Prazos de Vila Nova de Andrade, á Misericórdia de Lisboa, e o seu padrasto D. Martinho Vaz da Cunha, após o falecimento de Isabel de Andrade, comprou-os, por 9.000 cruzados, outra vez, tornando a entrar na fazenda de sua casa. De D. Martinho foram herdeiros os seus parentes da Casa da Tábua, que tinham casa ás Chagas, entre as Travessas do Sequeiro e da Laranjeira.

AO LEITOR

(Prólogo da 1.ª edição)

1879

Propuz-me contar o que soubesse da fundação e engrandecimento de um dos bairros mais interessantes de Lisboa; e o fruto dos meus estudos literários, genealógicos, e artísticos, constitui o presente volume, primeiro de uma série de descrições arqueológicas da nossa Capital.

Aparecer com umas pobres páginas de velharias, quando conscienciosamente desenterradas, não me parece inutil, hoje que para as investigações históricas se formou uma larga corrente na opinião, hoje que o vulgarizar os mais altos assuntos, e até minúcias aparentemente insignificantes, é tarefa de muitos e bons trabalhadores.

A história de Lisboa está por escrever. Dava uma bela obra, sem dúvida, que ainda falta na nossa bibliografia. A não serem escritos dispersos e in-

completos, embora eruditos e valiosos, nada temos coordenado e deduzido. Compendiarei por tanto a descrição sumária de uma parte ao menos do grande todo.

Onde não chegar a prova documental, entrarão as conjecturas; ¡mas a conjectura tem quanta vez em tais matérias foros de certeza!

Quem não tiver gosto por um tal genero de estudos, não abrirá sequer o livrinho; em troca, abrilo-ão aquêles a quem apraz divagar nos bairros velhos, esquadrilhá-los com olhos de antiquário e de artista, devanear pela Alfama pitoresca e acastelada das nossas crónicas cavaleirosas e monásticas, e dentre o presente adivinhar o que lá vai, como Vergílio e Ovídio entreviam ainda as cabanas de Evandro e os juncais dos paúes, entre as opulências arquitectónicas das Esquilias e do Fôro romano.

Escrever um livro dêste género é abrir de par em par uma janela para a banda do passado. Publicá-lo, é convidar o leitor a vir encostar-se ao peitoril, e explicar-lhe o panorama. Se pois o leitor dêste prólogo me aceita o convite, passemos ao capítulo primeiro.

ADVERTÊNCIA

da 2.ª edição

Vinte e tres anos depois da 1.ª edição, sai a lume esta 2.ª, correcta e muito acrescentada, quando o autor, já alquebrado pelos anos e trabalhos da vida, a custo encontra ânimo para pesquizas novas. Possa isso atenuar a culpa de qualquer engano histórico, ou apreciação menos exacta.

O autor nunca alimentou a veleidade de apresentar os seus livros como definitivos; tem-nos apenas na conta de degraus, que a pouco e pouco vão encaminhando investigações subsequentes. Reformou, à vista de documentos, muitas asserções que pareciam inatacáveis, e tomará por grande favor os reparos dos estudiosos, dos que, mais felizes do que êle, mais sagazes, mais instruidos, se lhe adiantarem alguns passos nêste caminho escabroso da crónica lisbonense.

A vaidade não é o seu forte, e o seu lema é a verdade.

Muito mais poderia ter acumulado de notícias, se êste rebuscar documentos não fôsse dificílimo para um homem só, já exausto de tarefa. Os títulos dos prédios dão em geral imenso; mas, ou pouco adiantam quando as propriedades são adquiridas modernamente em hasta pública, ou não são mostrados de boa-mente pelos donos. Crónicas Reais e monásticas, tornaram-se tão raras, que o possui-las é custoso, e o manuseá-las nas bibliotecas tarefa de costa acima. Registos baptismais e obituários nas paróquias, nem sempre os Reverendos Párocos têm tempo de os facultar largamente para buscas, como, por ordem expressa do Monsenhor seu Arcebispo, os facultaram os Párocos Parisienses ao incansável Jal. Informações vocais de pessoas idosas, ou vêm confusas, ou só valem por documentos quando emanam de sabedores. Tombos genealógicos, nem sempre saem fidedignos, e exigem estudos de contra-prova muito especiais e fatigantes. Observações oculares directas, correm embaraçosas e longas para quem vê as igrejas fechadas logo depois das primeiras Missas, e tem que lutar com a desidia de tiranetes municipais ou burocráticos, importunados por quem deseja examinar por si próprio uma capela, um salão, um quadro sumido atrás de alguma papeleira, uma escola albergada em qualquer palácio histórico.

Tudo isto entendem-no à légua os que lidam nesta mesma faina, e conhecem por experiência o que é querer escrever com exacção.

Quem ler esta edição nova, e a comparar com a anterior, perceberá quantas mudanças se operaram

em Lisboa nos últimos vinte anos. A Capital passa metamorfoses diárias; o presente do indicativo troca-se a cada passo em pretérito perfeito. Existe tal edifício; vê-se tal inscrição; há tal rua ou travessa — escrevia o autor em 1879. Agora tem que dizer: existiu, viu-se, houve.

Lisboa, estacionária durante muitas dezenas de anos, move-se hoje com desusada pressa; corta-se de avenidas; povoa-se de casas; despe o vestido verde dos seus arredores campestres; sulca-se de vias férreas; sacrifica um dos seus antigos encantos, as praias; entraja-se à moderna, e comunga, enfim, quanto sabe e pode, nesta geral aceleração da vida, que é a febre da Europa e do mundo.

¿Tôdas as transformações apontadas terão sido acaso úteis e sensatas? não me atrevo a dize-lo; porém é inegável um melhoramento geral na salubridade e na limpeza dos bairros, nas comunicações, que os têm aproximado, e no aspecto dos prédios, que têm dado a Lisboa uma feição, não direi artística, mas alegre. O que é também certo é que o passado vai sendo sacrificado ao presente, e que um utilitarismo burguez e tacanho absorve e desonra egoìsticamente a Arte. Ulisses transformou-se no Barão Haussman.

Um livro pois como êste que o leitor pôs diante dos olhos, não deixa de ter o seu lugar, como todo o padrão, por modesto que seja, que assinale civilizações mortas e restaure ruinas. É preito a nossos maiores; incitamento a nossos filhos e netos; tombo dos nossos haveres de família. O autor pendura com mão piedosa no alcáçar das nossas glórias

um quadro da velha Lisboa que foi, da Lisboa nossa avoenga, da Lisboa nosso orgulho e nosso brasão. Há-de haver quem se compraza em contemplar esta longa série de pinturas, como qem se revê nos retratos de sua mãe.

Das nossas mães só podemos falar com o coração; é pois de todo o coração que o autor fala da Lisboa antiga.

Tem ainda outra razão para falar dela assim: é que esta obra provém das *Memórias de Castilho.*

Logo no princípio, desejando estudar o sítio em que se levanta o prédio em cujo primeiro andar nasceu a 26 de Janeiro de 1800 o Poeta, começou a percorrer a *Crónica da Companhia* por Baltazar Teles; saiu-lhe um capítulo, que se acrescentou com três ou quatro mais. Vendo que êsse ponto acessório ia alastrando demasiado, deu lhe tôda a largueza, e escreveu um volume, que nesta edição se desdobra em maior soma de páginas.

Dois motivos para a simpatia do autor. O público ilustrado certamente os entende e aprecia.

Lumiar — Novembro de 1901.

CAPITULO I

Não vão longe os fastos nobiliários do Bairro Alto de S. Roque; a pouco mais alcançam de trezentos e sessenta anos.

No primeiro quartel, e na primeira metade, do século XVI, tôda esta vasta região eram campos, já maninhos, já cultivados (1) e (2). Aquêle tabuleiro montuoso, que lá desde a lomba dos Moinhos de Vento se tombava para sôbre as ribeiras desertas do Tejo, sombreavam-no oliveiras, bastas para o lado onde hoje é S. Roque; matizavam-no matagais e pastíos silvestres, e repartiam-no casais e herdades êrmas, aprazíveis pela postura do chão, e pelo lavado dos ares.

Lisboa não passava nesses tempos para fora da cêrca torrejada com que a cingira el-Rei D. Fernando de 1373 a 1375. Para a banda do poente

---

(1) Miguel Leitão de Andrada, *Miscelânea*. Diálogo 10.º.

(2) Castilho, no desconhecimento da documentação a que se fez referência na segunda parte do Prefácio Expli-

findava na tôrre do Alvaro Pais, cubelo extremo do lanço de muralha que se empinava desde o Vale verde, por traz do velho paço dos Estáos, ao longo de uma escarpada vereda; ou mais à moderna: terminava no lado sul do largo de S. Roque, por uma tôrre histórica onde fechava o lanço do muro que subia desde Avenida, detrás do teatro de D. Maria II, ao longo da calçada do Duque (1) e (2).

---

cativo, foi levado a crêr que só depois da primeira metade, do século XVI, se teria povoado de casario o território ao Poente das Portas de Santa Catarina. Como vimos, já no primeiro quartel desta centúria tinham começado os sub-aforamentos nas herdades de Gaedelha Palançano, então na posse de Lopo de Atouguia e aforadas a Francisca Cordovil e a seu marido Bartolomeu de Andrade (1513), destinados a construção de casas. Em 1550 já deveriam estar bastante povoadas as ruas traçadas na herdade da Boavista que descaía da estrada de Santos para o Tejo, desde o actual Cais do Sodré até à Esperança. *(Nota de M. S.).*

(1) Esta íngreme calçada teve vários nomes: o mais antigo que lhe conheço é o de *calçada do Postigo do Condestável,* tomado da denominação da porta que lhe ficava ao cima, porta assim chamada em honra do fundador do próximo convento do Carmo. Depois chamou-se *calçada do Postigo do Carmo*; depois *calçada do Postigo de S. Roque,* quando àquela porta, ou postigo, deu nome a imagem de S. Roque colocada na sua parte superior. Êste nome durou até 1715, pelo menos, porque assim o escreve a *Corografia* do padre Carvalho falecido em 1715. Entre êsse ano e o de 1745 trocou-se o nome no de *calçada do Duque.* Êsse Duque é o do Cadaval, cujo palácio existia dentro de um grande pátio na rua do Príncipe, ao Rossio, onde veio a construír-se a estação do caminho de ferro. Traz essa denominação Frei José Pereira de Santana, em 1745 na sua *Crónica dos Carmelitas,* t. I, pág. 380. Depois do terremoto porém, como se vê em

Ao lado da tôrre, a que parece ter dado nome o venerando Chanceler-mór Álvaro Pais, abria-se uma porta chamada *do Condestável*, e mais modernamente *de S. Roque*. A muralha formava ângulo e tornejava para o sul. Ponco abaixo rompia-se desde 1560 o postigo da Trindade. A muralha seguia sempre para o sul. No sítio onde hoje vemos o largo do Loreto, campeava, com quatro

---

mapas inéditos que existem na Tôrre do Tombo, *calçada do Carmo* se chamava a que subia do Rossio até bifurcar para o Carmo e para S. Roque; *calçada do Duque* desde essa bifurcação até à Rua da Condessa; *calçada de S. Roque* até à tôrre de Álvaro Pais. Depois êste último título acabou. O edital do Govêrno Civil de 1 de Setembro de 1859 encorporou sob a denominação de *calçada do Duque* a linha que principiava no Rossio e seguia direita até S. Roque. Com os desaterros feitos para a estação do caminho de ferro tudo isso mudou.

E houve ainda mais; o nome do *Duque* alastrou, depois que a Câmara demoliu o palácio dêle. Os habitantes da próxima *Rua dos Galegos* requereram a mudança dessa designação para *Rua do Duque!* ¿Porquê? não se percebe: os Galegos são uns cidadãos como os outros, e mais úteis que muitos Portugueses. ¿Para que foi expungir o antigo letreiro? A-pesar-de absurdo sem razão plausivel, a Câmara aprovou-o, o Governador Civil sancionou-o, e desde Maio de 1867 a *Rua dos Galegos* é a *Rua do Duque*. Seja assim.

(2) *(Da página precedente)* No nosso trabalho *O Carmo e a Trindade* (Vol. I, cap. X) citamos várias designações dêste arruamento, anteriores a «Calçada do Postigo do Condestabre», como «Rua de Álvaro Pais», «Rua do Olival», «Rua do Postigo Novo do Conde ou do Postigo de S. Roque», «rua que vem da tôrre de Álvaro Pais para o Postigo de S. Roque», «Rua da Oliveira», «Rua do Conde

bastiões ameiados a importantíssima porta *de Santa Caterina*, olhando ao Poente. A muralha, tendo deixado, separada dela, e *extra muros*, a então recente igreja do Loreto, continuava a descer pelo lado oriental do que é hoje a rua do Alecrim, e, depois de se abrir no *postigo do Duque de Bragança*, encaminhava-se até ao sítio que fica entre os dois Ferregiais, o de cima e o de baixo. Por aí perto eram já as ribeiras fragosas do mar, medonhas e tristes (¿que me dizeis a isto, habitantes da Rua 24 de Julho?) a tal ponto, que, ainda el-Rei D. Sebastião, o aventuroso Rei-cavaleiro, aí andava de noite a divagar, arrostando perigos.

A dita muralha formava outro ângulo, e seguia para o oriente.

Não é meu propósito o costeá-la toda. Voltemos a S. Roque; e dêsse ponto elevado, se estivesse-mos nos primeiros vinte ou trinta anos do século XVI, miraria-mos campo extensíssimo, que se nos antolhava para o lado do Poente.

---

da Vidigueira» e «Calçada do Duque», êste último nome talvez aludindo a um Duque dos Arcos (D. Rodrigo Ponce de Leon.) que ali residia, no terceiro quartel do século XVI. O Postigo Novo a que alude, diz respeito à nova abertura no muro da cêrca Fernandina feita em 1542, junto à Tôrre de Álvaro Pais, no actual Largo Trindade Coelho. O anterior postigo, ficava ao Poente da tôrre dos Condes da Vidigueira, que se abria fronteiriça à moderna Rua da Condessa.

O nome de «Rua dos Galegos», não derivou, como supunha o autor, dos prestáveis cidadãos da Galiza, mas sim de uma família do apelido Galego, que foi domiciliada neste sítio e que era administradora de uma capela no Claustro do Convento da Trindade. *(Nota de M. S.)*.

*

Pois quasi tudo isso, êsse âmbito de terrenos, semeados acaso de algum colmado solitário, rasgados de barrocais, e ora lavradios ora vinhateiros, eram pertença de uma quinta, cujos senhores, talvez oriundos de Galiza, brilham nos melhores nobiliários de Portugal: os Andrades.

Êstes Andrades, ou Andradas, que, segundo diz Miguel Leitão (o da *Miscelânea*), que o devia saber, ambos êsses apelidos são um, tinham-se por nobres autênticos e gente de haveres.

¡A casa desta sua quinta que bem situada não era então! à beira da estrada que ia para os Moinhos de Vento e Campolide; bela vista de campo e mar, e às abas de Lisboa. A parte rústica da propriedade estendia-se «desde a porta de Santa Caterina até à Esperança, e desde o mar até aos Moinhos de Vento», conforme diz Miguel Leitão (1); ou, segundo a marcação mais minuciosa que dá o genealogista Manço de Lima (2), «desde S. Roque até abaixo da porta de Santa Caterina, e dali até à igreja das Chagas e Boa Vista (hoje a Esperança), donde passava aos Moinhos de Vento, e acabava a circunferência em S. Roque». Concordam inteiramente os dois escritores.

(1) *Miscell.* Dial. 10.º.

(2) *Famílias de Portugal*, geneal. mss. da Biblioteca Nac. de Lisboa. — Letra A, tom. III, pág. 479.

*

Vivia em Lisboa em tempo de el Rei D. João II e de el-Rei D. Manuel, segundo parece, um homem nobre, da antiga geração de Alteros, árvore que remonta a sua origem (no dizer, muita vez falível, dos genealogistas velhos) às primeiras eras da Monarquia. Chamava-se

1 — *João de Altero de Andrada*. Diogo Gomes de Figueiredo no seu Nobiliário manuscrito (1), ignora a ascendência de João; e escreve apenas: «Dizem seus descendentes que era filho legítimo de Vasco Martins de Altero, Alcaide mór de Alenquer; porém disso não há prova, nem conjectura que favoreça essa sua afirmação, pôsto que não duvidamos que por alguma via seja descendente dos mesmos Alteros.»

Que foi pessoa abastada, tudo o comprova; os seus haveres territoriais estendiam-se nessa área que demarquei pouco acima; e a morada, que servia de cabeça à dita quinta, erguia-se justamente no sítio onde hoje campeia a grandiosa casa que pertenceu aos Condes de Lumiares, enquadrada entre as actuais ruas de S. Pedro de Alcântara, dos Calafates, da Água de flor, e da Boa hora.

Êsse João de Altero casou com sua parenta Helena de Andrada, filha de Rui Pais de Andrada; da qual Helena teve três filhos:

2 — *Nicolau de Altero de Andrada*, de que logo falarei,

---

(1) Hoje em poder de Anselmo Braamcamp Freire.

2 — *Francisco de Andrada de Altero*, que morreu solteiro, e

2 — *Brites de Andrada*, mulher, e com geração, de Sebastião (ou Bastião) da Costa, Escrivão da Câmara de el-Rei D. João III, e em 1540 Védor da fazenda do Infante D. Duarte (1). Brites faleceu a 17 de Fevereiro de 1566, e foi sepultada em S. Domingos de Lisboa, com um filho e uma neta. O seu epitâfio dizia:

AQVI IAZ BREATIZ
DÃDRADE MOLHER
Q FOI DE BASTIAÕ DA
COSTA FALECEO A-17
DE FEVIREIRO Ð 1566
IAS AQVI TAÕ BEM-AN
T° DA COSTA DÃDRA
DE-SEV-F°-FALECEO-A
3-DE DEZ° DE-1572
E DONA HELENA DAN
DRADE F^A DO DITO
ANT° DA COSTA FAL
ECEO 1-DE IVLHO
DE 95 (2)

(1) Hist. gen. da C. R. — Prov. — T. II, pág. 613.

(2) Apontamento do consciencioso José Valentim de Freitas, conservado entre alguns dos manuscritos archeologicos existentes no museu da Real Asssociação dos Architectos e Archeologos portuguezes, no Carmo.

Por morte do velho João de Altero, passou sua viúva Helena a segundas núpcias com seu primo com irmão Bartolomeu de Andrada. Levou-lhe ela em dote metade da casa, pelo menos, do defunto; e a Nicolau e a sua irmã Brites, filhos do primeiro matrimónio, caberiam, não sei em que proporção, os restantes fragmentos da grande quinta, que ficou desmembrada, sim, mas ainda na posse do mesmo sangue.

Quem vinha a ser Bartolomeu de Andrade? um filho-segundo, talvez sem eira nem beira, e de quem esta aliança fêz de repente abastado cidadão.

Por sua mãe, Isabel de Andrada, ou Isabel Afonso de Andrada, ou Isabel Freire de Andrada (1) blazonava descender dos célebres Condes de Andrada e Vilalba, da Galiza; Miguel Leitão de Andrada orgulha-se com a ideia de provir também dessa estirpe; mas o seguro Anselmo Bramcamp Freire rebate a lenda (2).

Há quem diga que orfã de pai se recolhêra Isabel de Andrada a um mosteiro de Franciscanas, onde acertou de a vêr o seu parente Gil Tomé Pais, capitão de ginetes que se achara com o Principe D. João (depois Rei) na batalha de Toro. Vêr a recolhida na sua grade, e enamorar-se dela, fôra tudo o mesmo. Concluída a paz casaram, por 1479

---

(1) Assim a designam documentos a pag. 63 v. do volumoso processo do morgado da Tôrre da Sanha, no cartorio do Hospital de S. José.

(2) *Livro 1.º dos Brazões da sala de Cintra* — pag. 372.

ou 80. Teve Gil Tomé Pais o fôro de Donzel da Casa de el Rei D. Duarte, correspondente ao de Moço-fidalgo, e era filho de Rui Freire de Andrada, segundo alguns, nascendo na freguezia dos Mártires em Lisboa em 1414, o que, a ser verdade, faz dêle um noivo bastante outoniço.

Tudo isso deve ser confusão entre um neto e um avô do mesmo nome, o que não sei. Gil Tomé Pais, marido de Isabel, é mais moderno que essas datas; e aqui vai a prova:

Numa Carta de padrão de juro datada de Lisboa a 23 de Novembro de 1541 (*Chancelaria* de el-Rei D. João III, Liv. 31, fl. 162) lê-se:

... «Sabendo que Gil Tomé, meu Almoxarife das tercenas e armazéns do Reino, tinha algum dinheiro do dote de Isabel de Andrada, sua mulher, para comprar em heranças e bens de raíz, lhe mandei cometer que quizesse antes comprar de mim algum juro, e êle, por me servir, quiz excusar de comprar outra fazenda em que tinha vontade, e se concertar comigo de me comprar para a dita Isabel de Andrada sua mulher 30 mil reais de tença de juro e herdade para sempre, por preço de 4 contos e 80 mil reais, que é a razão de 16 mil reais o milheiro...» etc.

A Apostilla de 17 de Dezembro de 1562 manda pagar a Isabel de Andrada, mulher de Gil Tomé, os 30 mil reis de tença de juro do 1.º de Janeiro de 1563 em diante no Almoxarifado de Aveiro.

Por uma nota à margem consta que êste juro estava vendido a Manuel Gomes de Elvas em No-

vembro de 1612 (*Doações* dos Reis D. Sebastião e D. Henrique, Liv. 12, fl. 102) (1).

O que parece é que um Gil Tomé Pais foi instituidor do morgado da Tôrre da Sanha, de que era último possuidor o talentoso estadista e homem de ciência João de Andrade Corvo. (2)

Entre os filhos de

1 — *Gil Tomé Pais* e Isabel de Andrada figura

2 — *Nuno de Andrada*, Cavaleiro da Casa de el-Rei D. João III com 1.250 reais de moradia (3) e o nosso supra-mencionado.

2 — *Bartolomeu de Andrada.* Não é muito conjecturar que êste nascesse no fim do século xv. Também é provavel que desposasse sua prima Helena antes de 1513, porque nêsse ano o vêmos dar de fôro aos Religiosos da Trindade um campo «de terras de pão e olival», que certamente lhe adviera por cabeça de sua mulher, e onde existia desde os príncipios do século xvi, como melhor direi logo, uma ermida fundada por el-Rei D. Manuel. Parte dêsses campos, compraram-nos depois

---

(1) Comunicações de Anselmo Braamcamp Freire.

(2) Vejam-se os substanciais artigos, que o falecido José Maria António Nogueira publicou em dois números do *Jornal do Comércio* em 1872, extratando o processo relativo ao dito Morgado. Nêsse tombo, que também estudei por meus olhos em 1882, vêm a fl. 51 bons esclarecimentos, e a fl. 131 v. a data do nascimento de Gil Tomé Pais. Manço de Lima dá-o, não sei porquê, como natural do Pedrogam.

(3) *Hist. gen.* — Prov. — T. II, pág. 803.

os Jesuitas, para edificarem a sua casa professa de S. Roque (1). Mas basta, que já vamos antecipando.

Foi Bartolomeu de Andrada Escudeiro fidalgo, acrescentado a Cavaleiro fidalgo em 1513, com 1.360 reais de moradia; e nêsse ano lhe foi passada licença para ir na armada com o Duque D. Jaime à tomada de Azamor (2). Era já falecido em 1521, segundo deixa perceber um mandado de 21 de Junho dêsse ano, determinando se dêem aos seus herdeiros 66.222 reais do derradeiro têrço dos 195.664, que em 1516 lhe tinham sido desembargados para cumprimento das 1.200 corôas de moto do seu casamento (3).

---

(1) S. José *Hist. chron. da Ord. da SS. Trínd.*—T. I, pág. 179.

(2) Mandado de 20 de Maio de 1514 — Manuel Severim de Faria, mss. intitulado *Tôrre do Tombo,* cópia em poder de Anselmo Braancamp Freire — T. II, fl. 312 v.

(3) Id. — T. II, fl. 311 v.

Esta frase *de moto de seu casamento* é freqüente na antiga linguagem *forense,* mas difícil de perceber. Interpreto-a da seguinte maneira.

Aos *moradores* da Casa Real, isto é, aos que tinham *moradia,* ou recebiam ordenado assentado nos livros do Mordomo mór, como Damas, Moços-Fidalgos, Escudeiros e Cavaleiros-Fidalgos, etc. dava-se um tanto para auxiliar as despezas do seu casamento; foi o que sucedeu de certo a Bartolomeu de Andrade, Cavaleiro-Fidalgo, quando casou com Izabel de Andrade sua prima. A palavra *motus* em latim tem, além de outras acepções, a de *motivo, causa.* Plínio o moço escreveu (Ep. L. III. v.): *Audisti consilii mei motus*; ouviste, ou acabas de ouvir, os motivos do meu procedimento, ou do

meu propósito. É lícito pois admitir-se que a locução *de moto do seu casamento* se pode traduzir assim: *de motivo*, ou *por motivo, do seu casamento.*

Tudo isto é apresentado tímidamente, e como hipótese.

*

Os antepassados de Bartolomeu de Andrade não interessam directamente à história do Bairro Alto de S. Roque, ao contrário do que julgou o autor, visto que os bens territoriais da herdade de Santa Catarina donde êle havia de se gerar, vieram a êste fidalgo pelo seu segundo casamento com Francisca Cordovil, e não pelo anterior consórcio com Helena de Andrade, viúva de João de Altero de Andrade, e sua parenta, segundo os Nobiliaristas. Francisca Cordovil é que era a rica herdeira dos prazos, herdados de seu pai Felipe Gonçalves, foreiro do fidalgo Luiz de Atouguia a quem Dona Judia, viúva de Guedelha Palhaçano vendera o domínio directo das duas herdades de Santa Catarina e da Boa Vista.

O que o autor supunha o «farto haver de João de Altero de Andrade», não era senão a herança, em prazos, da segunda mulher de Bartolomeu de Andrade, e, portanto a partilha conjecturada entre a viúva e os enteados, não podia estar certa. Foram os genealogistas, tanta vez úteis e sempre perigosos, que iludiram Júlio de Castilho, levando-o a tomar como filhos de João de Antero de Andrade, Nicolau de Altero de Andrade e Brites de Andrade, os quais o eram, não dêle, mas de Bartolomeu e da sua viúva Helena de Andrade, como se prova pela escritura de emprazamento feita pelos religiosos da Trindade com Bartolomeu de Andrade, em 1513, de um campo de terra e olival, ao Norte do seu convento, e pelo consêrto que os Jesuitas fizeram, em 1553, com Brites de Andrade e seu marido Sebastião da Costa, comprando ao senhorio o domínio directo da referida terra, e libertando-a de fôro que pagava a Brites de Andrade como herdeira de seu pai. As duas escrituras existentes no cartório do Mosteiro Trinitário (Tôrre do Tombo) documentam fartamente o caso.

Para que o leitor entenda cabalmente, como foi partilhado o vasto território extra muros que constituia as herdades que Dona Jadia, viúva do Guedelha, aforou primeiro a Felipe Gonçalves, e de que depois vendeu o domínio directo ao fidalgo Luiz de Atouguia, é mister consultar o quadro genealógico anterior. Consultando-o ràpidamente se verá a divisão feita pelas sucessivas heranças, nas vastas propriedades que hoje estão substituídas pelo Bairro Alto, e pelos bairros das Chagas e de Santa Catarina, aquêle ao Norte da velha estrada de Santos (Loreto, Combro, Paulistas, Poço Novo, etc.), e êstes ao Sul da mesma, descaindo para a margem do rio.

É bom, porém, que aqui já se acrescente que foi no domínio útil de Brites de Andrade, comprado pelos Jesuitas a Brites de Andrade e a seu marido Sebastião da Costa, nêssa coarela que defrontava o muro da cidade, que se começaram a edificar, depois de 1554, a maioria das casas que formam o lado Ocidental da actual Rua da Misericórdia. *(Nota de M. S.).*

CAPITULO II

Antes de proseguir, e mostrar a descendência de Bartolomeu de Andrada, estudemos a ascendência de Isabel de Andrada, sua mãe, deixando de parte, no sótam das fábulas vaidosas, a sua filiação nos Condes de Vilalba.

Era irmã de Rui Pais de Andrada, filhos ambos de:

1 — *Rodrigo Afonso de Andrada*, chefe dêste ramo da família, e com solar em Montemor-o--Velho.

2 — *Rui Pais*, foi senhor de um vínculo em Ceiça junto a Ourém, e de uma grande quinta em Cádima, termo de Montemor, onde habitou. Casou com Leonor Vaz de Novais, filha de Vasco Lourenço, pessoa nobre; tiveram:

3 — *Diogo de Andrada*, que obteve carta de Brasão em 12 de Agôsto de 1522(1), e teve vários filhos;

---

(1) Visconde de Sanches de Baêna — *Arquivo heráldico.*

C. M. L.
GABINETE
DE ESTUDOS
OLISIPONENSES

3 — *Gaspar da Fonseca e Andrada*, que é hoje representado pelo Sr. D. João de Alarcão, Par do Reino;

3 — *Rui Pais de Andrade*, (2.º do nome); achou-se na tomada de Azamor em 1513, e é ascendente dos actuais Viscondes de Maiorca (1).

3 — *Helena de Andrade*, supra, mulher de João de Altero, e depois de enviuvar mulher de Bartolomeu de Andrada.

*

Do seu casamento com Helena teve Bartolomeu por única filha a Isabel de Andrada. Veremos para diante o que sucedeu a essa herdeira; voltemos agora ao primogénito do falecido João de Altero, e enteado de Bartolomeu, o nosso conhecido e já apresentado;

2 — *Nicolau de Altero de Andrada*. Não sei que militasse ou seguisse carreira. Continuaria, segundo parece, a viver em Lisboa no prédio que lhe coubera por herança. Julgo entrevê-lo numa lista de *moradores* da Casa de el-Rei D. João III (2). Vejo-o mencionado como Escudeiro da Casa de el-Rei D. Manuel (3), e como Cavaleiro da de el-Rei D. João III (4).

---

(1) Quási tudo que aí fica é forrageado no artigo *Andrades* do *Liv. 1.º dos Brasões* de Anselmo Braamcamp Freire.

(2) *Hist. Gen.* — Prov. — T. II, pág. 804.

(3) Id. ibid. — pág. 370.

(4) Id. ibid. — pág. 813.

Aparece-me como Cavaleiro fidalgo na fôlha de 1528 com 750 reais por mês, e um alqueiro de cevada por dia(1). Casou com sua prima com irmã Marta de Andrada, filho de Pero de Andrada e de Catarina Coelho, que eram de outro ramo da mesma família, chamado dos Andradas do Pedrogam grande(2).

Teve dela seis filhos:

3 — *João*, que morreu menino;

3 — *Luiz de Altero de Andrada*, Capitão de Infantaria no reinado de el-Rei D. Sebastião. Indo para a Índia na nau «Santa Clara», perdeu-se na costa do Brasil, sem deixar descendência. Vem mencionado no Diálogo III da *Miscelânea*.

3 — *António de Andrada de Altero*, casado com D. Ana de Almeida, filha de João Gomes de Moura;

3 — *Helena de Andrada*, Freira em Santa Clara de Lisboa;

3 — *Joana do Espírito Santo*, idem; e finalmente

3 — *Brites de Andrada*, a qual casou em 1.as núpcias com Baltazar de Seixas, de quem teve

---

(1) Severim de Faria — *Torre de Tombo*, mss. de que tem cópia Anselmo Braamcamp Freire — T. II, fls. 729.

(2) Segundo o advogado Diogo Giraldes, a fls. 109 v. do citado processo do morgado da Torre da Sanha, era Marta de Andrada filha natural de Francisco Lopes de Andrada. Outro genealogista dá-a por filha de Francisco Mendes de Andrada. Outro, Manuel Álvares Pedrosa. T. I, pág. 143, título *Andrades*, chama-lhe Margarida Ribeiro de Vasconcelos, filha de Francisco Pedrosa Rebelo. Tudo são confusões para quem não tem documentos à vista.

dois filhos, que não deixaram prole, e em 2.as com um seu primo, célebre nas letras e nas aventuras, a quem tenho de referir-me depois largamente.

*

Por tanto, recapitulando, vemos o seguinte:

O farto haver de João de Altero de Andrada partiu-se por morte dêle: uma porção para a viuva Helena, e outra porção para os filhos. O que à viuva coube passou, pelo novo casamento dela, para Bartolomeu de Andrada, e, por isso que era extensão grande de terreno, chamam os genealogistas, e até a *Miscelânea*, a êste Bartolomeu senhor das fazendas em que depois se fabricaram as ruas que hoje existem.

Mas exclusivo senhor não era êle, visto que aos seus enteados devêra caber também bom quinhão na partilha.

Assentemos pois que pelo meio do século XVI eram os principais proprietários da quinta de João de Altero (o qual não sei de quem a houve) Nicolau de Altero filho de João, e Bartolomeu de Andrada padrasto de Nicolau.

CAPÍTULO III

Mais umas palavras sôbre Andrades.

Dos Andradas, da Galiza, que pelo andar dos tempos foram condes de Vilalba e Andrada, só se prova descenderem (ainda que ilegitimamente) os Freires de Andrada, Condes de Bobadela e de Camarido.

Certo é, porém, que o Conde D. Pedro cita no seu *Nobiliário* uns Andrades de Braga, que de certo são anteriores àquêles, e dos quais, se existiram, podem descender outros, que talvêz assim expliquem muitas pretenções.

§ I

Andradas de Camarido e Bobadela

1 — *Nuno Freire de Andrada*, fidalgo galego, Senhor de Puente de Eume, Ferrol, e Vilalba, vivia pelos anos de 1220. Teve filhos:

2 — *Fernão Peres de Andrada*, primogénito, e senhor da casa, falecido sem geração, e

2 — *Pedro Freire de Andrada*, que na falta da sucessão de seu irmão continuou a raça.

Nos fins do século xv já esta estirpe gosava os títulos de Conde de Vilalba e de Andrada; a sua representação acha-se hoje no Duque de Alba (1).

No meio do século xiv encontra-se em Portugal.

1 — *D. Nuno Freire*, Mestre de Cristo, natural da Corunha. Conjectura Braamcamp Freire fôsse filho do Citado Nuno Freire de Andrada, e irmão dos outros, Fernão e Pedro ou talvêz sobrinho do pai, e primo com irmão dos filhos, visto que Fernão Peres era tio de Rui Freire, filho do Mestre D. Nuno. Teve o Mestre em Clara Martins os seguintes bastardos:

2 — *Rui Freire*, primogénito, legitimado por Carta de 12 de Setembro de 1361, Cavaleiro de Santiago, Comendador de Palmela e da Arruda na mesma Ordem, amigo e servidor dedicado do Mestre de Aviz D. João. Faleceu sem descendência masculina.

2 — *Gomes Freire*, criado e pagem do mesmo Mestre de Aviz, e Senhor de Bobadela. Êste senhorio foi confirmado de juro e herdade a D. Isabel Coutinha, mulher de outro.

4 — *Gomes Freire*, neto daquele, e que morreu em Tânger.

Dêstes procedem os verdadeiros Freires, hoje representados entre nós por S. Ex.ª a Sr.ª Condessa de Camarido, D. Maria Isabel Freire de Andrada e Castro (2).

---

(1) Braamcamp Freire—*Livro 1.º dos Brazões*—pág. 360.
(2) *Ibid.*, pág. 364.

§ II

Andradas da Anunciada

Os Andradas da casa da Anunciada têm por progenitor o opulento Tesoureiro mór.

1 — *Fernão Álvares de Andrada*, que se orgulhava de parentesco com os Condes Vilalba e Andrada, de Galiza, dizem alguns que por linha ilegítima. Dão-no vários Nobiliários por filho de Gonçalo Rodrigues, Almoxarife das sizas do Reino, e neto de Álvaro Peres de Andrada, que talvêz proviesse daquela estirpe galiciana.

Por uma senhora passou a representação de Fernão Álvares de Andrada aos Meneses (Ericeiras), e dêles aos Marquezes do Louriçal representados hoje pelo Conde de Lumiares.

§ III

Andrades, de S. Vicente da Beira, Aldeia de Joanes, e Portalegre

1 — *João Esteves Borralho*, filho de... foi Couteiro mór de Sintra, criado, e Vassalo de el-Rei D. Duarte. Casou com ... e tiveram entre outros filhos:

2 — *Esteveanes Borralho*, Vassalo de el-Rei. Casou com Isabel Rodrigues de Andrade, filha de Vicente Rodrigues de Andrade. Tiveram:

3 — *Vicente Rodrigues de Andrade*, Comendador de Santiago. Casou com Mecia Gomes, e tiveram:

4 — *Pero de Andrade*, Alcaide mór de Monsanto.

4 — *Guiomar Lourenço*, mulher de Vasco Homem de Brito (§ IX, n.° 1) e

4 — *Isabel de Andrade*, que casou com Álvaro Mendes de Castelo Branco, que se achou na tomada de Azamor com armas, criados, e cavalos à sua custa, filho de outro Álvaro Mendes de Castelo Branco. Tiveram além de outro:

5 — *Rui de Andrade de Castelo Branco*. Êste tirou em Portalegre, pelos anos de 1540, um instrumento provando ser da geração dos Andrades de S. Vicente da Beira. Casou com Caterina Ferreira, e tiveram:

6 — *Maria Mendes de Andrade*, mulher de António Peixoto, Fidalgo da Casa Real, filho de Lopo Peixoto e de D. Isabel Ferreira Encerrabodes; neto de Álvaro Peixoto, Fidalgo de linhagem, que vivia em 1512. Teve António Peixoto de sua mulher Maria Mendes de Andrade:

7 — *D. Isabel Ferreira Encerrabodes*, casada com Francisco de Brito Fialho. Tiveram:

8 — *Antônio Peixoto de Brito*, Capitão, marido de D. Maria de Canelas, filha de Gaspar Pires e de D. Isabel Canelas recebidos em 1622; neta de Pedro Dias Canelas e de Caterina Canelas; bisneta de João Dias Canelas, e de Isabel Canelas; terceira neta de Brás Martins Canelas e de Leonor Mendes. Tiveram:

9 — *D. Maria Canelas de Brito*. Casou com Manuel Mendes Mexia; Tiveram:

10 — *Antônio de Brito Encerrabodes* casado com D. Teresa Juzarte Moniz, de quem nasceu

11 — *D. Luísa Peixoto*, que no meio do século XIX era administradora de vários vínculos em Portalegre, que em grande parte ficaram, por seu falecimento, à Fazenda nacional.

Desta mesma linhagem descendem as mais ilustres famílias de Portalegre.

*

Esta linha, oriunda de S. Vicente da Beira, e Aldeia de Joanes, foi para Portalegre, na pessoa dos dois irmãos Rui de Andrade (n.º 5), e Sebastião de Andrade de Castelo Branco. Fizeram justificação de nobreza, em que uma das testemunhas, é filho (ou neto) do grande Nuno da Cunha; aí se declara serem dos Andrades bons dêstes Reinos. A justificação de um dos membros da família, agora diante dos meus olhos, prova: que eram pessoas nobres, tidas e havidas como as principais de Monsanto, vila em cuja governança entravam, exercendo aí os cargos mais honrosos, etc.

§ IV

Andrades, de Monsanto

Da família dos Pinheiros da Corunha descendia

1 — *Fernão Pinheiro*, que passou para Portugal, e se estabeleceu na vila de Monsanto. Casou com Brites Álvares de Andrada. Tiveram:

2 — *Pedro Vaz Pinheiro*, Cavaleiro Fidalgo da Casa de el-Rei D. João III, e já falecido em 1555. Casou com ... e tiveram:

3 — *António Pires Pinheiro*, que viveu em Monsanto, e aí foi Capitão mór. Elegeu-o a Câmara da sua vila para ir a Badajoz entregar as chaves a el-Rei D. Filipe I, e foi Procurador às Côrtes de Tomar, que o juraram Rei. Por Alvará de 2 de Abril de 1582 foi feito Cavaleiro-Fidalgo. Três vezes justificou a sua nobreza: em 1590 na vila de Monsanto, perante o respectivo Juiz, sendo testemunhas, Manuel de Andrade, o velho, Cavaleiro-Fidalgo, e Cristóvão de Andrade, Cavaleiro, Escrivão do Ouvidor, e Tabelião; a 2.ª, na vila de S. Martinho: a 3.ª em Monsanto novamente. Casou duas vezes, e teve, entre outros filhos, a

4 — *António Pires Pinheiro*. Casou com Caterina de Andrade, filha de Pero Vaz Cançado e de Brites Álvares de Andrade. Além de dois filhos Frades, e um Clérigo, tiveram:

5 — *António Pires Pinheiro*, que casou em Penamacor com Ana Martins Robalo, filha de Fernão Pinheiro. Tiveram filho:

6 — *Manuel Robalo de Andrade;* casou com Paula de Andrade, filha de Tomé Furtado de Mendonça, Capitão mór e Governador de Monsanto, Cavaleiro da Ordem de Cristo, e de Isabel de Andrada. Tiveram filha:

7 — *Isabel de Andrade de Mendonça*, que, desposando em 1717 Silvestre de Andrade de Morais, Capitão mór de Monsanto, teve dêle:

8 — *Paula de Andrade de Mendonça*, mulher de Martinho de Mendonça de Pina, Fidalgo da Casa Real.

§ V

Andrades Teles, de Monsanto

1 — *Pero de Andrade Teles*, cuja ascendência ignoro, era pessoa principal na vila de Monsanto; vivia ainda nos fins do século XVI, e era Tenente da Alcaidaria mór de Monsanto. Instituiu morgado numa sua quinta no sítio do Landeiro, termo da mesma vila, em 1595. Casou com Jerónima de Andrade. Tiveram, entre outros filhos casados nobremente:

2 — *Jerónima Teles*, (ou Jerómima de Andrade) mulher de António do Olival de Carvalho, Moço da Câmara do Cardeal Rei e de el-Rei D. Filipe, e Escrivão do Judicial e dos Orfãos da vila da Sortelha. Tiveram:

3 — *Pedro de Andrade Teles.*

Segue-se a geração, até Luiz José Monteiro do Olival de Andrade Teles, que em 16 de Agosto de 1788 obteve mercê de Brasão de Armas dos Teles, Olivais, e Monteiros, provando ser filho de António José Rebelo do Olival Teles, e de D. Jacinta Maria de Pina; neto paterno de Manuel de Morais Teles do Olival, e de D. Josefa de Araújo Botelho, descendentes legítimos de António do Olival Teles, Moço da Câmara de el-Rei D. Filipe, e de Pero de Andrade Teles, Alcaide mór da vila de Monsanto; neto materno de Nanuel Martins Tinoco, e de Isabel Monteiro; e por esta parte descendente de João Gonçalves Monteiro,

Capitão de cavalos (1). Dêsse Luiz José é descendente a actual sr.ª Viscondessa de Veiros, D. Maria José do Olival Teles de Gouveia e Andrade, viuva do 3.º Visconde, José Leite de Sousa e Melo da Cunha Soto Maior, com quem casou a 12 de Fevereiro de 1863; filha de António Higino de Gouveia, e de D. Maria do Carmo Pinto Teles do Olival de Andrade.

§ VI

Andrades, da Idanha, Marquezes da Graciosa

No mesmo tempo em que existia Pero de Andrade Teles (§ V n.º 1), vivia, e era seu igual em importância e alianças

1 — *Pero de Andrade do Couto*, casado com Francisca Saraiva, irmã do citado Tomé Furtado de Mendonça (§ IV n.º 6). Entre vários filhos tiveram a

2 — *João de Andrade*, casado em 1603 com Maria de Andrade, filha de Fernão de Andrade Calvo e de Mecia Nunes. Tiveram entre outros:

3 — *Mecia Nunes de Andrade*, casada com Manuel Marques Giraldes. Tiveram:

4 — *Francisco Marques Giraldes*, que casou com Maria Nunes. Tiveram:

5 — *Francisco Marques de Andrade*, Capitão mór de Idanha-a-Nova, casado com Francisca Nunes Moacha. Tiveram:

---

(1) Visconde de Sanches de Baêna — *Arquivo heráldico* — T. I., pág. 452.

6 — *D. Brites Maria de Andrade e Couto*, mulher de Francisco Afonso Giraldes, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Desembargador da Casa da Suplicação, Conselheiro da Fazenda, Familiar do Santo Ofício, e Fidalgo da Casa Real em 1790. Tiveram:

7 — *Bartolomeu José Nunes Cardoso Giraldes*, Cavaleiro do Habito de Cristo, Fidalgo da Casa Real, Desembargador do Paço. Casou com D. Inês de Vera Barba de Meneses, filha de Gonçalo Barba Correia Alardo, senhor do morgado da Romeira, e de D. Ana Joaquina de Carvalho e Meneses. Tiveram:

8 — *Fernando Afonso Giraldes de Andrade Barba*, Moço-Fidalgo, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Alcaide mór de Monsanto (1802), Desembargador dos Agravos. Casou com D. Maria Joana de Melo, filha de José de Melo, senhor da quinta da Graciosa. É pai do 1.º Visconde, 1.º Conde, e 1.º Marquês da Graciosa. Com geração.

§ VII

Andrades Calvos, de Monsanto

Braamcamp Freire, entre os vários ramos que menciona, não omite os Andrades de Monsanto, e cita os Brasões de Armas de Fernão de Andrade Calvo e Francisco Dias Calvo, em fins do século XVI. Tenho materiais para acrescentar mais algumas notícias.

Êsses Andrades da vila de Monsanto eram das mais antigas e principais famílias da localidade, e da governança da vila(1); aliaram-se com um ramo de Tavoras, que alternava êste nome com o de Aragão; com Mendoças, possuidores de um vínculo obrigado ao uso das Armas de Mendoça, de que há descendência em Lisboa; com Pinheiros, da Corunha; e com Teles do Olival, da Sortelha, que juntavam ao seu apelido o de Andrade.

Muitos dos citados Andrades, de Monsanto, justificaram judicialmente (ignora-se com que fundamento, visto ter ardido o cartório da Nobreza) serem dos Andrades bons dêstes Reinos, e obtiveram concessão de Armas do seu nome, ou sós, ou misturadas com outras, como se vê nas suas lápides sepulcrais; alguns tiveram foros da Casa Real, foram Eclesiásticos, Familiares do Santo Ofício, etc.; gente nobre, rica, de bons procedimentos.

*

1 — *António Calvo*, pessoa principal da vila de Monsanto, e que viveu no primeiro quartel do século XVI, casou com Leonor de Andrade, e tiveram, além de outros filhos:

2 — *Francisco Dias Calvo*, a quem se passou Brasão de Armas, por ter justificado judicialmente ser das verdadeiras linhagens dos Calvos e Andrades.

---

(1) Pode consultar-se na Sé de Portalegre o processo da ordenação do Padre Fernão de Andrade, filho de João de Andrade do Couto e de Maria de Andrade.

*

2 — *Fernão de Andrade Calvo*, (irmão do antecedente) Cavaleiro Fidalgo, teve igualmente carta de Brasão com o mesmo fundamento. Casou com Mecia Nunes, e tiverãm entre outos filhos os seguintes:

3 — *Francisco de Andrade.* Casou com Maria de Oliveira e Melo, s. g.

3 — *Leonor de Andrade.*

3 — *Maria de Andrade*, mulher de João de Andrade, filho de Pero de Andrade do Couto; e

3 — *Vasco de Andrade Calvo.* Casou com Maria do Olival Teles, filha de António do Olival de Carvalho, Moço da Real Câmara, e de Jerónima de Andrade (§ V n.º 2). De Vasco houve numerosa e ilustre descendência, que ignono se ainda existe. Entre outros foi filha sua:

4 — *Leonor de Andrade.*

*

Na igreja do Salvador, da vila de Monsanto, encontram-se muitas sepulturas com as Armas dos Andrades.

§ VIII

Andrades Caldeiras, de Monsanto

1 — *Pedro Vaz Pestana*, cuja filiação ignoro, homem nobre e de relativa importância, casou com Catarina Caldeira. Tiveram

2 — *Francisco Caldeira Pestana*, com quem se continua, e

2 — *Rodrigo Caldeira.* Casando com Maria de Sequeira, teve

3 — *Pedro Vaz Caldeira de Sequeira*, Sargento mor da vila da Amieira e reedificador, à sua custa, da igreja paroquial da mesma vila. Casou com...; mas, não tendo filhos do matrimónio, obteve de el-Rei D. João V a legitimação de um filho natural chamado.

4 — *Francisco José Caldeira*, que faleceu em vida do pai.

*

2 — *Francisco Caldeira Pestana*, filho de Pedro Vaz Pestana, supra. Casou com Leonor Caldeira, filha de Diogo Fernandes Canelas, e de Maria Caldeira (dos Caldeiras da Aldeia da Mata) e irmã de Manuel Caldeira, Juíz ordinário em Gafete, e Familiar do Santo Ofício. Tiveram:

3 — *Pedro Vaz Caldeira*, com quem se continua, e

3 — *Manuel Caldeira Canelas*, Capitão de Ordenanças, Familiar do Santo Ofício, casado com Tereza Mendes, filha do Capitão Lourenço Pires, ascendente dos Caiolas de Campo maior.

3 — *Pedro Vaz Caldeira* casou com Isabel Pires Orta de uma família velha de Ortas ou Hortas, da Alagôa, lavradores abastados, Capitãis de Ordenanças, que já ao tempo da aclamação de el-Rei D. João IV se encontram com êsses cargos. Tiveram:

4 — *Antónia Caldeira Pestana.* Casou esta senhora com Manuel de Andrade (dos de Monsanto), administrador do prazo da Cabeça do Clérigo, e filho de Manuel Gonçalves de Andrade, e de sua mulher Leonor de Andrade. Tiveram, além de outra filha, a

5 — *Isabel de Andrade Caldeira Canelas,* mulher do Capitão Manuel Ribeiro, lavrador, administrador de uma capela, filho do Alferes Gregório Ribeiro, lavrador, o qual Manuel Ribeiro fêz justificação, que existe, da pureza do seu sangue. Tiveram:

6 — *D. Antónia Isabel Caldeira de Andrade.* Casou em Portalegre a 29 de Novembro de 1791 (sendo testemunhas o Capitão-mor Pedro Celestino de Castelo Branco, chefe da família dêste nome e da dos Caldeiras de Portalegre, e o Dr. José do Casal Ribeiro) com Dom Francisco Grande e Metelo, oriundo de Hespanha, Doutor em Medicina pela Universidade de Salamanca. Dou-lhe o título de *Dom*, porque assim se encontra qualificado em despachos do antigo Desembargo do Paço, sentenças de outros tribunais, e emfim em todos as actos oficiais que se referem a êle ou a seus filhos. Êste D. Francisco pertencia a uma familia pura, limpa, e considerada, que vivia das suas rendas; foi educado por um Clérigo, irmão de seu avô paterno, tio e padrinho êste de D. Pablo Montesino, Deputado às Cortes em Hespanha, e também Médico. Êste D. Pablo fêz justificação de nobreza, e casou com uma senhora da família Duque Estrada, e teve dela a D. Cipriano Secundo Montesino, Enge-

nheiro notável, Senador no vizinho Reino, Presidente da Academia Real da História, e Duque de Vitória por cabeça de sua mulher, sobrinha herdeira do Duque do mesmo título. D. Francisco Grande e Metelo e sua mulher tiveram, além de outros filhos e filhas, o seguinte, mais notável de todos:

7 — *José Maria Grande* (ou Grande e Caldeira, como êle assinou na sua mocidade), Bacharel em Medicina e Filosofia pela Universidade de Paris, do Conselho de S. M., Par do Reino, Governador Civil, Lente de Botânica na Escola Politécnica, Director do Instituto Agrícola, Comendador e Cavaleiro de várias Ordens, Sócio da Academia Real das Ciências. Emigrou durante a usurpação, tomou parte importante no ataque e na defensa da praça de Marvão, viu confiscados os seus bens pelo Govêrno intruso, serviu durante a guerra em 1834 à sua custa Depois de uma vida tôda dedicada ao serviço da sua terra, em elevados cargos, que exerceu sempre com a mais indiscutível honradez, faleceu no Jardim Botânico da Ajuda em 1857. Não tem sucessão.

*

Existem em poder de um dos descendentes de D. Francisco Grande e Metelo, e meu amigo desde a mocidade, todos os têrmos baptismais e matrimoniais, que justificam a sua ascendência dos Andrades de Monsanto, desde os príncipios do século XVII.

§ IX

Andrades, de S. Vicente da Beira

1 — *Vasco Homem de Brito* viveu em princípio do século XVI na vila de S. Vicente da Beira, foi Comendador na Ordem de Santiago, em cujo hábito professou em 1529, Fidalgo da Casa Real, e possuía na dita vila um prazo chamado «do Mestre Fernão Rodrigues» foreiro à Ordem de Aviz, e no qual foi êle a 1.ª vida. Casou com Guiomar Lourenço, irmã de Pero de Andrade (§ III n.º 4), Alcaide-mor de Monsanto. Tiveram, entre outros filhos:

2 — *João Homem de Brito*, Fidalgo da Casa Real. Casou com Clara Tavares. Tiveram:

3 — *Francisco de Brito Homem*, que casou com Maria Teles, filha de Pedro de Andrade Teles e de Jerónima de Andrade. Tiveram: (§ V n.º 1).

4 — *Pedro de Andrade Teles*, Licenciado em Leis. Casou com Beatriz do Couto, e viviam na vila de Monsanto.

Dêstes descendia, entre outros, o General de Cavalaria Paulo de Brito da Costa, que pelejou na guerra da Aclamação. Das suas inquirições consta a nobreza da sua família, e a ascendência referida.

§ X

Vários Andrades destroncados

Outros há, até em Lisboa, que assinam Andrade e Andrada; pretendem uns descender do famoso

Fernão Alvares de Andrada, outros dizem provir de Miguel Leitão de Andrada. Uns e outros são famílias justamente consideradas, e relativamente ilustres e nobres; mas como, ainda que muito solicitados, não apresentaram prova, nem sequer indução, da sua remota ancendência, não podem os genealogistas mencioná-los nos seus registos.

Também me parece difícil, se não impossível, enquanto não aparecer prova segura (e visto ter ardido o cartório da Nobreza, onde deviam achar-se boas justificações, se acaso foram adusidas) entroncar com segurança os Andrades do Pedrogam, os de Monsanto, os da Horta Navia. etc., na antiga linha dos Condes de Andrada e Vilalba, conquanto o autor da *Miscelânea* muito se empenhasse nisso com a sua índole jactanciosa·

A lenda dessa derivação, levantada por Miguel Leitão de Andrada, acha-se hoje, repito, reduzida a pó pelo erudito Braamcamp Freire.

Não me passa pela ideia, contudo, que haja dúvida sôbre a antigüidade e limpeza de sangue dos ramos que analisei; sendo muito provável que todos êsses partidos esgalhos de uma grande árvore tenham origem comum, que não sei achar, fraco linhagista como sou.

Além de todos os que mencionei, muitos outros ramos de Andrada ou Andrade (que tudo é uma e a mesmíssima coisa) existiram, que ou desapareceram, ou jazem sem notoriedade, por falta de bens, ou por outro qualquer motivo, que desconheço.

CAPÍTULO IV

No sítio onde hoje se ergue a igreja de S. Roque, fundara el-Rei D. Manuel uma ermidinha. Foi para albergar umas relíquias daquele Santo mandadas pela Senhoria de Veneza por ocasião de uma epidemia que assolava Lisboa em 1506; desgraça a que alude João de Barros dizendo: Neste tempo era em Lisboa tão grande a peste, que houveram (sic) muitos dias de cento e vinte pessoas (1).»

Atribuia-se-lhe a origem a um navio que chegara de Itália contagiado, trazendo a bordo o Arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa, que tinha ido a Roma receber o pálio das próprias mãos do Sumo Pontífice (2).

Lisboa ardia freqüentemente em febres infecciosas. O mesmo Barros menciona outra peste em 1490, outra em 1481, etc. (3). Não admira que

---

(1) *Asia* — Dec. II, Liv. I, Cap. I.
(2) *Hist. gen.* — T. XII, P. I, pag. 426.
(3) *Asia* — Dec. I, Liv. III, cap. IX, e cap. I.

em tempos de muita fé se recorresse nestes lances apertados à misericórdia divina, por intermédio de Santos intercessores.

As paragens da ermida de S. Roque eram ermos campestres; e, segundo colijo de uma trova do *Cancioneiro*, chamavam a êsse deserto o *rocio da Trindade*. A trova é o testamento do macho ruço de Luiz Freire por D. Diogo de Monsanto. Pede o dito animalejo que depois de morto o levem.

com mui grã solenidade
ao rocio da Trindade,
eu me mando enterrar.

Êsses versos devem ser dos fins do século XV, isto é do tempo em que a mais próxima casa religiosa ali era o convento da Trindade, que assim dava nome e nobreza e êsse rossio ou escampado, do arrabalde, e em que não se erguera ainda a grande e vistosa casa professa dos Jesuitas, que veio a comunicar o seu título a êste píncaro lisbonense.

Outro vestígio existe da feição campestre do sítio; são certos versos de Gil Vicente no auto *Nau de amores*: (1)

Antes que fôsse Lisboa,
nem houvesse aqui cidade,
iam tôdos à Trindade
com três cães e uma furôa
caçar à sua vontade.

(1) Também Jorge Ferreira de Vasconcelos, na sua comédia «Ulyssipo», documenta a solidão do sítio. Na cena I do acto II, um «galante» experimentado, diz a um novato, para se descartar do competidor: — *Levai-o a São Roque que he posto solitário. (Nota de M. S.).*

Extra-muros da parte oriental de Lisboa era conservada pelos Cónegos regentes de S. Vivente uma relíquia de S. Sebastião, advogado da peste. Quis el-Rei, que fora dêste extremo ocidental se levantasse casa condigna ao outro advogado da mesma contagião (1).

Foi do maior entusiasmo na Lisboa Manuelina a construção da nova ermida de S. Roque. Parecia que, depois de erguido êste *sacelo* piedoso, a Cidade ficaria resguardada da invasão tão freqüente des epidemias, e que deviam escudá-la aquelas duas casas como duas atalaias místicas, duas fortalezas sobrenaturais. Acordou tôda a população; foi uma faina nunca vista. Vinham em romaria as senhoras de Alfama trazer elas próprias, por suas mãos, em bilhas enramadas de flôres, a sua água para as obras, buscada no chafariz da Ribeira; e a Nobreza tomou a si a protecção da ermida, inscrevendo no registo da confraria os primeiros nomes históricos de Portugal (2).

---

(1) *Compromisso da Irmandade do Bem-aventurado S. Roque em a igreja da Companhia de Jesus, ordenado pelos irmãos desta antiga Confraria em Lisboa no ano de 1605.* É uma cópia, que parece exactíssima, tirada do original por mão do Conselheiro Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa, que êle facultou ao autor dêstes estudos. No dito Compromisso achou Baltazar Teles por certo as notícias que inseriu na sua Crónica. Em poder do Conde de Tomar, genro do falecido Conselheiro, deve existir a cópia que vi e estudei em 1879.

(2) *Compromisso* citado, Baltazar Teles — *Crónica.*

Foi isto como acima apontei, em 1506; as obras começaram a 24 de Março, conforme inscrições achadas na fábrica primitiva, depois, ao reedificarem-na.

*

Muito tempo ali se conservou, solitária no meio dos seus chilreados olivedos, a ermida de S. Roque; e quando, já em tempo de el-Rei D. João III, escrevia Damião de Góis a sua descrição latina de Lisboa, ainda a ermida continuava isolada no alto de seu miradouro natural. Falando do monte oposto à Esperança, pelo qual sobe a estrada hoje chamada calçada *do Combro*, ou *dos Paulistas*, diz Góis que na lomba dêsse monte era a ermida o que se via; *cujus in tergo sacellum Divo Rocho nuncupatum conspicitur* (1).

Um certo Francisco Domingues, e sua mulher Constança Estêves, deixaram ao citado convento da Trindade «uma herdade que tinham junto à ermida de S. Roque»; constava de um campo de oliveiras, que, passados anos, se aforou em chãos para edificar (2).

---

(1) Damião de Góis – *Urbis Olisiponis situs et figura.*

(2) *Livro da fazenda que tem êste convento da S.S.ma Trindade de Lisboa feito no ano de 1763* — fls. 255 — Tôrre do Tombo — 452.

*

A herdade ou herdades deixadas por êste casal devoto, ao Mosteiro dos Trinos, terceiro quartel do século XIV, foram a origem de uma nova «vila», ou bairro, erguida depois de 1500, e que se veio a chamar «Vila Nova do Olival», representada hoje pelo Bairro do Carmo. *(Nota de M. S.).*

Em 1540 entrou a Companhia de Jesus em Portugal.

A sua primeira residência fixa foi a que hoje se chama ainda o *Coleginho*, por trás da Mouraria, junto à Rua *das Tendas*. Desta casa, fundada para Freiras da Anunciada pela Rainha D. Leonor, tomaram posse os Jesuitas em 5 de Janeiro de 1542. Era uma igreja velha, desamparada, com poucas alfaias, dormitório pequeno, mesquinho claustro. Ali só residia um ermitão, por nome Pedreanes.

Com o correr do tempo melhoraram as circunstâncias; e, vencidas muitas dificuldades, que o minucioso cronista lá historía no seu precioso livro, chegou a final a Companhia a tomar em 1553 posse da ermida de S. Roque, onde veio a ter o seu solar. Fixaram os Padres nuns colmados e pobres choças, que em roda se engenharam, os seus humílimos albergues; albergues de quem pensava mais no Céu do que na terra, albergues de quem engeitava paços (como engeitou a Companhia) para melhor se saborear na contemplação da Natureza.

Era na ermida que se empregava a maior faina da atractiva parenése dos Padres. Enchia-se a nave com a diária concorrência de fiéis, a que não faltavam a Côrte e os Monarcas. Às tardes juncavam-se os arredores com o pôvo de Lisboa; êste ia ali com tamanha devoção, que era mister fazerem-se a um tempo dois sermões: um na capela, outro em

púlpito provisório junto do portal, aos que ficavam de fora «à sombra das oliveiras»; di-lo o cronista (1).

Ora, como disse, defronte da ermida, e separada dela pela estrada que levava aos Moinhos (hoje ruas *de S. Roque* e *de S. Pedro de Alcântara)* (2). erguia-se já então a casa e quinta que herdara Nicolau de Altero de Andrada. Miguel Leitão e o genealogista Manço de Lima ambos a colocam, um na vizinhança dos Padres de S. Roque, e o outro junto ao relógio de S. Roque, do qual tirou nome a travessa *do Relógio*, que era no tempo de Carvalho da Costa a que é hoje *do Guarda Mór* ou se preferem, *do Grémio Luzitano* (!) (3). Seguindo essas indicações, e podendo examinar títulos de propriedades e genealogias, cheguei à certeza de que a residência dos Andradas era onde vemos o palácio que foi da casa de Lumiares, sem tirar nem pôr. A seu tempo averiguaremos isso.

Se não é miragem, das que tão freqüentes enganam aos amadores das velharias, julgo reconhecer o albergue do século XV, com o seu pátio, a sua

---

(1) Baltazar Teles — *Chr. da Comp. de Jesus*, 2.ª parte, 104, 178, etc.

(2) Aos Moinhos de Vento (agora Rua de D. Pedro V) chamava-se então «Pé de Má», e meado o quinhentismo, além do Pé de Má, ficavam as «terras da Ferroa» (D. Jerónima Ferroa), representadas hoje pela Praça do Príncipe Real e suas imediações. *(Nota de M. S.).*

(3) Voltou a ser, de novo, «do Guarda Mór», por Edital de 19 de Agôsto de 1937. *(Nota de M. S.)*

tôrre senhoril, e as suas oficinas rurais, na minuciosa gravura do livro de Jorge Braunio, impressa pelos fins do século XVI (1).

Como esta propriedade dos Andradas era muito vasta, foi uma parte dela escolhida, em 1523, para cemitério na epidemia que então flagelou os habitantes de Lisboa. Por carta datada de Almeirim a 11 de Abril do dito ano, ordenou el-Rei D. João III à Câmara fizesse dois cemitérios: um numa herdade que ficava por fora do postigo de S. Vicente, para a banda do Paraízo, e o outro na que estava a S. Roque para a banda do poente: *huu herdade q̃ esta fora do postigo de sam viçemte, sôbre samta mª do paraíso, e out.º na que está sôbre sã Roque, nã semdo pera baixo pª samto Amtã, senã na que vay comtra samtos* (2).

*

A Companhia foi lançando raízes, ao bafo paternal de el-Rei D. João III. Planeou êle doar-lhe solar condigno de tal instituto, e de braço Real; engeitou-o por humildade a Companhia; bastou-lhe começar a erigir em 1555, sôbre a pequenina ermida, cujo sítio exacto foi conservado por memória, pois é a actual capela lateral dedicada a S. Roque, um templo vasto, e um hospício limitado e cómodo, sem

(1) *Theatrum urbium*, t. v.

(2) Cartório da C. M. L. — Liv. 1.º do provimento de saúde, fls. 74, documento citado nos *Elementos* do sr. E. F. de Oliv.ª, T. I pág. 470.

os primores, porém, que o filho do fundador dos Jerónimos se comprouvera de imaginar. Baltazar Teles lá trás isso muito por miudos.

*

Crescia, alava os seus braços verdes, carregados de flores e frutos, a nova casa professa de S. Roque. Continuavam as prédicas. Se entre os apóstolos da roupeta me é permitido que nêste logar especialise um só, registemos o glorioso nome de um dos mais devotados padres da Companhia, o venerando Inácio Martins, a quem a fama pública melhor conhece por *mestre Inácio da cartilha*. Sim, mestre, nascido com tôdo o condão do ensinamento; mestre que não còrava do seu ministério, e cuja aula era aquela primeira capela do corpo da igreja do, lado da Epístola, que lá esta, e a que êle trocou por suas obras o orago em Nossa Senhora da Doutrina (1); sim, guia das crianças do bairro, pai dos pobres, soberano cujo ceptro era uma caninha verde, e cuja palavra era musica do ceu.

Isso foi, e muito mais, o mestre Inácio da cartilha.

Consulte-se Baltazar Teles, que dará aos estudiosos abundantes notícias dêste virtuoso confrade, colega, e amigo (2), e também a *Demonstração*

---

(1) No correr dos tempos a capela de Nossa Senhora da Doutrina modou-se para onde hoje está: é a primeira do lado direito junto à porta; mas a primitiva do padre Inácio é a outra.

(2) *Crón. da Comp. de Jesus* — P. II, pág. 215 e seg.

histórica da Paróquia dos Mártires (1). Aqui basta-me dizer que me parece ter êste Padre sido de estirpe nobre, ou pelo menos aparentado com gente distinta. Era sua consangüínea D. Catarina de Abreu, mulher de D. Alvaro Pereira (2).

Foi êle o primeiro admitido em Portugal ao Noviciado da Companhia, a 17 de Abril de 1547, e em Inácio trocou o seu nome da Pia, que era Vasco. Para se vêr aonde chegava o seu zêlo do bem público, ainda direi que se opôz quanto soube à fatal jornada de África, entregando pessoalmente ao mal-aventurado Rei uma *carta de aviso*, em verso, segundo o minucioso Leitão de Andrada (3).

Com tantos predicados de perseverança, lucidez de espírito, e bondade, não admira que a inflluência dele nos costumes e na moral dos seus concidadãos fosse pasmosa. Escutava-se-lhe a voz suave e edificativa, como se escutaria um cântico. Não se imagina hoje a que ponto de afectuoso fanatismo chegou a veneração ao bom Padre Mestre, cuja fisionomia toda riso, toda caridade e indulgência, o povo se acostumara a ver passar pelas ruas tumultuosas da Capital, entre um grupo buliçoso de alunosinhos.

Abramos aqui um parentesis. Quere o leitor ver até onde subia o respeito que tinham ao Padre?

---

(1) Pág. 244, n.º 299 e seg.
(2) *Hist. gen. da C. R.* — T. XII, pág. 357.
(3) *Miscel.* Dial. VII.

*

Uma vez (foi por aqueles tempos, não sei quando), alta noite, despertou no seu leito uma piedosa viúva, moça e formosa ainda, a quem era uso ir, no dia da festa de Setembro, a pé e descalça, até à Luz, pagar à Virgem uma promessa anual. Viu que já clareava, ergueu-se, e abalou. Chegando à rua, percebeu que era do luar, e não da alvorada, o clarão que a enganara. Como quer que fôsse, e visto que ali estava, pôs-se a caminho.

Chegou ao alto de S. Sebastião da Pedreira e ouviu meia noite num campanário. Atemorisou-a o achar-se tão tarde fora do seu lar; mas resolveu, nem tornar à pousada, nem aventurar-se a tais deshoras pelos êrmos, se não descansar ali nalguma porta ou nalgum poial, até ser deveras manhã, e seguir então mais pelo seguro.

Nisto, ouve um tropear de cavalo, e vê vir cantarolando um cavaleiro, moço e guapo, tal como lho mostrava a formosa lua do nosso formosíssimo Setembro lisboeta. Pelos modos era algum vadio de Côrte que recolhia. Ainda mais se retraiu envergonhada e temerosa a pobre solitária.

A noite, de clara que estava, era como dia. O cavaleiro ao avistar ali, perdida, extraviada, aquela mulher misteriosa, deteve-se. A imaginação acesa inspirou-lhe não sei que ousadias; os fumos da ceia de onde porventura se erguera, soltaram-lhe essas despejadas ousadias em tentativa diabólica. A hora, o calado do campo, o aventuroso da expedição, levaram de vencida escrúpulos.

Perguntou à penitente o que ali fazia. Respondeu ela compondo a voz e o aspecto, a sua singela verdade. Ofereceu-se logo o dissimulado moço a levá-la de garupa até à Luz; e antes que ela pudesse defender-se, tomou-a, traiçoeiramente cortez, na anca do murzelo, meteu de esporas com o seu furto singular, e lá se abalou galanteando. A mesquinha da viúva encomendou-se à Virgem em tão apertado lance.

Poucos passos andados pára o cavaleiro. No turbamento que lhe afogueava os sentidos ouvira... isto é, crera ouvir... como que ali por perto, na mesma estrada, de entre o massiço escuro de uns freixos, algures, a cantilena arrastada e musical da doutrina do tão popular Mestre Inácio, a quem êle próprio, o mancebo, como todos, venerava:

Todo o fiel cristão
é mui obrigado
a ter devoção
à Santa Cruz!...

Mas quê? Mestre Inácio áquela hora! naquêle descampado! não podia ser. Riu-se da sua própria ilusão, que aliás não era explicável, e tornou a andar.

Tornou a arripiá-lo (sem êle atinar porquê) entre o silêncio vastíssimo da noite, que nem aragens nem ladridos longínquos perturbavam, a toadilha tão sabida em Lisboa, e as vozes das crianças, e entre elas a do seu guia espiritual.

Pelo sinal
da Santa Cruz!
Todo o fiel cristão...

Tornou a parar, atónito da novidade.

— «Escusai-me um pouco; — diz o alucinado à penitente, depondo-a no chão — aguardai-me aqui, enquanto eu vou destrinçar o que possa isto ser. ¡Mestre Inácio neste campo! ¡a esta hora morta! e vem a aproximar-se! Temo me reconheça, e vou-me primeiro a encontrá-lo.

E assombrado arrancou a galope por uma azinhaga, em busca das vozes soltas com que a fantasia desvairada o embaíra. E assim deixa livre e ilesa a pobre dona, que pôde apressada esconder-se-lhe de vez, e a quem êste caso providencial conseguira salvar.

¿Um acaso? não. Salvara-a o remorso na consciência do seu roubador, e salvara-a, lá de longe, sem ela o suspeitar sequer, o condão sobrenatural da fama do inocente Padre Mestre Inácio.

Oh! que ardentes não deveram ser as graças da penitente à Virgem que lhe fôra tão evidente amparo.!

Tempos de fé.

Acabou-se o parêntesis. Voltemos a S. Roque de Lisboa.

CAPITULO V

Com os progressos da Companhia, com a fama das suas virtudes, com a crescente influência de gente às suas festas e sermões, entrou a nobilitar-se aquêle campo deserto; e, já pelo condão atractivo que tiveram sempre as casas religiosas, já pela tendência de Lisboa a expandir-se para o Ocidente, foram pensando os poderosos em que de tantos olivais e pastios devia brotar o melhor bairro da Cidade. E mais os deveu incitar nessa ideia o desiquilíbrio que nas rendas de casas, e nas comodidades dos cidadãos, tinham produzido os terremotos recentes, e o subvertimento de ruas inteiras. Por isso não admira como se deixaram os dinheirosos namorar do convidativo aspecto daquela região. Provàvelmente Nicolau de Altero, que já era rico, e seu padrasto Bartolomeu de Andrada, que também o era, pois desposara uma rica viúva, anteviram lucros pasmosos no arroteamento dêsses chãos lavradios, e entraram a dar de aforamento o seu latifúndio. A energia monetária da fidalga Lisboa oriental empenhou-se

logo, como era claro, na construção da nova póvoa, nascida ali por encanto da palavra dos Jesuítas. Havia naquêle instituto sagrado uma inegável vis civilizadora, que sabia arrastar as turbas para as idéas do bom e do grande.

A povoação, o enobrecimento, e a civilização do *Bairro Alto* de S. Roque (como depois lhe começaram a chamar) isto é o mais considerável aumento que teve a Capital, que no primeiro quartel do século XVI não contava para mais de vinte mil casas (1); êsse aumento com tôdas as suas conseqüências pecuniárias, sociais, económicas, e higiénicas, é pois exclusivamente filho legítimo da Companhia de Jesus.

Mas não digamos ainda *bairro*, que nêsse tempo não o era; figurava o sítio como uma vila às abas de Lisboa; chamava-se *Vila Nova;* e para a caracterizar coroaram-na no século XVI com o apelldo dos seus directos senhores: *Vila Nova de Andrade.*

Sim, Vila Nova de Andrade; mas o título de «Vila Nova», demonstrando a tendência da Cidade a expandir-se sôbre o Poente, êste título dado ao aglomeramento de prédios que insensivelmente se iam edificando por fora da porta de Santa Caterina, é muito mais antigo, é anterior aos Jesuítas. Henrique da Mota, Escrivão da Câmara d'el-Rei D. João III, fazendo uma relação exacta ao povo de Lisboa e seus arrabaldes em 1528, já dá à Vila Nova de Andrade 408 habitantes (2).

---

(1) Damião de Gois — *Urbis Olisiponensis situs et figura.*
(2) J. B. de Castro — *Mapa de Portugal* — T. III, pág. 51.

No cartório da Câmara Municipal existe um documento, em que el-Rei D. João I permite o aforamento enfatiota dos chãos de Vila Nova, às portas de Santa Catarina (1)

Êstes chãos foram se aforando e desmembrando em proveito do público. O *Sumário* de Cristóvão Rodrigues de Oliveira apresenta já feitas em 1551 algumas poucas ruas: a *das Gávias*, a *dos Calafates*, a *da Atalaia*, a *da Salgadeira* (sic), e a *da Rosa*.

O que se vê portanto é o seguinte: Vila Nova, isto é o embrião de uma póvoa importantíssima, existia em começo desde o século XIV; o arroteamento principiou; mas o verdadeiro aproveitamento regular e metódico, das herdades circunjacentes, e a sua total transformação em serventias urbanas, deveu-se ao impulso civilizador da Companhia de Jesus. (2)

---

(1) Liv. 2.º d'el Rei D. João I, fl. 1 a 6.

(2) O autor pressentia uma antiguidade maior a Vila Nova de Andrade, levado pelo informe exacto de Henrique da Mota. O Escrivão da Câmara Real, na sua Relação de 1528, diz que nêste novo extravasamento da cidade para o Poente, já se contavam 408 habitantes, o que não era de admirar dado que o povoamento começára, como vimos, em 1513. Por seu turno Cristóvão Radrigues de Oliveira, no seu «Sumário das Notícias de Lisboa», pouco depois do meado do século, aponta, no novo bairro, como já traçadas, as ruas do Norte, das Gáveas, dos Calafates, da Atalaia, da Salgadeira, de São Roque e da Rosa, além da travessa da rua das Gáveas. Era muito para uma Vila Nova de tão recente formação como a julgava Castilho. Tudo isto o levou, naturalmente, a filiá-la noutra que D. João I mandára

*

Fôsse quem fôsse o intendente das construções, e tivesse, ou não, o Senado de Lisboa ingerência directa no traçado de *Vila nova*, o que é visível é que se olhou com certo desvelo para o Nascente povoado. Houve plano: e não foi o acaso quem o delineou, o *acaso*, que assim se chamava o arquitecto moirisco da Lisboa velha. Admira-se uma grelha quási simétrica de formosas ruas cruzadas em ângulos rectos. Ali já há progresso palpável, ordem, sistema, que é o segredo das obras grandes; já alvorece o rigor pombalino da nossa *Baixa* de hoje; já as avenidas são relativamente largas e alinhadas; em suma: sôbre aquela amostra de edificação arregimentada, cómoda, e clara, paira (ou eu me engano muito) o pensamento claustral, o espírito luminoso e uniforme da Companhia.

---

casear às Portas de Santa Catarina, à falta de documentos que o esclarecessem quanto ao nenhum parentesco entre as duas, salvo no que se poderia filiar do progressivo desenvolvimento citadino.

Esta outra Vila Nova, resultara do diploma régio de 1 de Novembro de 1410, em que o Rei de Boa Memória ordenava se caseasse o logar da Pedreira, às ilhargas da Rua Pública que ia até às Portas de Santa Catarina, ísto é, de ambos os lados da nossa actual Rua Garrett e do Largo do Chiado. A essa vila ou bairro ficou o nome de Vila Nova de Santa Catarina, e tôda ela se aninhava dentro das muralhas da Cerca Fernandina, como se pode ver mais desenvolvidamente, no nosso trabalho *O Carmo e a Trindade* (Vol. I, pág. 103 e seguintes). A Vila Nova de Andrade, a que se refere o escrivão Henrique da Mota, em 1528, era

Vila nova de Andrade assim bafejada pelos Padres e pela Nobreza tornou-se moda. Em breve retalhou-se, ou por enfiteuses ou por compras, todo aquêle largo trato de terreno; uns escolheram aqui, outros ali; uns queriam a vista do campo, outros a do mar; um preferia contemplar o poente, os outeiros verdejantes, a barra do Tejo e as campinas da Outra-banda; aquêle ia buscar a saude nos ares lavados dos Moinhos de Vento; aqueloutro voltava-se para o Nascente, e para os morros acastelados, a mirar os azulejados coruchéus da gótica Lisboa de S. Jorge e S. Vicente, ou a espairecer a vista no olivedo densíssimo do monte de

---

a póvoa extra muros, originada dos sub-aforamentos da herdade da Boa Vista, iniciados em 1513, feitos por Bartolomeu de Andrade, dos prazos de que era enfiteuta, por via de sua mulher, com autorização do senhorio directo que era, então, Lopo de Atouguia, filho de Luís de Atouguia a quem a viuva do Guedelha Palançano os vendera.

No «Sumário» de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, aparecem já várias ruas e sítios do novo agrupamento populacional, como ruas das Flores, do Castelo, da Orta (talvez a Orta Seca), do Outeiro, das Chagas, dos Chamões do Correia, de Rolão Correia, do Veloso, que também chamam Rua da Alegria, das Parreiras, e ainda a travessa do Rolão Correia, a Rua da Oliveira, a da Esperança, a Calçada da Boa Vista e o Vale das Chagas, tudo sinonímias cuja explicação um dia se fará

As ruas das Flores, a do Castelo, e do Outeiro, pertenciam à génese do bairro, e já são nomeados em 1516, pelo menos, como outras que então se nomeavam «do Cabo» e da «Barroca do Mar». *(Nota de M. S.)*.

Sant'Ana (1); outros finalmente espreitavam do alto da ribanceira, para o açafate florido do Vale verde, da Anunciada e de Andaluz.

«Pois o passeio de S. Roque até descobrir a Boa Vista! — exclama um dos maiores entusiastas da nossa ridentíssima Lisboa, o velho Luís Mendes — não pode ser coisa mais agradável, vendo, depois que se sai dos Moinhos de Vento, de uma parte o Vale da Nunciada cheio de hortas e ilustres casas até Andaluzes! e da outra a Boa Vista, e todo o seu mar até fora da barra! e os do caminho de Bethelem e de Enxobregas, para quem os quiser mais largos! ¿Que cidade tem outros mais alegres e com melhores fins? (2)».

Naquela cumieira, escampada e livre, houve logar para todo o género de edificadores.

A quinta dos Andradas era grande, e, segundo se vê, hospedeira. Por devoção, e por elegância, muitos nomes ilustres ali edificaram os seus solares. Quási que não há ruas daquelas onde não vejamos casas nobres, algumas muito vastas e muito opulentas, se bem que a maior parte em grande decadência hoje, e algumas transformadas.

Tudo isso foi efectivamente para a Lisboa mística do século XVI agradável novidade e profícua diversão.

---

(1) O monte de Sant'Ana era em fins do século XVI (publicação aproximada do vol. V do *Theatrum urbium* de Braunio) tão vestido de olivedo, que diz o mesmo livro: *Collis... densissimo oliveto obsitus, ut non facile introrsus inspici possit.*

(2) Do sítio de Lisboa — edição de 1803 — pág. 228.

É visível a satisfação e ufania, com que Baltasar Teles, peninsular entusiasta, como o seu pitoresco estilo denuncia, exclama:

«É êste bairro, se não o mais freqüentado, ao menos o mais gabado; as casarias, mui nobres; a obra de arquitectura romana e de traça moderna; o sítio, o mais alto da Cidade, o mais descoberto ao norte, o mais lavado dos ventos, o mais purificado nos ares (1).»

Depois desta fundação arrojada, a tortuosa Alfama e a escura Mouraria ficaram sendo o passado cavalheiroso; Vila nova constituiu-se fidalga logo ao nascer, mas fidalga de paz, lavradora repousada e senhoril.

Em S. Vicente e no Castelo ficaram morando as crónicas sangrentas das eras mortas; pelas vielas do morro oriental ressoavam os ecos das lendas de arnezes e montantes; Vila nova de Andrade tinha na sua avoenga as tradições bucólicas dos pastios e arvoredos, e sendo, como era, a morada do presente, sorria como berço auspicioso do futuro.

Alfama era a epopeia; Vila nova a égloga.

*

A crescente faina da colónia foi pois um progresso bem aceito da opinião, e auxiliado dos grandes e opulentos. Em vez das vielas tortuosas de S. Gião e Madalena, os coches e as liteiras encontraram boas renques de casas alinhadas, que muito pasmaram os moradores da *inclyta Ulyssêa*.

---

(1) *Chron. da Comp.* — Part. II, pág. 101.

«As oliveiras—diz o Padre Teles—transformaram-se em casas, os cerrados deshabitados se mudaram em edifícios grandiosos, cheios de gente nobre e de fidalgos ilustres; os valados toscos se trocaram em formosas ruas; o campo se fez cidade; o monte se converteu em côrte; e o sítio deserto se viu mudado em uma copiosa povoação: de sorte que representa hoje aquêle bairro uma bastante cidade, que, por estar edificada sôbre monte, não se pode esconder (1).»

O Padre falava em 1640 e tantos, isto é, muito menos de um século depois do verdadeiro desabrochar da vila; fôra rápido, como se vê, o crescimento; e tanto, que o nome de *vila* bem cedo se obliterou (prova de aumento); a vila passou a ser bairro da cidade a que tinha ficado adjacente, e o público denominou-a *o Bairro Alto.*

E note-se que, já no tempo de Miguel Leitão de Andrada, o título da vila andava como que meio afogado nos vários subtítulos das ruas e paragens do bairro. Nêsse tempo, diz aquêle autor que *principalmente* chamavam *Vila Nova de Andrade* ao campo que ia da porta de Santa Caterina até à igreja das Chagas (2).

---

(1) *Chron.* — Part. II, pág. 101.
(2) *Miscell.* — Dial. 10.º.

*

Vila Nova de Andrade, foi toponímia que, após a vinda dos Jesuítas para São Roque deixou de sêr comummente aplicada à antiga Herdade de Santa Catarina. Esta

Depois, a pouco e pouco, tudo por aquêles contornos tomou as suas denominações particulares, os seus foros cidadãos, e *Vila Nova* ficou pertencendo à arqueologia. Foi o que tinha sucedido a *Vila galega*, da banda de S. Vicente (1), a *Vila quente*, da banda da Graça (2), a *Vila Nova da Gibetaria*, na Ribeira, (3), etc. etc.

---

passou a sêr mais conhecida por «Bairro Alto de São Roque» e aquela arreigou-se mais ao território do Sul onde alastrava a Herdade da Boa Vista. O informe do autor da «Miscelânea» está inteiramente certo, como seria natural. Ainda em 1663, quási cem anos depois, numa escritura tabeliôa, datada de 18 de Maio dêsse ano, se cita um Prazo «em Vila Nova de Andrade, fóra das Portas de Santa Catarina, bairro das Chagas, à Calçada do Combro» (*Index das notas de vários Tabaliães de Lisboa*, tomo III, pág. 17), e um Afonso de Proença, Cavaleiro da Casa do Cardeal Infante e Meirinho dela, que fez testamento em 1539, morava na cidade de Lisboa, em Vila Nova de Andrade, ao Pico. (*Index de Tabeliães*, vol. II, pág. 8). *(Nota de M. S.)*.

(1) Fr. M. da Esperança.—*Chron. dos francisc.*—Tom. II, pág. 317.

(2) Ainda assim chamada no princípio do século XVIII, segundo encontrei numa antiga escritura.

(3) A propósito: tôdos os escritores de antigaidades lisbonenses, enganados por um lapso de Herculano, que não leu bem um documento (apesar de ser paleógrafo), diziam e repetiam *Vila nova de Gibraltar*. Coube a um estudiosíssimo compilador, muito conscienciosо e já erudito, o sr. Augusto Vieira da Silva, publicar a verdade no seu livro *A Judiaria velha de Lisboa*, onde se lê a pág. 8:

«Alexandre Herculano escreveu uma vez: *Vila nova de Gibraltar era a «Communa dos Judeus»* (*O Panorama*, vol. 2.°, série 2.ª, 1843, pág. 403), e coloca essa comuna à beira do Tejo, onde se construia o edifício da Misericórdia. Esta

Era a continuada invasão, bem graciosamente pintada por Herculano num dos primeiros capítulos do *Monge de Cister*; a absorção dos subúrbios pela incontentável e magnífica Lisboa.

---

asserção, devido ao respeito que se tem pelos méstres, tem passado como um dogma para todos os escritores. Nós, não contestando que Alexandre Herculano tivesse visto em algum documento chamar Vila Nova de Gibraltar à Judiaria grande de Lisboa, só lamentavamos a nossa infelicidade, por os milhares de documentos que tivemos de examinar, e as pessoas a quem consultámos, não nos fornecerem uma só referência a essa Vila Nova, quando a chave da interpretação nos foi dada pelo hábil paleógrafo o sr. General Brito Rebelo. Provém apenas da leitura errada da palavra *Gibitaria,* nome de uma rua da comuna hebraica, em algum documento de pior ortografia. As ruas do bairro judeu, depois da saída dêstes, eram também algumas vezes chamadas Vilas Novas, como por exemplo: Vila Nova do Chancudo, Vila Nova da Gibitaria, etc., locuções equivalentes a Rua do Chancudo em Vila Nova e Rua da Gibitaria em Vila Nova. Devemos pois aceitar que nunca a comuna dos judeus em Lisboa teve a denominação de Vila Nova de Gibraltar.»

Iludido nêste ponto (como de certo em muitos outros) disse sempre *Vila Nova de Gibraltar* no meu livro *A Ribeira de Lisboa,* e aqui. Posso corrigir-me, felizmente, seguindo a indicação do sr. Vieira da Silva, a qual parece de todo o ponto aceitável.

CAPÍTULO VI

Viu-se a quem pertenciam nos séculos XV e XVI os desertos pegados com a cêrca de Lisboa. Assistiu-se à fundação da Casa professa de S. Roque; à faina da edificação de *Vila Nova de Andrade*; à troca dêsse nome no de *Bairro Alto*. Finalmente examinou-se o pouco que eu sabia, e pude averiguar, das origens do sítio, isto é: da metamorfose da vasta campina em arruamento cidadão, graças à influência mágica da Companhia.

Resta-me tratar do nome de algumas das ruas do bairro; narrar a história de algumas das suas casas religiosas e particulares; as tradições históricas e legendárias, que por aquêles cunhais e beirados habitam, como aves da noite; e por fim, alguns dos característicos de tão histórica região.

*

É engraçado verificar que em muitas das artérias populosas que por ali atravessam, ficou impressa a feição primitiva dos sítios. Em muitos nomes

dessas ruas se rasteia o que elas disfarçam; em muitos recantos prosaicos, e de todo cidadãos, do nosso *Bairro Alto* se aninha, aqui, ali, com o seu bucolismo tão agradável, a lembrança da vasta propriedade, hortelôa e vinhateira, do velho João de Altero. Vejamos:

A rua *da Vinha*, e a próxima travessa *das Parreiras* (hoje *da Cruz de Soure)*, como que nos estão pintando na mente a vertente ocidental tôda verde, e sombreada de pâmpanos de uva escolhida, ufania da adega dos Andradas.

A travessa *da Horta* alastra-se aos olhos com a abundância fresquíssima do seu cognomento.

À rua *dos Cardais* não teriam chegado a charrua e os enxadões; por ali jazia o terreno inculto e árido, talvez para pastio do gado da quinta.

A rua *da Palmeira* e a travessa *da Palmeira* (que eram decerto no antigo *Casal da Palmeira)* (1) elevam os olhos do espírito a algum façanhudo estipe, que mostrava de longe a sua grimpa verde. Quem sabe se o trouxera e semeara algum parente pelejador em guerras de África, ou Ásia, que fôra levar o nome galego dos Andradas a pagodes mirificos de naires, a senzalas de cafres, ou a aduares de Berberia!

A rua *da Horta Seca* e a travessa *do Sequeiro* (2) dão pouco refrigério ao coração, que se confrange

(1) Carvalho da Costa — Tom. III, pág. 490.

(2) Se êste nome não é acaso corrupção de *Travessa do Siqueira,* que existia no tempo de Carvalho da Costa na freguesia de Santa Caterina.

quási ao pensar na sitibunda alface, e nas renques amarelentas dos feijoeiros.

Mas lá está a travessa *do Poço da Cidade* (1), e a *do Poço da Crasta* (2) e o *Poço do Chapuz*, para dessedentar a quanto nabal se alastre nêsses contornos.

Em suma: a rua *do Carvalho*, a rua *do Loureiro*, a rua *do Jasmim*, a rua *da Era*, a travessa *da Era* (ou *hera*), a travessa *das Chagas velhas*, a travessa *da Laranjeira*, ou *das Laranjeiras*, como dantes se chamou, a rua *das Parreiras*, a rua *das Flores*, e talvez a praça das *Flores*, são risonhas amostras de um quadro que se perdeu, um grande quadro variegado, painel muito florido, a que talvez se apegassem, aqui, ali, nalgum canteiro, nalgum alegrete, nalgum caramanchão, memórias desconhecidas das lindas mãos de Brites ou de Helena de Andrada; e digo *lindas*, porque Miguel Leitão lá confessa, com ar malicioso, que havia então parentas suas bem formosas (3).

Apraz-me o nome *do Moinho de Vento*, sítio donde se descortinava então um panorama delicioso, a julgar pela elevação. A vista gravada no *Urbium præcipuarum totius mundi theatrum*, apresenta essa parte de Lisboa coroada de seus moinhos esguios.

---

(1) Chamada vulgarmente, no tempo do terremoto, *Travessa do Brigadeiro*, segundo vi no tombo mandado fazer por ordem do Marquez de Pombal.

(2) Ainda no tempo de Carvalho da Costa, que a menciona na *Chorografia* — Tom. III, pág. 504.

(3) Dial. 20.º.

E ao passar ali hoje, naquela artéria tão concorrida, crismada, não se sabe por quê, em rua *de D. Pedro V*, transporta-se o cismador ao deserto da grande lomba, e ouve os uivos do vento da serra no velame, e a viola ociosa dos moços do moleiro.

¿Tudo isto o que prova? prova o domínio absoluto da terra, a prevalência da natureza sôbre o homem, e o império que sôbre três longos séculos exerce ainda a sachola da jardinagem, a charrua das lavras, a navalhinha das empas, e o enxadão dos hortelões.

CAPÍTULO VII

A rua *da Atalaia*, próxima à *da Barroca*, é o ponto culminante do Bairro. Tôdas as travessas que da rua *larga de S. Roque* a vêem demandar sobem não pouco até à Atalaia. Esta circunstância de elevação é atendível, se a casarmos com o nome da rua. Tudo leva a crer que, na porfiosa guerra que precedeu e seguiu a eleição do Mestre, uma boa parte do arraial dos Castelhanos por ali estanciasse, e naquele alto houvesse postado, como em crista de muito alcance, os olhos curiosos de alguma atalaia a espreitar a muralha e as duas importantes portas ocidentais, para aviso aos cercadores.

Era ameaçadora a postura da gente da armada castelhana em terra e mar. Como valentes pelejavam os de el-Rei D. João de Castela; como valentes lhes respondiam os da cidade. Gemia Lisboa obrigada de apertado cêrco em volta dos seus setenta e sete bastiões. O grôsso do arraial inimigo estendia-se por várias paragens: uma parte junto do mosteiro de Santos (hoje paroquial de Santo-o-Velho),

onde se armara uma casa sobradada para o Rei estrangeiro, e em roda muitas tendas para senhores e nobres; outra parte daí até Alcântara; e outra no vasto escampado ao norte da cidade, o qual, segundo alguns, se ficou chamando desde então *Campo da lide*, e logo por abreviação *Campo-lide*, por ser, diz Duarte Nunes, *campo em que os da lide estavam alojados.* (1)

Campo da lide é êste; aqui lidaram,
Elisa, os nossos, quando os nossos eram
lidadores por glória! aqui prostraram
soberbas castelhanas, e venceram;
que pelo Rei e Pátria combatendo
nunca foram vencidos portugueses.

Este terreno é santo. Inda estás vendo
ali aquêles restos mal poupados
do tempo esquecedor,
dos homens deslembrados;
nobres relíquias são de altas muralhas
forradas já de lúcidos arneses,
de tresdobradas malhas.

Eis aí a nossa epopeia contada por aquela boca de ouro.

*

Aditando o que escrevi sôbre o assunto no meu livro *A Ribeira de Lisboa*, direi agora que me parece contudo andar nesta etimologia o que em

(1) *Crón. de el-Rei D. João I.* — Cap. XXIX.

tantas outras se encontra: mais fantasia do que realidade, mais coincidência fortuita de som, do que verdade filológica.

A palavra *Campolide* é séculos mais antiga do que o cêrco dos Castelhanos; é vocábulo gôdo, muito anterior à Monarquia.

O Cruzado inglês Osberno, que assistiu em 1147 à tomada de Lisboa, e a descreveu, refere-se ao lugar onde Veríssimo, Máxima e Júlia foram martirisados, e onde os Gôdos tinham edificado uma capela, destruída depois pelos Mouros (no sítio onde vemos a Paroquial de Santos-o-Velho); e diz no seu latim confuso isto, que vou traduzir:

«No tempo dos Reis cristãos, e antes que os Mouros ocupassem Lisboa, celebrava-se já a memória de três Mártires junto à mesma cidade (1), no sítio hoje (2) chamado *Compolet*, a saber: Veríssimo (3), Máxima (4), e Júlia virgem, cuja igreja, totalmente varrida pela Mourama, apenas três lápides ostenta ainda, como prova da sua ruína, lápides que nunca dali puderam ser arrancadas. Uns dizem que foram altares, querem outros que sepulturas (5).»

---

(1) Lissibona, ou Aschbona.

(2) Em 1147.

(3) Sic.

(4) Sic.

(5) Sub temporibus regum christianorum priúsquam mauri eam optinuissent, trium martyrum memória juxta urbem in loco qui dicitur *Compolet* celebratur, scilicet Verissima et Maximi et Juliæ virginis, quorum ecclesia a mauris solotenus

Ora, pergunto eu, aquêle *Compolet* (ou *Compolit*, segundo a pronúncia do Inglês) aquêle *Compolet*, nome do sítio de Santos, então deserto, não será, com tôda a verosimilhança o avoengo de *Campolide*?

No latim bárbaro chamavam-se *lites* os prisioneiros de guerra não vendidos, mas adstritos ao serviço da gleba. Não se cousiderava o *lite* um cidadão livre, e ocupava contudo posição superior à do servo. Concedia-se-lhe terreno para êle agricultar, mediante o pagamento dum tributo. Êste nome de *liti*, *lidi*, *lœti*, *leti*, ou *lassi*, descendia de *lassen*, *lathen*, ou *liten*, que na língua dos Saxónios, dos Sicambros, e dos Frísios significava *cativeiro*.

Estes *letes*, ou *lites*, eram tribos bárbaras estabelecidas em solo romano nos derradeiros tempos do Império, com o encargo de cultivarem os terrenos incultos ou assolados pela guerra.

Diz Sylvanecte, certo autor francês que usou dêsse criptónimo, numa nota a pág. 75 do seu curioso livro *La Cour Impériale de Compiegne, Souvenirs contemporains*, o seguinte:

«Muito depois da conquista da Gália pelos Romanos, ficou pouco povoado o Sylvacum. Para lá chamou o Imperador Maximiliano Hércules uma colónia de Germanos agricultores. O nome de *Létes* dado a êsses forasteiros domiciliados no

---

destructa, tres tantum adhuc lapides in signum ruinæ suæ ostendit, qui nunquam ab inde potuere sustolli. De quibus alii discant eos fore altaria, alii bastalia

Portug. Mon. — Script. — pág. 396 col. 1.ª

Sylvacum não é designação de povo; é denominação imposta pela conquista. Apelidaram os Francos *Lites*, ou *Lètes*, as famílias dos vencidos que por aqui se estabeleceram cultivando o solo. *Lites*, *Lètes*, ou *Lase*, (segundo os dialectos) significa: homem de condição ínfima (1).»

Aquêle Marco Aurélio Valeriano Maximiano, cognominado Hércules é do século III, Por aqui se vê que o apelativo *Lètes*, ou *Lites*, designando gente baixa, camponesa, podia ter sido dado aos habitantes dêstes contôrnos desde o princípio do século V (invasão dos Gôdos); e assim, Campo dos Lites, ou Campo Lite, seria a origem do Compolet de que fala Osberno.

Peço ao leitor não tome argumento da grande distância que medeia para nós entre *Compolide* e *Santos*. Aquela denominação já outrora se estendeu muito mais do que hoje. Hoje, pode dizer-se que ela reina apenas desde as portas da circunvalação até Sete-rios. Pois *Campolide* se chamou todo o arredor para Poente e Norte. Ao tempo da fundação do mosteiro das Trinas do *Rato*, no topo da actual rua de *S. Bento*, dizia-se o sítio *Campo-*

(1) «Longtemps après la conquête de la Gaule par les Romains, le *Sylvacum* demeura peu peuplé. L'Empereur Maximilien Hercule y appella une colonie de Germains agriculteurs. Le nom de *Lètes* donné à ces étrangèrs venus dans le *Sylvacum* n'est pas un nom de peuple, c'est une dénomination imposée par la conquête. Les Francs désignèrent par le nom de *Lites*, ou *Lètes*, les familles des vaincus, qui demeurèrent liés à la terre. Lites, Lètes, ou Lase, suivant les dialectes, signifie: homme de condition inférieure.»

C. M. L.
GAB E
DE E UDOS
OLISIPONENSES

lide; e a esquina onde no século XVI se fundou S. Bento da Saúde (hoje Hospital da Estrelinha) era a quinta de *Campolide*, e pertencia, por sinal, a Luís Henriques, Governador da Ilha de S. Tomé.

Manuel da Conceição, o curioso ampliador de Cristóvam Rodrigues de Oliveira, diz em 1755 que todo o território que das Fábricas das sêdas ia até à Ribeira de Alcântara se apelidava antigamente *Campolide;* e que ao tempo em que êle, autor, escrevia, só assim denominavam o que ficava desde a dita Ribeira até à quinta de S. João dos Bem-casados (hoje do Conde da Anadia) (1).

Foi fugindo o nome para o norte, ao passo que as edificações religiosas e particulares iam demarcando e enchendo aquela extensa região desabitada.

*

Conta o *debuxador* e *luminador* das nossas crónicas, Fernão Lopes, que era para vêr o como os arraiais do invasor se compartiam em bem ordenadas ruas, que, pela multidão das tendas, e bandeiras de diversas insígnias, metiam de longe grande vista; «tanto — acrescenta êle — que dizem os que o viram, que tão formoso cêrco de cidade não era, em memória de homens, que fôsse visto de mui longos anos até àquele tempo.»

---

(1) *Suplemento ao Sumário das Notícias de Lisboa* — de Cr. Rodr. de Oliveira, impresso com elas em 1755. — pág. 133.

Era o arraial uma cidadinha portátil, erguida pela ambição guerreira às abas de Lisboa, que tão formosa e tão triste esteve a pique de sucumbir.

Nada lhes faltava, às filas multicores do vistoso acampamento; tudo ali se achava, como em povoação bem apercebida: todo o mantimento, tôdas as mercâncias do luxo, as especiarias, os panos e sêdas, as águas rosadas, as tendas abastecidas do melhor, e as ruas dos oficiais de misteres, «como em uma grande e bem ordenada cidade (1)».

E assim, perante a penúria e crescente fome dos cercados, fanfarreava o Castelhano cercador.

Não se dormia ali. Como o abarracamento de tantos mil soldados se alastrava por outeiros e vales, velavam em volta de Lisboa os olhos fitos do invasor; guardavam-na quadrilhas ambulantes de muita gente de cavalo; e revesavam se «em certos lugares à vista da cidade» os espreitadores das vigias e atalaias, para que ninguém saísse as portas sem ser visto (2).

¿Ora havia porventura posto mais asado ao intento, que o alto da lomba onde veio a ser S. Roque?

Comprova-se com alguns traços dos cronistas a opinião de que por êsse campo ficassem as avançadas, quando menos, do arraial invasor. Vejamo-los; leitor, abre o teu Fernão Lopes.

---

(1) Duarte Nunes. — *Crón. de el-Rei D. João I.* — Cap. XXIX.
(2) Fern· Lopes. — *Crón. de el-Rei D. João I.* — Cap. 114.

Diz êle que el-Rei de Castela, ao chegar junto de Lisboa, se postou «em um alto monte chamado *Monte Olivete* (cujo nome subsiste hoje apenas numa rua da falda do mesmo outeiro); e que, sabendo ali tão perto os inimigos, sairam os nossos «da cidade pela porta de Santa Caterina» para irem escaramuçar com êles (1).

Diz mais o cronista que era junto à porta de Santa Caterina «(àcêrca da Porta de Santa Caterina)» a parte do arraial por onde os nossos mais costumavam sair a escaramuçar (2); o que outra vez prova que aí perto havia inimigo.

Diz mais (3) que os de dentro não deixavam, com serem assim cercados, «de fazerem a barbacan em redor do muro, da parte do arraial (note-se; da parte do arraial) da porta de Santa Caterina até à tôrre de Álvaro Pais.» Eis aí a marcação exactíssima.

Mais ainda: ao descrever o assentamento dos arraiais do Castelhano, escreve estas palavras: «aposentaram suas tendas por Alcântara e Campolide, e por todo o cômaro derredor» (4). ¿Será ousadia conjecturar que êsse *cómaro*, ou *cómoro*, ou *combro* (que tudo é o mesmo) fôsse a lomba do Bairro alto? Para confirmar tal indução lá está ainda a conduzir-nos a íngreme calçada do *Combro*,

---

(1) Id., ibid. cap. 115. — Duarte Nunes. — Cap. XXIX.
(2) *Chron. de el-Rei D. João I.* — Part. I, cap. 116.
(3) Ibid.
(4) *Chron. de el-Rei D. João I.* — Part. I, cap. 115.

cujo nome antiqüíssimo parece tirado do monte a que esta ladeira leva, e conservado até hoje para corroborar o argumento.

Finalmente: Acenheiro, ao mencionar um hospital de sangue na porta de Santa Caterina, diz que o proveram «em muita abastança, porque por esta parte saiam muitas vezes a escaramuçar (1).»

Sempre, segundo é evidente, a mesma idéia.

Assento pois como certo que ali, no sítio mais elevado do campo que é hoje o bairro de S. Roque, e com vista para a Cidade, para o lado de Santos, e para o Tejo, se erguia uma atalaia de Castelhanos; e que daí se trocaram sinais e avisos, de dia por fumos, e de noite por *almenáras* (2), como era de uso, com a armada de sombrios galeões inimigos, que lá em baixo basteciam a beira mar em ordenança, desde as portas da Cruz até Cataquefarás.

Comprazo-me pois em idear que a *queimada* das almenáras deixasse o seu nome sinistro e de mau agoiro ao sitio onde hoje corre em direcção à *Atalaia*, em que desemboca, a inofensiva travessa *da Queimada* (3).

---

(1) Cristovão Rodrigues Acenheiro.—*Coroniquas dos Reis de Portugal, na Coll. dos ined. da Acad.*— Tom. v, pág. 183.

(2) Viterbo.— *Elucid.* — verb. *atalaia.*

(3) Acêrca das almenáras tenho no T. iv da *Histoire ancienne* de Rollin a pág. 432 uma sábia descrição do modo como os antigos se comunicavam em tempo de guerra por meio de sinais.

*

O nome de «Rua da Atalaia» não derivou de qualquer «almenara» sinalizadora do cêrco de D. João de Castela,

*

E sem sairmos destas pinturas guerreiras do cêrco de Lisboa, reconheçamos que é bem possível que o nome da rua *das Gávias* tenha ainda correlação com o da *atalaia* e da *queimada.* Pode vir de *gavia* que era, e é, termo náutico, e vinha a ser a guarita do mastil dos galeões, donde o gajeiro atalaiava o mar. Em castelhano *gavia* val o mesmo; em italiano *gabbia* é não só a gaiola dos passaros (1), mas o cárcere dos presos, e a guarita da vedeta dos navios sôbre o mastro; e no antigo francês *gabie* tinha sentido semelhante. Pode ser que por ali deixassem os sitiantes alguns miradoiros ou guaritas, donde os soldados de vela espiavam, como os da atalaia acima dita, o manobrar dos nossos.

Mas o mais aceitável é o seguinte: em espanhol *gavia* também é fôsso, ou cava; é pois provável

---

como a imaginativa do autor conjecturou, mas de uma Condessa da Atalaia que ali residiu na sua pousada fidalga. Da mesma fórma a «Queimada» que deu orígem à travessa dêste nome, não foi a *queimada* dessas almenaras. Como o provou o ilustre olisipógrafo, engenheiro Augusto Vieira da Silva, tal nome proveio de uma Ana Queimada, proprietária e residente nêste arruamento. Entre as várias conjecturas apresentadas pelo autor para explicar a toponímica «Rua das Gávias», é hoje mais de aceitar, engeitando o influxo das escaramuças do cêrco de Lisboa no tempo de D. João I, a que se refere às *gávias,* na acepção de «fosso» ou «cava» do terreno, dada a orografia do local onde corre a rua. *(Nota de M. S.).*

(1) dos diminutivos *gabbiuola* e *gabbiolina* vem talvez *gaiola* e *gaiolinha.*

que em frente do acampamento houvesse cavas, ou *gavias*, que ali ficassem fundas e escancaradas depois do cêrco, e dessem nome ao sítio, donde passasse depois à rua, que é efectivamente a mais próxima da antiga muralha. E não só no castelhano; no português velho encontra-se *gaiva* ou *guaiva* com o mesmo significado, e descendente em linha recta do *cavea* latino (1).

A rua *das Gávias* tem pois, à falta de uma, duas etimologias com que se engrinalde e ensoberbeça.

Como confirmação desta segunda, que é a mais clara, citarei que numa escaramuça que os inimigos travaram com os nossos, foram êstes perseguidos; e ao correrem, acossados da cavalaria contrária, para a porta de Santa Caterina (note-se), se levavam em grande confusão e destrôço, e muitos «caíam na cava» onde eram mortos (2). ¿Ora que outra cava podia esta ser, senão a *gaiva* ou *gávia* que ainda hoje o nome da rua próxima ao sítio dos muros nos relembra?

E não admira que êsses vestígios mais ou menos profundos do assédio de Lisboa se conservassem no terreno além de cento e cinqüenta anos; a tradição popular é vivacíssima. Lembremo-nos do que sucedeu no Pôrto, por exemplo, onde uma parte

---

(1) No século XV chamava-se comummente *guaiva* o fôsso dos castelos, como mostra a descrição do castelo de Milão, que vem no interessante diário da jornada do conde de Ourem a Basilêa. *A guaiva será de altura três lanças de armas.* — *Hist. gen. da C. R.* — Provas. — Tom. V, pág. 599.

(2) Duarte Nunes.—*Chron. de el-Rei D. João I.*—Cap. XXVIII.

do cêrco ainda lá está, e estará, escrita nas chanfraduras do solo; e olhemos para a gravura sinistra cavada em roda de Lisboa, em Campo de Ourique, nos altos de Campolide, no alto de S. João, etc., pelos fortins, valos, e anteparos das linhas liberais. Essas coisas ficam; muito mais num ermo como era o campo de S. Roque. O povo aprecia-as instintivamente; são ilustrações autenticas ao texto das narrativas.

Aí deixo relíquias apreciáveis, para quem sinta bater o coração ao ver palpitarem, nas páginas de um Fernão Lopes ou de um Gomes Eanes, tôdas as galhardias dos nossos homens de armas.

CAPÍTULO VIII

Seria não acabar o querer miudear anedotas sôbre o Bairro. Baste-nos uma, sacada do ventre dos autos.

Não vamos mais longe do que à rua *das Salgadeiras* (nome antigo, que já se encontra em escritores quinhentistas) (1). Nessa rua mesmo presenceou o século XVIII, o policiado século de Sebastião de Carvalho, de José de Seabra, e de Pina Manique, um caso singular que amotinou Lisboa, que desassossegou o Paço, que sobressaltou muitas casas de nobres, e trouxe em bolandas o Promotor

(1) O autor não aventa qualquer hipótese para explicar esta designação toponímica *Salgadeira* ou *Salgadeiras,* mas creio averiguado tratar-se da planta de tal nome, comumente empregada para fixar terras movediças em barrancos, dado que no ponto em que a rua corre, na orla da antiga estrada ou caminho de Santos, o terreno fazia um barranco, como ainda hoje, apesar de todas as correcções da pavimentação, se pode observar. O emprêgo da «salgadeira», para êste fim, era habitual antigamente. *(Nota de M. S.).*

fiscal das ordens militares, o Juiz dos cavaleiros, os Desembargadores, o Corregedor de Bairro alto, e muita outra gente boa. Foi assim:

O 6.º Conde de S. Vicente, Manuel Carlos da Cunha, era muito gentil homem; e apesar dos seus quarenta e quatro anos, e apesar de casado com a Condessa D. Luiza Caetano de Lorena, que era uma Cadaval dos quatro costados, tinha (segundo é fama) a desgraça de amar perdidamente uma actriz, uma *cómica*, à moda de então, a popular Francisquinha, de alcunha *a Esteireira*, por ser filha de um esteireiro. ¿Quem sabe se o não seria do célebre gracioso, ou bôbo, do teatro do Pôrto, por nome Manuel Pereira, «o Esteireiro», mencionado nas *Memórias* de D. Frei João de S. José, Bispo do Grão Pará? (1) É apenas conjectura, sem fundamento.

Tudo leva a crer que ela fôsse uma Sofia Arnoud, uma Adriana Lecouvreur, na formosura, nas desenvolturas incendiárias, e talvez no talento, quem sabe? Depois de deliciar a plateia da *rua dos Condes* ou do *Bairro alto*, trazia à sua trela amorosa os mais brilhantes satélites da vida airada dos salões, os franças, os peraltas mais açucarados da Lisboa pombalina. Nada pude averiguar do seu papel artístico; limito-me a êste drama cruento, onde ela sem querer se achou emaranhada, e onde chorou a valêr lagrimas bem sinceras.

---

(1) Pág. 164 da edição prefaciada e anotada por Camilo Castelo Branco.

Morava na rua *das Salgadeiras*, com seus pais, e uma irmã; a poisada dela era talvez mais vigiada pelos ciumes do Conde, seu visinho, do que o seria pelo Alcaide mór de Lisboa a tôrre albarran de Alcáçova. A casa dos Condes de S. Vicente era, como se sabe, no Cais dos Soldados; mas ao tempo morava êste titular no Bairro alto, conforme depreendi das frases de documentos que compulsei (1). O citado Bispo do Gran-Pará diz no capítulo das suas *Memórias* intitulado *Calharizes*, que então (meio do século XVIII) moravam os Condes *junto aos cardais)* (2).

Ora habitava também na mesma rua *das Salgadeiras*, um Mestre de campo dos Auxiliares de Traz-os-Montes, José Leonardo Teixeira Homem, elegante, provinciano cortesão, digno de inspirar zêlos, e capacíssimo de atear amores. Foi Cavaleiro na Ordem de Cristo, e filho do Dr. Martim Teixeira Homem, sujeito importante, Superintendente dos descaminhos dos Tabacos na província de Traz-os-Montes, Desembargador no Pôrto, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, e Familiar do Santo Ofício desde 1729 (3).

---

(1) Além dos depoimentos das testemunhas do processo donde extraí esta história, di-lo Frei Apolinário da Conceição na sua *Demonstração histórica da paróquia dos Mártires* págs. 255, dando os Condes de S. Vicente no meio do século XVIII como domiciliários na mesmo freguesia.

(2) Pág. 105.

(3) Tôrre do Tombo — Habilitações na O. de C. — Letra J m. 18, n. 10.

A mulher de Martim, natural de Mirandela, era D. Ana Maria Pinto, sangue limpo e velho.

Aí estão os três actores principais da tragédia: a Chiquinha Estreireira, o Conde, e Leonardo; a dama, o tirano, e o amante. Entremos à cena 1.

Se o galan Teixeira Homem cortejava, ou não, a tentadora Francisquinha, não sei eu; o que se sabe é que na noite de 17 para 18 de Novembro de 1774, cêrca da meia-noite, ia ele muito sossegado recolhendo-se a casa, quando um magote de seis embuçados armados, postados das duas bandas da rua *das Salgadeiras*, o rodeia, o investe, o enovela e o mata.

Fêz bulha o episódio. A qualidade do morto, o dramático da aventura, interessaram a Cidade inteira, e chamaram sôbre o caso as atenções.

Que fizera Teixeira Homem? que malquerenças podia ter? quem eram os seis arruadores? seriam sicários, ou inimigos pessoais?

Não é hoje fácil aquilatar o grau de veracidade, com que as circunstancias mínimas da tragédia se conspiraram contra um homem só, rico e poderoso, acusando-o de instigador do crime. Não é fácil ajuizar da validade da hermenêutica empregada pelo instinto público, para deduzir daquelas circunstâncias um rumor geral contra o Conde de S. Vicente. Não é possível investigar os porquês da fúria, com que uma entidade abstracta mas muito real, complexa mas muito unida, chamada o senso popular, se ergueu terrível e solene, e (sem que uma única testemunha pudesse dizer *eu vi*) estampou o estígma da reprovação naquela fronte descuidosa. Aceito o facto com as cautelas devidas,

sem querer manchar com suspeitas temerárias a memória de quem não pode defender-se. Narrarei apenas, à vista dos libelos articulados, e das sentenças absolutórias do reu e seus cumplíces.

Que houve suspeitas fundadas, é inegável; que se formou em volta do indiciado um silêncio sepulcral, tudo o comprova. Cá por fóra a opinião amotinada expandia-se em boatos, em insinuações, em vociferações, em sonetos insultantes, e em pasquins venenosos, como por exemplo aquêle que apareceu uma madrugada no pelourinho:

Está belo e excelente
P'ra o Conde de S. Vicente;

sonetos e pasquins (dilo-ei em parêntesis) atribuídos mais modernamente, sem fundamento algum, a Bocage, o qual estava então em Setúbal, e era um menino de oito anos!

Urgia dar satisfação à opinião pública. O corregedor do *Bairro Alto* devassou. Foram presos os criados da Casa de S. Vicente, e inquiridos; presa a Francisca *Esteireira*, interrogada e acareada a família dela, o pai, a mãe, a irmã, mais a vizinhança; e começava-se também a querer proceder contra Manuel Carlos da Cunha, apesar de Conde e Grande do Reino, de Vice-Almirante e Conselheiro de guerra.

Dias depois do atentado, indo o Cardeal da Cunha, Regedor das Justiças e tio do Conde, a casa do seu colega o omnipotente Marquês de Pombal, na calçada da Ajuda, o Marquês chamou-o de parte, e lhe disse que, não podendo já dissimular-se um

caso tão grave, mas ao mesmo tempo não desejando el-Rei ver uma execução na pessoa do Conde de S. Vicente, não havia remédio senão retirar-se êste logo para fora do Reino. O Cardeal recolheu-se muito aflito a casa, e mandou por um irmão insinuar ao Conde que sem demora abalasse.

Nessa mesma noite, indo o Cardeal ao paço, el-Rei D. José perguntou-lhe particularmente:

— O Conde já se retirou?

— Já, sim, meu senhor — foi a resposta.

E el-Rei só disse, com modo significativo:

— Está bom.

O Conde sumira-se a tôda a pressa, caminho de Badajóz, nessa mesma tarde pelas 3 horas.

Os comentários incansáveis do povo, eterno romancista, autor e editor a um tempo, lá foram continuando, como pudiam, a colorir o confuso e escuro desenho da aventura de Teixeira Homem. Teixeira Homem ficou legendário; e em volta da detestada casa do Conde ausente, onde a inocente e espavorida Condessa passava os dias em orações, pairavam hostis os ódios anónimos da reparação popular.

*

Repito: eu não estou aqui para carregar as culpas do Conde; não tenho o ingrato mister de acusador. Mas não devo deixar passar despercebidas algumas circunstâncias um tanto vagas.

Examinemos:

O libelo do Promotor Fiscal das Ordens militares é fulminante. Começa narrando o caso, como já

o narrei, e faz valer a circunstância da acusação geral do mesmo Conde pela voz pública, sem que aliás *uma só* testemunha aparecesse a dizer: «Reconheci-o a êle, ou aos criados dêle»; não podendo admitir-se que, se a fama pública não julgasse êsse Fidalgo capaz de tamanha crueldade, pelos seus antecedentes, que não eram edificantes, o acusasse com insistência.

Apresenta depois como indícios:

1.º — a fuga do Conde para Badajóz logo que a Polícia, em 26 de Novembro, oito dias depois do atentado, lhe cercou o palácio e lhe prendeu os criados; não podendo também admitir-se que um nobre de primeira grandeza fugisse, se a sua consciência lhe segredasse estar ilibado da mínima culpa;

2.º — a côr dos capotes dos seis assassinos, igual à dos que usavam o Conde e seus criados;

3.º — a paixão ciumenta do Conde contra tôdos os que requestavam a cómica, a ponto de haverem, êle e seus criados, espancado já anteriormente pessoas, que apenas cortejavam ou comprimentavam a Francisquinha; não podendo admitir-se que, se não houvesse qualquer correspondência entre ela e Leonardo, êste passasse por lá com insistência, e aquela manifestasse em altos alaridos, ouvidos de tôda a vizinhança, a sua dôr ao saber do crime;

4.º — o ter-se demorado em casa da cómica, até quási à meia-noite, um criado do Conde, chamado José Afonso, e suceder o homicídio pouco depois da saida dêle; e o ter êsse homem sido visto passar na manhã seguinte pela porta da habitação do

morto, onde se achava grande ajuntamento de curiosos, e não se ter demorado, seguindo o seu caminho;

5.º — o ter outro cúmplice, o José Rodrigues, soldado do regimento do Conde de Aveiras, sido o primeiro que aos seus camaradas, no quartel, deu a notícia, pouco depois das 6 horas da manhã; e ter ido no correr do dia passar pela casa mortuária, detendo-se aí irresoluto e pensativo.

O Promotor, por mais que procurou, não achou outros indícios; êsses (devemos confessar imparcialmente) são fracos. O advogado do reu, Ferreira da Veiga, combateu-os a um e um.

1.º — O Conde, por estar cônscio da sua inocência, não fugiu logo; demorou-se em Lisboa oito dias; e se fugiu, foi para obedecer, como devia, a *ordem superior*, a que não lhe era dado desobedecer; nêsses oito dias constaram-lhe os boatos que o acusavam, mas desprezou-os; e só quando lhe fizeram o insulto de lhe cercar a casa e de lhe prenderem a criadagem, é que não poude conter-se, projectando, só então, abalar. O ser êle um Fidalgo e um Grande do Reino impunha-lhe, mais que a outros, a obrigação de se acautelar para não ser enxovalhado.

2.º — A identidade da côr dos capotes é irrisório argumento numa grande cidade como Lisboa, onde muitíssimas pessoas podem trajar da mesma forma.

3.º — Os ciumes do Conde a respeito da cómica não se provam. Admitindo que êle a amasse perdidamente, podia acaso ter ciumes de Leonardo Teixeira Homem, que se provou não ter entrada em

casa dela, e conhece-la apenas de vista como tôda a gente? Só um louco poderia padecer ciumes em situação análoga e praticar um assassínio. Ora êle reu está em seu perfeito juízo, como demonstra a acção que lhe móvem, visto ser ponto assente em direito que os loucos são irresponsáveis. Os gritos e alaridos da cómica, ouvidos da vizinhança, não são prova do seu amor, são filhos da exaltação dos nervos femininos, e da compaixão natural em qualquer coração ao saber de uma tão lamentável cena.

4.º — O ter-se achado José Afonso até quási à meia noite em casa da Francisca prova a sua inocência, visto não constar estivesse armado, não saber a hora certa a que José Leonardo recolheria, e ser superior à natureza humana ostentar serenidade à beira próxima de um crime de tal ordem.

5.º — José Rodrigues deu a notícia no seu quartel às 6 horas da manhã, quando já tôda a Cidade a conhecia.

*

O que é singular, a meu juízo é que se pusesse, por assim dizer, pedra em cima do assunto, continuando sempre ausente o Conde, fora do Reino, e só quatro anos depois do assassínio, quando as saüdades dêle apertassem, quando fervessem os empenhos, quando a comiseração lançasse sôbre os arruaceiros o véu do esquecimento, e quando o Marquês de Pombal caíra por terra, se recomeçasse um tal julgamento de informação.

Com efeito, quatro anos depois, aparece uma versão nova: o matador foi um cadete chamado Toscano de Vasconcelos.

Mas viu alguem cometer o assassínio?

Ninguem.

*

Para provar que foi êle inquiriram-se testemunhas em 3, 4, 23 e 25 de Fevereiro, e 11 de Março de 1778, nas casas de morada do Desembargador, Juiz dos Cavaleiros, José Freire Falcão de Mendonça. Algumas são importantes; ei-las:

1.ª — O Dr. Luiz da Silva de Almeida, Advogado e Ouvidor da Moeda, morador na Praça do Comércio; 43 anos;

2.ª — Gaspar Pinheiro da Câmara Manuel, Cavaleiro na Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa Real, Coronel do mar, morador a Arroios; 60 anos;

3.ª — O Dr. Joaquim Pereira de Carvalho da Costa e Silva, Advogado da Casa da Suplicação, morador na rua da Barroca; 58 anos;

4.ª — Caetano José Mourão, Alferes de Infanteria da Plana da Côrte, morador à Mouraria; 54 anos;

5.ª — Nicolau Teixeira de Aguiar, Cavaleiro na Ordem de Cristo, Recebedor da Alfândega dos Portos sêcos, morador na rua Bela da Princesa; 51 anos;

6.ª — António Joaquim Pereira de Quadros, Alferes de Cavalaria do Regimento de Alcântara, morador a S. João dos Bem-casados; 33 anos;

C. M. L.
GABINETE

7.ª — Lázaro José Mongiardino, Cadete do Regimento de Cavalaria do Cais dos soldados, morador na rua do Carvalho; 36 anos;

8.ª — Inácio José Cabral, Fidalgo da Casa Real, Alferes do Regimento de Cavalaria de Alcântara, morador na Calçada das Necessidades; 32 anos;

9.º — Joaquim da Silveira e Andrade, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro na Ordem de Cristo, 1.º Tenente do Regimento de Cavalaria de Alcantara, morador na mesma Praça d'Armas; 60 anos;

10.ª — Francisco Maria de Andrade Côrvo de Camões e Neto, Fidalgo da Casa Real, morador ao Menino Deus; 32 anos;

11.ª — Rodrigo Mascarenhas da Gama Lôbo, Moço Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro na Ordem de Cristo, Sargento mór da Cavalaria de Alcântara; 35 anos;

12.ª — Francisco de Assis da Cunha, Brigadeiro dos Reais Exércitos, morador à Junqueira; 40 anos; tio do Conde de S. Vicente;

13.ª — Pedro Alvares de Andrade, Cavaleiro na Ordem de Cristo, Capitão de Infantaria do regimento do Conde de Lippe, morador à Ribeira-nova; 41 anos.

Como se vê, era tudo gente de posição; o que presidiu à escolha dêstes nomes para a prova testemunhal, não sei eu.

*

Deus me livre de insultar êsses mortos, duvidando, um momento sequer, da sinceridade dos

seus depoimentos, jurados solenemente aos Santos Evangelhos.

Pergunto apenas: onde está Toscano? se é vivo, por que não o desencantam? se é morto, quem são os seus acusadores, que só acordam quatro anos depois do crime?

Quem o acusa? a resposta é inesperada; acusa-se êle próprio.

Isso é que mais que tudo me admira. Sim assombra-me ver que, segundo as testemunhas 1.ª, 3.ª, 6.ª, 8.ª, 9.ª, 11.ª e 13.ª, isto é, segundo mais de metade das treze inquiridas, o próprio Filipe Toscano de Vasconcelos é que andou, na noite do crime, contra toda a verosimilhança, a divulgar, em diversas ocasiões, em diversos sítios, como se estivesse num confessionário, a sua culpa atroz! E' caso estupendo presenciar um criminoso a delatar se quási por gôsto, e sem aparente necessidade, a meter numa confidência terrível pessoas inteiramente estranhas ao caso, como que desejando que essas pessoas, anos depois, o fossem comprometer.

As outras testemunhas referem que entre Teixeira Homem e o Conde havia boas relações, e que se encontravam em casa do Cônsul de Inglaterra; e aludem vagamente a uns amores, que não citam (por escrúpulo), e que muito bem poderiam, segundo elas, ter dado azo a inimizade entre Leonardo e Toscano. Quanto ao Conde, falam nas suas virtudes cívicas e no seu merecimento. A testemunha 12.ª, seu tio Francisco da Cunha, irmão do Cardeal, conta por miúdos a ordem

d'el-Rei D. José para a fuga do Conde. A 2.ª testemunha declara que dois tios carnais do Toscano lhe afirmaram (sem vir nada a propósito) ter sido êle, quatro anos antes, o matador.

Mas há mais:

A 2.ª testemunha declara que Toscano, com um anspeçada do regimento de Peniche, em que era Cadete, ajustara o triste feito, e depois com o mesmo soldado se ausentara de Lisboa; que do anspeçada não houvera mais notícia; mas que Toscano tornara a Lisboa, se apresentara, fôra prêso no Limoeiro, julgado em conselho de guerra pela sua fuga, deserção, falta de comparência, ou como lhe queiram chamar, e fôra absolvido («donde saíra por um Conselho de guerra feito *pela ausência*», palavras textuais); que depois, sem novo motivo (note-se), tornara a ausentar-se, achando-se então (1778) em Espanha.

Repare-se bem: por um motivo, que tanto pode ser o do assassínio de Leonardo, como uma índole aventurosa e indisciplinada, como outro, que uma testemunha insinua, o atropelamento de uma criança pelo cavalo em que montava Toscano, êste ausentou-se. A sua ausência, abalada, ou deserção, era crime punível no fôro militar; foi julgado em Conselho de guerra, e absolvido; *donde saíra*, diz a testemunha. Nada portanto nos prova, à perfeita evidência, que Toscano fôsse o matador; e esta testemunha, que nada viu, esta testemunha, visita de casa do Conde, e por amizade interessada em o salvar, conta apenas as declarações dos tios de Toscano feitas em voz alta, contra êste.

Mas nada viu, repito, nada sabe. O que sabem as demais são, ou declarações de Toscano, que não fazem grande fé em juízo sem outras provas, ou boatos vagos.

Estranha gente os tais Toscanos! um, andou a peregrinar por vários sítios de Lisboa. o Terreiro do Paço, a rua da Barroca, S. João dos Bem-casados, a Praça de Armas em Alcântara, a Ajuda, e a Ribeira nova, na noite do atentado, acordando quem dormia, importunando quem pensava noutras coisas, para se comprazer em contar o seu crime miserável e a sua desgraça! os tios andavam em altas vozes a narrar as proezas do sobrinho! Estranha gente, repito, se tudo se deu tal qual, e se a quatro anos de distância não se obliteraram um tanto as retentivas. A 3.ª testemunha diz que Toscano lhe entrou em casa com uma espada tinta de sangue; a 6.ª testemunha diz que lhe apareceu com uma pistola. Tudo confusões, meu Deus!

*

Fôsse como fôsse, e como era preciso um *bode expiatório*, e parecia ter se encontrado nêsse ausente em parte incerta (talvez debaixo da terra), o Juízo dos Cavaleiros absolveu o poderoso Conde em 30 de Março de 1778. Por dever do ofício, o Desembargador Provedor geral das três Ordens apelou para a Mesa da Consciência; e êste Tribunal, por seis ministros Deputados, confirmou a absolvição em sua sentença de 11 de Abril, pagando o Conde as custas *ex-causa*.

E assim ficaram ilibados o Conde e seus co-réus, e culpado à revelia o ausente, ou falecido, Filipe Toscano de Vasconcelos, que teve de carregar com todo o odioso da cobarde façanha.

*

Em quanto assim se dava baixa de culpa tão grave a um Fidalgo da mais elevada nobreza, protegido de tôda a Lisboa influente, a começar pela Casa Real; em quanto na mesma sentença os items erguiam às núvens as suas virtudes cívicas, e até se reprovava, em nome da Rainha nossa senhora, a enérgica iniciativa do Secretário de Estado Marquês de Pombal, já a êsse tempo exilado e anulado, a verdade verdadeira só Deus a ficava sabendo.

O Matador não foi o Conde de S. Vicente; de acôrdo; seja assim; aceitemos o facto. ¿Mas por que há-de ter sido o Toscano? ¿porque êle parece tê-lo confessado? a confissão do réu só por si não constitui prova jurídica.

¿Então que mais provas há? testemunhas de vista? nenhumas. ¿Indícios tirados da sua fuga para Espanha? nenhuns. ¿Se os Desembargadores se esforçam em pulverizar a culpa do Conde em ter fugido, como hão-de considerar prova a fuga de Toscano? ¿Se há quem a atribua ao atropelamento de uma criança, e ao não aparecimento do Cadete numa Missa militar, como havemos de procurar outra causa? ¿Se um Conselho de guerra o ilibou da sua suposta deserção, para que há-de teimar-se em o vêr incurso num assassínio? ¿Foi êle acaso ouvido, em pessoa ou por deprecada? Não.

¿Se os maus precedentes do se comportamento irregular transparecem no dizer de certas testemunhas, como e porquê se não faz obra pelos não menos bons precedentes do Conde?

Nenhuma testemunha aparece a dizer ter visto o Conde e os seus criados no tropel da travessa das Salgadeiras; de acôrdo. Mas nenhuma outra aparece também a declarar ter visto o Toscano, cujo nome não figurava no comêço do processo, e só é inventado quatro anos depois do crime.

Em suma: apesar de tudo, o caso fica para mim tenebroso. ¡Quem pode calcular o que cismaria consigo, àcêrca da pouca firmeza das coisas humanas, o assassinado Teixeira Homem, quando no outro mundo avistasse o seu patrício Toscano! Há-de haver nos colóquios de além-túmulo apóstrofes de terrível eloqüência, se a pudessemos nós outros penetrar.

¿Não foi o Conde? muito bem. ¿Está provado que não foi? seja assim. Mas pergunto: estará provado o crime de Toscano.

Responda quem souber.

*

O Conde, vencedor nos tribunais, publicou o resultado de tudo sob êste título:

Sentença de absolvição que obteve o Ill.mo e ex.mo Conde de S. Vicente, Manuel Carlos da Cunha Silveira no Juízo dos Cavaleiros, confirmada no Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens profe-

rida sôbre o crime de morte feita a José Leonardo Teixeira Homem, Mestre de campo dos Auxiliares do Têrço de Chaves. — Lisboa — 1778. — (1)

*

Uma alta personagem, com quem o autor dêste livro manteve sempre relações cordiais, disse-lhe, em 1880, que lhe fazia pena que na 1.ª edição dêste livro se falasse no caso, ofendendo, por assim dizer a memória do Conde.

— Eu nada inventei; vi e examinei o processo. O processo corre em letra redonda; é do domínio público. Se o historiador não tem os seus foros, acabaram-se os livros históricos. Eu servi-me do próprio documento que o Conde imprimiu; fiz-lhe apenas uma revisão. Se o Conde ficou ilibado (êste é que é o meu ponto) ilibemos Toscano de qualquer suspeita; e fique de pé a pergunta:

¿ Quem foi o matador?

---

(1) Emprestou-me êste documento o meu talentoso amigo Fernando Teixeira Homem de Brederode, sobrinho terceiro neto de José Leonardo.

*

Sôbre êste caso do assassínio do Mestre de Campo José Leonardo Teixeira Homem, escreveu o anotador, um capítulo, no seu livro «Teatro de Outros Tempos», intitulado «Um Assalto na Travessa da Espera». *(Nota de M. S.).*

CAPITULO IX

Saltando para a rua da *Rosa*, direi que ainda ignoro o apelido da célebre desmandista, cujas mandas, ou demandas, de partilhas intermináveis tanta bulha fizeram na Lisboa do século XVI, que puseram o título popular da litigante a uma rua. Devia saber isso tudo muito bem Miguel Leitão, porque essa rua era propriedade dêle; mas calou-se; chama-lhe só da *Rosa* em 1629. Carvalho da Costa em 1712 chama-lhe numa parte *da Rosa do Carvalho*, e noutra *da Rosa das partilhas* (1).

---

(1) Até há pouco tempo todos os olisipógrafos tiveram como certa a existência de uma certa Rosa, cujas demandas e litígios haviam originado esta designação citadina, e Miguel Leitão de Andrade, a quem a rua pertencia, como prazo seu que era, apesar da sua tagarelice preciosa, nada deixou suspeitar sôbre essa sinonímia. Umas vezes chamavam ao arruamento «rua da Rosa das Partilhas», outras «rua da Rosa do Carvalho», pensava o autor, lendo a «Corografia Portuguesa», do padre António de Carvalho da Costa, e estas dúvidas levam-no a pôr de parte qualquer conjectura sôbre a razão da toponímia. Como a Rua do Carvalho era uma

*

Quanto à Rua *Formosa* é nome antigo. Essa pertencia também a Miguel Leitão de Andrada. Numa escritura que fez em 1622 já tem a denominação que hoje conserva. Mais a diante tornarei a falar dela.

---

serventia do bairro, vizinha da Rua da Rosa, entrei a entender que a Rosa estava ali indiferentemente, servindo às duas artérias, e que se devia localizar em sítio próprio para tal sugestão denominativa. Pareceu-me que outro não seria melhor do que o maçiço de casario fronteiro ao Canhal das Bolas. E comecei a procurar a Rosa, investigando, por empenas e canhais, vestígios da «célebre demandista», como queria a tradição que a Rosa fôsse, visto que me convenci ter sido totalmente impossível existir uma dona chamada Rosa, em pleno século XVI. E a razão do meu convencimento estava, em que, nessa época, *Rosa* não era nome usado entre nós. Quando cá chegou tal nome próprio, estava o século XVII em mais de meio, e quem o trouxe foi a fama de uma santa peruana — Santa Rosa de Lima. Até êsse tempo nenhuma senhora se chamou Rosa em Portugal. Posta de parte a existência da famigerada litigante, havia que pensar sôbre que Rosa seria essa, ligada à ideia de partilhas de herança. ¿Uma «Rosa dos Ventos»? ¿Mas porquê, uma Rosa dos Ventos, lavrada por obra de canteiro ou alvenel? ¿A que propósito, num canhal de cantaria do novo bairro?

Aconteceu então que, deambulando uma vez por Alfama, dei, num canhal, à altura de um segundo andar, com uma rosa lavrada numa pedra, no Largo de São Miguel. Isto fêz-me reflectir. E fêz-me reflectir porque me lembrava nìtidamente de têr lido numa escritura velha, há tempo, uma citação a uma rosa que fazia de marco divisório em certas casas citadinas. A minha conjectura, pois, é que

*

Acêrca da rua *dos Calafates*, não posso dizer se era arruamento dos mestres dêsse ofício; o que me consta é que no tempo de Frei Nicolau de Oliveira eram êles na Ribeira das naus mais de seiscentos, prova evidente do nosso tráfego naval.

*

A travessa do *Poço* tira o nome de um poço público, existente hoje numa casa particular da esquina dessa travessa para a rua *da Atalaia*.

*

A rua *do Norte* não pude inventar etimologia, por mais que barafustasse. Há uma *calle del Norte* em Madrid; dela diz D. António Capmani e Montpalau, no seu livro *Origen histórico y etimo-*

---

a «rosa das partilhas» não foi se não uma flor de pedra lavrada que fazia de padrão divisório, entre os prazos partilhados pelos filhos de Bartolomeu de Andrade e de Francisca Cordovil, e que mais tarde ficaria a dividir o lote de bens de Brites de Andrade, mulher de Miguel Leitão de Andrade, todos ao Poente da Rua da Rosa. E a conjectura aí fica, sepultando, em qualquer hipótese, a memória da Rosa demandista, que não podia ter existido.

A «Rua dos Calafates», hoje do «Diário de Notícias», tirou o seu nome de aí habitarem êstes artífices dos ofícios do Mar. Como já ficou entrevisto no Prefácio Explicativo, os primeiros habitadores de Vila Nova de Andrade, foram gente marinheira, pilotos, mestres de naus, calafates, etc. *(Nota de M. S.)*.

lógico de las calles de Madrid, que deriva o nome da sua posição àparte do norte. Acho tão vaga a conjectura, aplicável a tantas outras, que não me atrevo a aceitá-la para cá. (1)

*

A travessa *do Guarda-mor* é a antiga travessa *do Relógio*, por ficar mesmo em frente da tôrre do relógio de S. Roque. E é curiosíssimo observar que esta denominação, mais velha do que a outra, subsistia ainda para algumas pessoas em 1810, como se pode ver de um aviso de leilão na *Gazeta de Lisboa* n.º 313 de 31 de Dezembro de 1810; aí se convoca o público para a rua *do Relógio de S. Roque* n.º 4

A denominação de *Guarda-mor* parece-me provir de um Guarda-mor da Relação, a quem foi aforado em dias de el-Rei D. Afonso VI um chão naquele sítio (2)

*

A travessa *dos Fieis de Deus*, essa é tôda mística. Tira talvez origem de um antigo uso, que o *Elucidário* de Viterbo nos denuncia: montes de

---

(1) A «Rua do Norte», foi das primeiras a ser traçada pelos foreiros de Bartolomeu de Andrade, e já consta das primitivas escrituras de aforamento, no segundo decénio do quinhentismo. O nome veio-lhe do seu traçado em direcção ao Norte, como a tantas outras de Lisboa abertas posteriormente *(Nota de M. S.)*.

(2) Cartório da Câmara — Liv. 6.º do Príncipe D. Pedro, fl. 130.

pedras sôltas arrojadas a uma e uma pelos passageiros nas encruzilhadas, ao pé de alguma Cruz que aí houvesse, e em honra dela; resto de hábitos pagãos transformados pelo Cristianismo. Parecia aquilo um modo de provar que os *fieis* não esqueciam o seu Deus, pois erguiam, a pouco e pouco, junto ao símbolo da Redenção, aquêles rudes calvários, comemorativos do alcantilado teatro da Paixão de Cristo. Era um género de enfiteuses morais (se é lícito o exemplo). Cada pedra nada valia por si, mas só como sinal de reverência ao directo Senhor dos mundos. Foro, sem laudémio.

A tais acervos de cascalho chamava o povo *fieis de Deus*, pela *fidelidade* dos obscuros e incógnitos autores. E é para notar que a ermida de Nossa Senhora da Ajuda dos Fieis de Deus, que se acha ainda hoje no seu lugar primitivo, foi edificada numa encruzilhada de dois caminhos; a actual Travessa *dos Fieis de Deus*, e a actual rua *dos Caetanos*.

Herculano, cuja voz tem nos assuntos históricos autoridade indisputada, diverge um tanto da opinião de Viterbo. Segundo o insigne mestre (1), êstes *fiéis de Deus* revelavam cova de justiçado.

---

(1) Fieis de Deus. — Acham-se em várias partes de Portugal lugares com êste título. Ainda em Lisboa, junto à antiga Igreja das Mercês, há uma travessa com esta denominação. A sua origem é a seguinte:

«Nos primeiros tempos da monarquia os justiçados não eram sepultados nos cemitérios comuns; e nem sequer em cemitério particular, como há pouco se usava, e se usa ainda no Pôrto, onde há um *adro dos enforcados*. Os que sofriam a pena última tinham a *sepultura do asno*, isto é,

Como nos primeiros tempos da Monarquia o justiçado só lograva a chamada *sepultura de asno*, isto é, no campo, longe de habitações, e quási sempre à beira de caminho, encarregava-se tàcitamente o comiserativo coração do nosso povo de compensar ao desgraçado a sua deshonra póstuma, lançando-lhe cada transeunte sôbre a cova uma pedra, e um sufrágio cristão. Êstes cúmulos, erguidos lentamente pela mão da piedade, como desagravo ao morto, que era reputado depois da expiação lavado de tôda a culpa e *fiel de Deus*, deram nome aos lugares, e perpetuaram assim a um tempo o crime e o perdão.

Nem Viterbo nem Herculano apontam os fundamentos das suas opiniões; nem quási careciam de o fazer autoridades de tal ordem. Escolherá o leitor a versão que melhor lhe quadre.

Êstes usos, mais ou menos, ainda existem.

«Há em Africa — diz um consciencioso e erudito investigador — pelo menos em Angola, onde tivemos ocasião de o observar, o mesmo costume, que já tinham os Hebreus, os Gregos e os Romanos, que ainda hoje seguem os Corsos, e que faz

---

eram enterrados no campo, e, por via de regra, na borda das estradas. Havia a devoção de lançar, tôdo o que passava, uma pedra naquêle sítio, e rezar pelo *fiel de Deus*, que ali jazia. A êstes montes de pedras se ficou daí chamando os *fiéis de Deus*, donde, com o correr dos séculos, esquecido o primitivo costume, e desfeitos êsses túmulos movediços, se conservou a antiga denominação aos logares onde estiveram.» *(O Panorama, sábado, 10 de Novembro de 1838).*

lembrar os nossos antigos *Fiéis de Deus*. Nos caminhos, no sítio onde se enterrou um cadáver, tôdos os viandantes lançam uma pedra, ou um punhado de terra; e assim se formam grandes elevações no terreno, que são verdadeiros túmulos.» (1)

*

A travessa *da Espera* deu-me que cismar (2). Essa *espera* não é provavelmente a *esphera*, que se escreveu daquêle modo, nem a peça de artilheria que teve outrora aquêle nome. Em tal denominação entrevejo o reluzir dos floretes, e escuto o passo cauteloso dos pardos embuçados; lobrigo no letreiro da esquina um romance completo.

J'ai des archers de nuit vu briller les rapières.

Por aí houve certamente cena da buliçosa tragicomédia das ruas. O mais autigo vestígio que me lembra do nome desta travessa remonta ao princípio do século XVIII; topei-o em Carvalho da Costa.

---

(1) Nota a pág. 44 do interessante e eruditíssimo estudo intitulado *Das origens da escravidão moderna em Portugal* por António Pedro de Carvalho—Lisboa—1877—8.° 1 folha.

(2) A «*Espera*», que deu o nome (vi-a nomeada de Rua da Espera, em 1652) à travessa, não é a *Esphera*, que por êste modo também se escreveu, nem a peça de artilharia do mesmo nome. Também não é alusão a qualquer *espera* de matantes ou rufiões, embora a escuridão das serventias e o afastado dêste sítio, o levasse a admitir. Contra o que seria de supôr, sem qualquer documento que o ajudasse

Que andasse ali briga, não admira. A nossa velha Lisboa e seus contornos pareciam outrora um temível antro; e o Bairro que estudamos tem por mais de um portal nódoas de sangue.

... Ces lieux sont pleins d'un noir mystère.
J'écoute tout ici, car tout me fait rêver.

Quem vê hoje a nossa pacata e policiada Côrte, não suspeita o que ela nêsse ponto foi, segundo atestam muitas providências insistentes e enérgicas. No meio do século XVII era tão atrevida a ladroagem, que motivou um decreto (1), em que el-Rei D. João IV imcumbe ao Regedor das Justiças a mais severa vigilância. O que tem graça é que um século depois, em 1742, um alvará

---

ou documentasse, esta *Espera,* deve sêr simplesmente um apelido que de há muito desapareceu dos nossos ouvidos, mas que no século XVI existia.

Em 1565, morava na Rua nova, freguesia de São Gião, um João Rodrigues Espera (L.º do Lançamento da Décima); em 1635, era capelão da Ermida de Santa Apolónia, o padre António Espera de Melo, que nêsse ano faz certa escritura de renúncia (*Index das Notas de vários Tabeliães de Lisboa,* tomo II) e o padre Carvalho da Costa faz referência na sua «Corografia», a um capitão Sebastião Espera, na freguesia de Santos-o-Velho. Às vezes não vale a pena cansar muito a imaginação para acertar com a razão de uma toponímia. Na maioria dos casos a verdade acha-se no raciocínio mais simples.

Em 1553, na náu São Bento, embarcou para a Índia, um Jerónimo Espera, filho de António Espera, Reposteiro da Rainha. *(Nota de M. S.).*

(1) De 11 de Dezembro de 1643.

renovava ao magistrado a quem isso pertencia a mesma incumbência, nos mesmos termos ásperos, que bem se vê correspondiam às mesmas desgraçadas realidades (1).

Pois se até a musa popular, a rouca poetisa das encruzilhadas, celebra como pode as arruaças dos sítios de S. Roque!

Eu venho do bairro alto

diz ela

Eu venho do bairro alto
com vinte e cinco facadas;
é o que sucede aos galantes
Por causa das mal casadas.

Eu venho do bairro alto
com vinte e cinco feridas,
por andar tangendo amores
à adufa das raparigas.

*

Aí está o que sei, ou presumo, da origem de alguns nomes do Bairro que atravessamos. É pouco; a imaginação dos leitores completará o que porventura me faltou. Convenço-me porém de que, através de outras denominações, mais ou menos vetustas, mais ou menos adulteradas, mais ou menos pitorescas, cintilam alcunhas, sucessos da crónica palreira de nossos maiores, casos da vida

(1) Alvará em forma de lei de 31 de Março de 1742.

de capa e espada, ou anedotas galantes contadas de geração em geração. Noutras retrata-se a feição antiga dos lugares, o destino primordial do terreno. O letreiro municipal recorda-nos, ora a Cruz que ali se erguia, ora o ricaço bairrista que ali fez solar, ora o arvoredo silvestre que por ali vicejou.

Sôbre outros sítios desenrolam-se uns farrapos denegridos do códice truncado da nossa História.

Resumindo: para quem medita, e se interessa no estudo do passado, tôda aquela região se antolha cheia de memórias interessantes, que é dever quási piedoso entesourar.

«Ah Bairro! — exclama um dos rabiscadores do *Anatómico jocoso* (1) — Quem te conhecer que te compre; mas tu já estás *vendido*, porque a tôdos trazes *vendados;* e para estas compras e aquelas vendas, lá tens a rua *das Partilhas* para melhor te ajustar a conta; tens a rua *da Trombeta*, por onde a Fama as tuas proezas publica; tens a rua *das Flores*, onde as fragrâncias de tuas bizarrias respiram aromas amorosos; tens a *do Sol*, que como monarca das luzes reparte contigo resplendores; tens a *do Norte*, onde se vê se ele corre direito; tens a *das Gáveas*, onde o gageiro do apetite ferra o velame do desejo; tens também a rua *Formosa*, onde os teus alinhos são enfeites do melhor adorno; e finalmente tens a *Bica*, por onde a Cabalina distila os cristais da alma...»

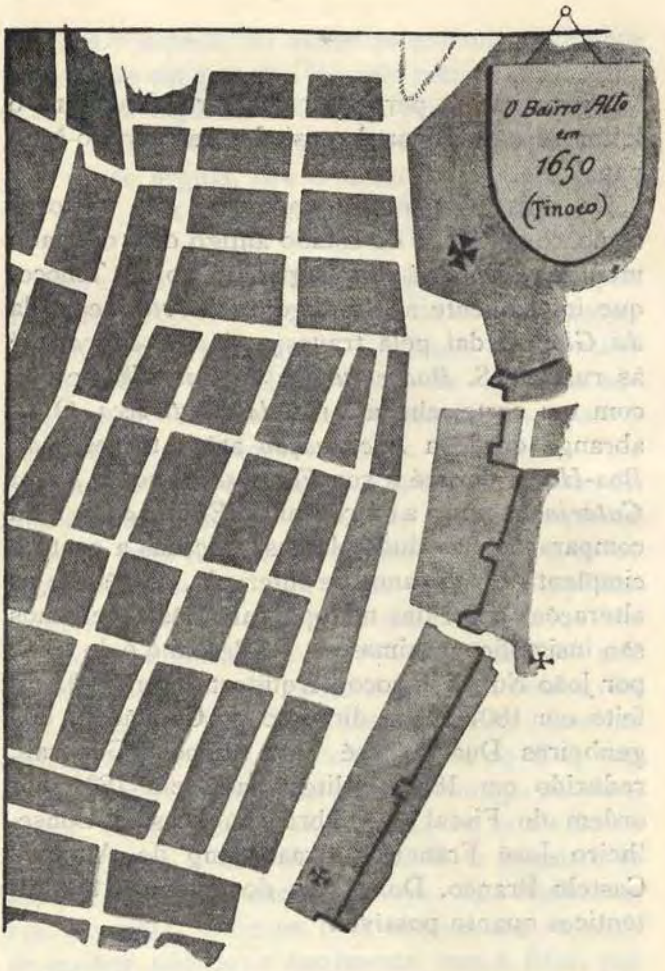
---

(1) — T. I, pág. 302. — *Lamentação saüdosa.*

*

Agora vamos percorrer o Bairro alto. Para o leitor se não fatigar demasiado, percorre-lo-à no papel.

Os dois planos que apresento são curiosos como comparação do estado antigo com o estado moderno. O 1.º é um fragmento do de Tinoco, que infelizmente só abrange do *Loreto* à calçada *da Glória;* daí pela travessa *da Boa-Hora*, até às ruas *de S. Boaventura* e *do Carvalho;* e daí, com um corte, chega à rua *da Horta-sêca.* O 2.º abrange desde a *Encarnação* até à travessa *da Boa-Hora*, daí até à rua *Formosa*, desce a *Santa Catarina*, e passa a entroncar na *Encarnação*. Pela comparação das duas plantas, traçadas a cento e cinqüenta e sete anos de intervalo, se vê que as alterações ocorridas na topografia dêstes terrenos são insignificantíssimas. O 1.º desenho é de 1650, por João Nunes Tinoco, Arquitecto Real; o 2.º foi feito em 1807 sob a direcção do Capitão de Engenheiros Duarte José Fava (depois General), reduzido em 1826, e litografado em 1831 por ordem do Fiscal das Obras públicas, o Conselheiro José Francisco Braamcamp de Almeida Castelo Branco. Dois belos documentos, tão autênticos quanto possível.



O Bairro alto em 1650, segundo um fragmento do valioso plano traçado pelo arquitecto João Nunes Tinoco. Êste fragmento compreende dêsde a rua da Horta Sêca, ao Sul, até à travessa da Cara, ao Norte.

O Bairro alto em 1807 segundo a planta levantada nêsse ano, reduzida em 1826, e litografada em 1831. Êste fragmento compreende desde a igreja das Chagas ao Sul, até à travessa da Cara e calçadinha do Tijolo ao Norte

CAPÍTULO X

Teve o leitor dêste livro a bondade de me acompanhar nos meus passeios de tunante artístico. Agora, depois de havermos percorrido a extensa região começada a civilizar, sentindo confluirem para ali as fôrças económicas da velha Lisboa, visto rasgar-se em ruas largas e alinhadas a face escabrosa da quinta suburbana; desejarei apresentá-lo mais detidamente na casa dos senhores da herdade primitiva, a fim de espreitarmos juntos, por mera curiosidade literária, o que poder ser da sua vida dêles.

No entretanto, é empreza dificil o penetrarmos assim de assalto nos lares de um lisboeta do século XVI; não que o homem ande vestido de ferro e coberto do elmo de Mambrino, a afugentar da sua visinhança os viandantes; não que a sua casa, meio rural meio cidadã, possa ufanar-se com as ameias e as barbacans de um Stolsenfelz ou de um Ehrenbreitstein. Mas é que a nossa incúria portuguesa, lamentável e incurável, deixou perderem-se tantas minúcias interessantes dos antigos lares do

Portugal heroico e simples, que hoje em dia o recompormos em tôda a sua harmónica singeleza um quadro de costumes quinhentistas, já como literatos, já como pintores, já como devaneadores, já como simples contra-regras, é mais difícil do que restaurar o gineceu e o triclínio da casa de Diomédes, ou as tardes eruditas do Tusculano e do Laurentino.

Nada é inutil no mundo; nenhum pormenor deixa de acrescentar algum traço característico ao desenho do quadro. Por isso lastimo eu que os documentos particulares se extraviem por uso e desleixo. ¿Que melhor fonte para investigações proveitosas, do que os testamentos, as escrituras de compra e doação, os inventários dos bens móveis e imóveis? Com tais fragmentos se recompõe muita vez um embrexado, que dá luz à arqueologia, às ciências económicas, às artes do desenho, e até vem, não raro, alumiar algum alto facto histórico deixado na sombra. Os registos genealógicos, assim comentados inteligentemente pelo tombo autêntico das famílias burguezas, são dos melhores subsídios a que se pode socorrer a investigação do historiador.

—¿Guarda tantos papeis inúteis?—perguntei eu uma ocasião ao douto e laborioso Inocêncio (que tanta falta nos faz) vendo-o arquivar em massos uma papelada informe de cartas mortas, recibos, rois, e outras coisas.

—¡Inúteis!—redarguiu o mestre com a sua bondosa rudeza.—¿Que mal fazem êstes massos de papeis? ¿comem alguma coisa? Deixá-los viver em paz;

são no seu tanto uma página de História; obscura sim, mas História. Aprenda comigo.

E aprendi.

Inocêncio era um grande apreciador da valia que teem os documentos. Um papel particular é muita vez um facho na história geral.

INOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA

Retrato em sombra tirado em 9 de Janeiro de 1866

Um amigo meu, erudito e estudiosíssimo, o talentoso Agostinho de Ornelas, recem-falecido, e a cuja memória pago o justo tributo de muita saüdade, conseguiu recompor assim, a traço e traço, feição por feição, ponto por ponto, uma interessante galeria de avoengos, que lhe abrange quatro séculos, e que é não só preciosa ao recinto da família, mas o é também na esfera mais larga e mais nobre da

Tipo de um quinhentista em trajo de passeio

D C F S
OLISIPO S

História pátria. Por ali de avalia o que foi o viver íntimo de umas poucas de gerações de Portugueses morgados da mais alta classe média; por ali se lhes completa a lista dos haveres, a fisionomia das alfaias e dos usos caseiros, o elenco dos amigos e das alianças, o grau de ilustração de cada quartel genealógico; por ali se descreve o andamento da propriedade, o desenvolvimento da riqueza nas mãos dêste e daquele, a influência dos sucessos públicos na administração interna do casal, o progresso das ideias gerais naquele mundosinho obscuro da parentela.

*

Um Nobre lisboeta do século XVI (não digo um Fidalgo de capelo da alta Nobreza, mas um simples Nobre) era uma entidade em quem se espelhavam, com tôdas as suas feições, muitos provincianos actuais da classe culta. Foi aquela pequena Nobreza uma raça à parte, meticulosa, irrequieta, audaz, e ao mesmo tempo ordeira; raça forte, como que temperada no sangue de infieis, costumada aos trabalhos, rude como o Povo, de quem saira hontem, contendo em germen as dedicações heroicas, sofredora e leal, e ansiando, sem o saber, por uma coisa sublime e enganosa chamada a Liberdade.

Iam pelejar à Índia aquêles homena, como se vai a um folguedo; punham alto a mira das suas ambições, porque a punham na glória; tinham no nome herdado um paládio sacratíssimo, a que sacrificavam tudo; e apesar dos exageros e desmandos do tempo, aquêles homens avultam aos nossos olhos

como modelos de hombridade e grandeza. Alvorecia nêles a potente e fecunda classe média da sociedade contemporânea.

Essas severas temperanças do varão nómada, brigão, e trabalhador, deviam imprimir, mais ou menos, em cada lar uma feição respeitável e austera, que em vários usos se denunciava: o amor da família; o apego à terra natal, com ser pobre e pequenina (ou por isso mesmo que o era); a fé, muita vez cega, no misticismo bruxoleado de lendas, que os dominava desde a infância; a fidelidade à honra, e a fidelidade ao Rei. Isto tudo, como aquecido no nosso sol vivificante, modificado pelos nossos costumes patriarcais, que nunca souberam a feudalismo, pela nossa constituição exclusivamente municipal, pela nossa índole aldeã de campanário, que até no viver buliçoso dos centros grandes transparece, isto, assim pouco mais ou menos, formava o coração e a inteligência de um Nobre português.

*

Cioso de acumular haveres, vinculava-os cada um, e assim lançava as bases de família estável, à maneira do tempo. Comprazia se cada qual na ideia de vir a ser avoengo daí a séculos. A-fim-de estar sempre de sobre-aviso e alerta na vagante dos morgados, esquadrinhava o Nobre os tombos genealógicos; anotava-os; sabia-os de cór; e o que hoje descambou em mera curiosidade, ou, quando muito, em alicerce de pesquizas históricas, figu-

Tipo de senhora do tempo de el-Rei D. João III

C. M. L.
GAB É
DE E OS
OLISIPO ES

rava como prudência, e entrava no rol das prendas de bom administrador. Pensar nos avós era pensar nos netos.

As crenças monárquicas conservaram-se tão inabaláveis como as religiosas; e se as práticas no templo eram imperativas, as do Paço, para os que lá tinham moradia, não o eram menos.

A falta de comunicação entre os bairros deixava cada freguesia num isolamento, que não chegamos a compreender; e a carência de pontos públicos de reünião, separava as famílias e concentrava-as no egoísmo e estagnamento doméstico.

Tudo isso terá os seus contras, mas tem também altas vantagens.

*

Se penetrassemos na casa semi-rural de Nicolau de Altero, haviamos de encontrar necessàriamente os mesmos predicados, e os mesmísssimos defeitos da classe. ¿E porque não havemos de entrar? há senhoras; em as havendo, parece redobrar de sorrisos gazalhadores a hospitalidade caseira.

Êste lar dos Alteros não era o *sweet home* inglês e americano, aquele perfumado ambiente, que tanto desenvolve o coração e o amor da família. O português nunca possuiu, como não possui hoje, por via de regra, o segredo de se enflorar, pobre ou rico, das bagatelas inteligentes, que na casa inglesa aparecem dispostas com uma arte sempre nova, e sempre significativa; é mais severo, menos embrincado, e mais sombrio.

Era Lisboa no século XVI o grande bazar em que a Europa, sempre sedenta de novidades, vinha aperceber se das mais preciosas alfaias, importadas da Índia e da China a bordo dos galeões. Há um capítulo (1) no apreciável volume *Descrição de Portugal*, onde o sábio cronista conseguiu pintar superabundantemente as variadas mercâncias, o tráfego giganteo deste empório singular. E entretanto não creio que os habitos luxuosos se tivessem apoderado das classes medianas. Vivia-se entre opulências, como numa feira oriental, mas nem todos se gosavam delas.

Por isso, penso que na vivenda de Nicolau de Altero, de que talvez algumas cenas de interior no *D. Quixote* nos dão ideia, predominasse certa feição meio sóbria, até como reflexo da vizinha Casa professa dos Padres da Companhia. Essa feição, revelada talvez no viver pautado, no cumprimento exacto do dever, na caridade sincera e não ostentosa, na observância dos preceitos religiosos e civis, casava com o estilo chão da arquitectura, que não era certamente aquele opulento gótico do século XV, que no género de habitações particulares tantas maravilhas produziu lá fora.

Em Portugal nunca o traçado de tais edifícios se estremou por grandes belezas nem riquezas; essas monopolizavam-nas as casas religiosas, onde se expandia todo o luxo e poderio dos cofres Reais. Nem mesmo os Paços eram obras de grande aparato exterior; quanto mais as moradas singelas dos

(1) É o XXXVI.

nobres! Jaques Cœur não edificou em Portugal; ainda que, segundo asserções contemporâneas, os tetos da cúpola de câmaras e salões, e as paredes e portas, eram por cá alguma vez de madeira do Oriente, marchetados, com pinturas e dourados de certo custo (1).

*

Um luxo que os proprietários se permitiam com larga mão era o azulejo; êsse sim; não reluzia só nos coruchéus dos templos, nas enfeitava por dentro as salas e escadarias dos casarões a que se chamava palácios. Concedamos pois a êstes os seus silhares de bom azulejo orlando a parte inferior das paredes, de si caiadas e desnudadas, revestidas porém (é provável), no verão, dos célebres panos de guadamecins, que já cá se fabricavam (2), mas de que ainda assim só em Lisboa se importavam dois mil por ano (3); ou, no inverno, das lindas tapeçarias estrangeiras, os panos de

(1) George Braunio. — Tom. v

(2) Guadamicineiro de el-Rei; a Câmara o deixasse estar com sua tenda armada — Cartório da Câmara, L.° 3.° de el-Rei D. João III, fl. 25.

(3) *Estatística* manuscrita e anónima, em bela letra gótica moderna, do tempo de el-Rei D. João III, e existente na Biblioteca nacional de Lisboa.

*

Foi publicada com o título *Tratado da Magestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa, na 2.ª metade do século XVI,* pelo falecido Engenheiro Augusto Vieira da Silva, em 1923. O autor foi João Brandão, de Buarcos. *(Nota de M. S.).*

Granada, por exemplo (1), que no clássico século XIV entraram, como tudo, a conspirar com o antigo, e (contra uso) a representar assuntos mitológicos, fábulas morais de Esopo, ou anedotas folhetinísticas de Ovídio.

O azulejo, êsse é antigo, muito antigo em Portugal; provàvelmente veio dos Mouros. Os azulejos granadinos são belíssimos; há-os na Alhambra, relevados, coloridos, e dourados com o esmero do mais brilhante período da civilização árabe; atestam bem a que alto grau em eras remotas aquêle ramo curioso da cerâmica ornamental. Êsses coram dos seus degenerados netos de hoje, indústria decaída em Portugal, e que de todo perdeu os seus foros de arte, e se arrasta nos limites estreitos do molde e da imprensagem.

Há porém indício de uma certa reacção. O distinto pintor o sr. José Maria Pereira Júnior meu amigo, executou há uns três anos, isto é por 1899, uma obra colossal no género: o revestimento de uma grande cascata em certa quinta do Algarve. Vi êsse azulejos expostos, em quadros, na *rua Nova da Palma*. No conjunto pareciam antigos; nos pormenores, na delicadeza do toque, na graça da perspectiva aérea revelavam mão de mestre, educado nas escolas modernas.

Os da célebre *tôrre de la Cautiva* na Alhambra, trecho intacto daquele fantasioso poema dos califas, são esplêndidos, no dizer dos viajantes.

---

(1) *Gil Vicente.* — D. Duardos.

Nós cá, imitadores mais ou menos aproveitados, também tivemos magníficos *azorechos*. No século XVI importavam-se de fora, e ao mesmo tempo faziam-se no Reino; não os sei distinguir. Há-os numa capela do lado da Epístola na igreja de S. Roque, belíssimos, de puro gôsto italiano, mas obra portuguesa, assinada por *Francisco de Mattos*. No desenho talvez lembrem um pouco as *loggie*. São preciosos, até à data, que ainda conservam, 1584. É, segundo creio, esta a primeira vez que vão mencionados com o apreço que merecem.

Há outros, insignificantes como desenho, mas cujo mérito consiste na data de 1596; são dos lados direito e esquerdo do guarda-vento da porta principal.

*

Vejo os de primeira classe, provàvelmente do princípio do século XVIII, no Hospital de S. José, antigo Colégio da Companhia; perfeitos quadros de Pillement, Téniers, Van-Cuypel; e abundantíssimos no paço e no claustro de S. Vicente; etc. Oxalá se entenda sempre que essas preciosidades valem mais do que miseráveis estuques ou papéis!

No tempo de el-Rei D. Manuel, em 1500, quando êle deu o foral da portagem de Lisboa, importavamos azulejos de fora (1); muitos dos que ainda hoje admiramos são holandezes; outros, como disse, são nossos assinados e datados.

---

(1) Artigos *Malega* e *Azulejos* do dito Foral.

Conta João Baptista de Castro no *Mapa* (1), ao tratar da paróquia da Ajuda, que na igreja velha os havia datados de 1587.

Mencionarei o magnífico painel a muitas côres, obra do século XVI, e que, tendo pertencido à capela de Nossa Senhora da Vida na paroquial de Santo André, demolida em 1836, foi anos depois requisitado pelo Conservador da Biblioteca pública, Francisco Martins de Andrade, e colocado onde se acha num corredor do mesmo estabelecimento; outro esplêndido quadro, também do século XVI, na igreja de Jesus em Setúbal, copiado e descrito no *Arquivo Pitoresco* (2); os que havia no palácio, hoje transformado inteiramente, da família Galvão Mexia na rua *dos Mouros*, citados com o maior elogio num conceituoso artigo do *Diário de Notícias* (3); os admiráveis do palácio dos Loios, hoje encaixotados e conservados algures na Academia das Belas Artes; etc., etc.

Os outros autores, que mais proficientemente trataram dêsse assunto, são (quanto a mim) Francisco de Assis Rodrigues, meu falecido mestre, no seu *Dicionário*, o Visconde de Juromenha (4), o sr. Liberato Teles no seu livro *Pavimentos*, tão belo, tão seguro, tão cheio de doutrina, e onde a

---

(1) T. III, pág. 121.

(2) T. III, pág. 352.

(3) De 11 de Julho de 1894, que atribuo ao meu erudito amigo o sr. Dr. Sousa Viterbo.

(4) Nas comunicações dadas as Conde Raczynski e publicadas no livro *Les arts en Portugal*.

matéria ficou analisada a primor; enfim o sr. Rocha Peixoto, que no periódico portuense *O Primeiro de Janeiro*, deu admirável contingente para tão complexo estudo (1).

*

Se ao longo pois do azulejo, em que as montarias e os combates se emolduravam em sabidas fantasias ornamentais, tão das nossas vivendas, e hoje tão vandalicamente destruídas, procurassemos em casa de Nicolau de Altero as peças artísticas de adôrno, com que a alta marcenaria mobilava lá por fora as câmaras dos potentados, é provável que não as topássemos; toparíamos sim algum contador marchetado, algum lindo bofete de carvalho coberto de seu pano de damasquilho verde forrado de tafetá de cordelino (2), algum cofre axaroado recém-vindo nas últimas monções, e enfeitado das sabidas *albarradas* de louça chinesa cheias de flores da quinta; ¿ veríamos, quem sabe? as lindas mesas de couro preto da Índia, de que

(1) Número de 20 de Março de 1902.

*

Há acrescentar a esta lista do autor, o trabalho de José Queiroz «Cerâmica Portuguesa», os estudos do Dr. Vergílio Correia, e, mais modernamente, as obras publicadas pelo Sr. Engenheiro, Dr. João dos Santos Simões, agora a maior competência nêste ramo das artes decorativas portuguesas.

(2) Pormenores tirados, assim como a maior parte dos que seguem, de um curioso vol. *Relação individual dos bens de D. Francisco da Gama, Conde da Vidigueira*, etc.—Mss. da B. N. de L.

o Venturino viu uma em 1571 em certo salão de el-Rei D. Sebastião na Alcáçova, mais bela que o ébano, e tôda em roda lavrada de folhagens de ouro (1); assim como admiraríamos os ricos leitos, os catles, ou catéis (que eram uma espécie dos nossos sofás), e os escritórios (secretárias diríamos nós hoje) com que nos opulenta a China, axaroados e dourados (2).

Por cima dêsses *escritórios* poderíamos encontrar a salva de prata esm o tinteiro e a *poeira* dentro, e os lindos castiçais de prata, obra portuguesa, e orgulho da nossa adiantada ourivesaria, não faltando até o luxo da sabida *espevitadeira*, peça que morreu no nosso tempo.

Se a nossa indiscrição teimasse em ir por diante, e se pusesse a abrir gavetas e escaninhos, que variadas coisas não descobriríamos! bocetinhas japonesas, tabaqueirinhos esmaltados, também do Japão, *canavetes*, tesouras, ou a mãosinha de marfim para coçar nas horas da preguiça.

No capítulo das devoções, mil curiosas minúcias de sumo interêsse; por exemplo: alguma bôlsa de veludo carmesim, fundo de ouro, com outra dentro azul, contendo uma oração; e bôlsas de tela ou tafetá, com relíquias de Santos metidas em canudinhos de cristal.

---

(1) Relação da viagem do Cardial Alexandrino, legado do Papa Pio v à Côrte de Portugal, redigida por João Baptista Venturino, do séquito do mesmo Cardial. Vem traduzida no *Panorama*. — Tom. v, pág. 346.

(2) Duarte Nunes. — *Descrição de Portugal*. — Cap. xxxvi.

C. M. L.
GABINETE
DE ESTUDOS
OLISIPONENSES

Mora infelizmente muita vez a superstição paredes meias com a devoção, quando desalumiada; pois até as superstições tinham lugar de assinatura nas gavetas dos nossos maiores; lá veríamos, é certo, o pedaço de licorne simbólico, o *grazilho* de pisar contra a peçonha, a pedra de porco-espim, e outros amuletos, em óptima camaradagem com os *Agnus Dei*, preservativos contra feitiçarias, doenças, tormentas, e raios.

Se insistíssemos em devassar a casa, iríamos dar com o toucador do dono dela, e só no artigo barba veríamos a bacia de prata, o pichel, o esquentador de água com a sua tapadoura da mesma prata e os pentes, tudo à espera ante o espelho *de mui bom lume*, como êles diziam.

Tudo isto é português genuíno; agrada-me a pesquisa, por isso principalmente.

*

Em certos acessórios, porém, devia começar a imperar (a despeito do gôsto oriental e árabe, muito nosso, afinal) o novo gosto romano, ou *romanizado*; era moda importada da Itália pelos viajantes, que em grande cópia lá iam embuir-se nas ideias atractivas da Renascença italiana.

Na mobília, por essa Europa transpirenaica, entrára um luxo estranho; mas custava-lhe a chegar à nossa Côrte fradesca. Era mais na fórma, talvêz, do que nos materiais. O sabido cedro, o pau santo, e o carvalho, tomavam feitios lindíssimos, desusados. O gótico floria-se, carregava-se com tôdas as

invenções da imaginativa do artista; as formas, um tanto sêcas e pobres, enriqueciam-se ao dobrarem-se em curvas graciosas, como os acantos da ordem coríntia; o ângulo recto disfarçava-se em perifrases de forma; a ogiva abatia-se; e as credências, os bofêtes, as cadeiras de espaldar, os longos armários, e os retábulos das capelas, rutilavam de primorosos arrendados. Parecia que a folhagem exuberante da ornamentação gótica, tôda aquela convencional botânica de capricho, se tinha como que opulentado ainda, depois da regrada elegância do classicismo.

Nada iguala, a meu ver, os cinzelados da marcenaria dos móveis da Renascença italiana, de que, sem dúvida, muitos espécimes nos chegaram, e cá foram imitados pelo talento proverbial dos nossos artífices. Dir-se-ia que entrara um raio de sol na Arte, que fêz rutilar a talha.

Faz pena que alguns coevos nos não conservassem os nomes dos principais e afreguezados torneiros, marceneiros, e encrustadores. Mais ditosos foram os dos tempos heroicos, pois lhes ficaram os nomes esculpidos para sempre nos bronzes da Odisseia.

Concedamos, a medo, a Nicolau de Altero alguns móveis de desenho moderno, alguns

dos ricos cristalinos de Veneza,

a que se refere, não sei já onde, o Sá de Miranda, enfim algum dentre os muitos primores com que a Itália dos Medicis nos ia invadindo, por inter-

médio seu e da França (1). No desenho rimavam com essas brilhantes novidades os trajos de luxo dos adamados, trajos cujo acertado uso era (como hoje) uma verdadeira ciência, de que, para glória dos peralvilhos e dos jubeteiros da rua Nova, vemos tinha aberto escola no *Cancioneiro* o Coudel mór Fernão da Silveira.

Tal invasão tendia a igualar as modas: e conseguia-o quási inteiramente na sociedade alta, onde se preferia trajar à estrangeirada. Haja vista o chistoso prólogo em verso da parte II da *Alphêa*, onde são increpados os Portugueses por andarem à franceza, à castelhana, à valoneza e à sevilhana, e nunca à feição genuina de Portugal. Isso porém não se dava nas classes populares, onde os mantéus, os pelotes, as jaquetas, as vasquinhas, os saínhos, os capeirões, os carapuços de tôdos os feitios, os sombreiros de tôdas as procedências, eram o protesto constante de cada comarca, eram, por que assim o digamos, a patavinidade aplicada ao trajo.

Baste-nos isto quanto ao teor da mobília e das modas desta casa, obscura e ilustre ao mesmo tempo, onde a minha insaciável curiosidade entrou sem mais cerimónia, mas donde espero não seremos rechaçados, nem o leitor nem eu.

---

(1) No quinhentismo, houve a mania de colecionar os «cristalinos» de Veneza. Jorge Ferreira de Vasconcelos, na sua «Aulegraphia», põe na boca de uma personagem da comédia, uma fala pitoresca, em que lhes chama sanguesugas da Fazenda, e em que anatematiza as mulheres por transformarem em «casa de vidros», as antigas salas de armas das suas casas. *(Nota de M. S.)*.

*

Visto que o viver antigo se concentrava no remanso do lar, e não se expandia, como o de hoje, nos clubes, nos teatros, nas reüniões semanais, e nos cafés, deviam necessàriamente ter maior importância os entretimentos domésticos, com que tanto se encurtam as horas feriadas dos serões.

As casas dos ricos convidavam ao conchego íntimo da habitação os membros da família, aquele conchego que é de tantas saüdades para quem o não tem, e para quem andava, como os filhos das casas, a moirejar nas terras da Conquista.

Mas não era só no lar que se lhes passavam os dias.

A despeito do poeta Camareiro mór D. João Manuel, que dizia nunca ter visto

gran santo canonisado
que fôsse gran caçador,

eram muito fragueiros aqueles nobres. Os baldios e matagais em volta de Lisboa haviam de roubar-lhes muitas horas, e justificar o canil aristocrático, e a casa dos petrechos venatórios, que aposto não era das somenos oficinas da vivenda do nosso Nicolau de Altero.

Gastavam largas somas os nobres em caçadas de monte e de altanaria, e nos indispensáveis auxiliares dêsses entretenimentos senhoris.

O 1.º Duque de Aveiro, D. João de Lancastre, era doido pela volataria; um gerifalte valia para êle um mundo. Disse dêsse Duque uma vez o castelhano Marquez de Ayamonte, sabendo-lhe da inclinação:

— Há homens que se perdem na terra; outros no mar; o Duque de Aveiro perde-se no ar (1).

Os entretenimentos elegantes do tempo eram efectivamente a caça, as pescarias, e os exercícios eqüestres, já na *Carreira dos cavalos*, cujo nome se conservou até o dia em que uma Câmara municipal lhe chamou Rua *de Gomes Freire*, (2) o qual (vá dito de passagem) foi morto na tôrre de S. Julião, já (segundo Luís Mendes) no Terreiro do Paço, nas praias de Belém, nos belíssimos campos de

---

(1) *Hist. Gen.* — T. XI, pág. 60.

(2) O autor seguia na esteira de muitos — e grandes — que entendiam que o topónimo «*Carreira dos Cavalos*» aludia ao local ou serventia destinada às corridas hípicas. Hoje êste critério está bastantemente abalado, e está, desde que o falecido investigador major Santos Ferreira, achou, num *Regulamento da Sinagoga Portuguesa de Londres*, um capítulo sôbre a administração do cemitério hebraico, que se encabeçava com o título «The Admnistration of Carreira». *Carreira*, nesse documento elaborado por portuguêses, está pois, ali, na acepção de local de enterramento. Por meu turno julgo que em Lisboa êsse termo se aplicou principalmente a cemitério de irracionais, embora a *Carreirinha do Socorro* e a *Cruz da Carreira*, uma assinalando um cemitério de gente cristã, e outra aludindo ao símbolo cristão que lhe era próprio, documentem a sua aplicação a local de enterramento da espécie humana. A serventia que, na capital, servia de pista aos exercícios equestres, era a que foi, desde o século XIV, pelo menos, conhecida pelo nome de «*Corredoura*», ao Norte de São Domingos, à margem dos campos a'agadiços de Valverde.

O Hospital de Todos-os-Santos, que tem sido assunto de recentes estudos, como o do ilustre académico dr. Silva Carvalho, não se pode bem dizer que tivesse sido fundado

Alvalade, hoje o Campo Grande(1), e no Rossio de Lisboa.

*

No tempo de que vimos tratando (salvo em tudo isto pequeninos anacronismos inevitáveis, era o Rossio uma formosa praça muito desafogada, que teria de largo uns cento e cinqüenta a duzentos passos, e de comprido uns quinhentos (2). Campeavam-lhe ao Norte os célebres Paços dos Estáos, recentemente habitados pela Inquisição, casa alta e feia,

---

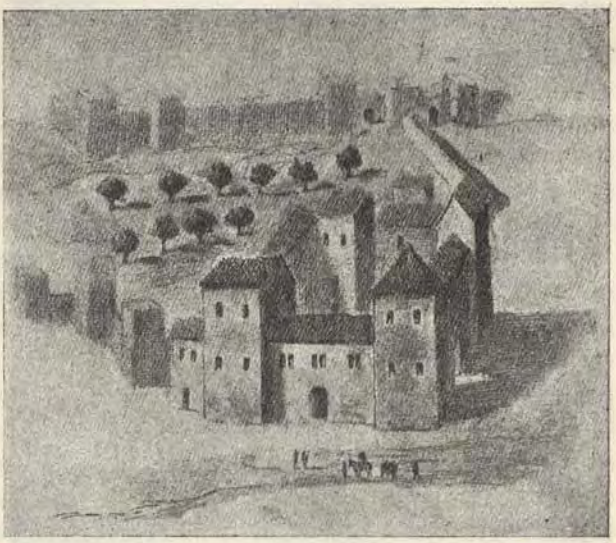
nas antigas hortas de São Domingos, ligando-se, como se tem ligado, a ideia às hortas do Convento dominicano. A maioria do terreno onde êle assentou, pertencia ao património como se vê claramente do texto da Doação, feita por D. João I, em 18 de Novembro de 1430, ao Conde de Viana, D. Pedro de Meneses, onde o soberano reservava para a corôa uma Horta Real que ali possuia e que entestava com o Mosteiro. O que os frades dominicanos cederam, por um escambo, para a fundação foi a «manga» do seu celeiro e uma estreita porção de terreno, como se pode vêr, no livro citado do dr. Silva Carvalho. Esta «manga», que não era senão aquela espécie de corredor usado para a serventia dos celeiros conventuais, deu nome, em Santa Cruz de Coimbra, ao conhecido Claustro da Manga, para o qual se têem inventado várias origens, desde um desenho feito na manga de um gibão, até à intervenção do dr. Diego Afonso Manga Ancha.

(1) *Do sítio de Lisboa,* dial. II. Então era uma campina baldia. Foi só no tempo da Raínha a senhora D. Maria I, e no ministério de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, segundo diz Ratton *(Recordações,* pág. 167), que se plantou a grande alameda que lá vemos.

(2) Frei Nicolau de Oliveira, *Grandezas de Lisboa* págs. 117 e 221.

com duas tôrres massiças; e mais outras casas muito anteriores aos ditos Paços.

Examinemos.



O Paço dos Estáos, no Rossio, sede da Inquisição; fachadas sobre o Rossio e sobre a rua das portas de Santo Antão. Este deve ser o aspecto primitivo do edifício. Cópia da gravura-plano de Braunio

Das duas vistas que apresento aqui, ambas tiradas de Braunio, a primeira mostra nos o edifício numa perspectiva de vôo de pássaro, onde se descobre perfeitamente a directriz da rua *das Portas de Santo Antão*, a porta ao fundo rasgada na muralha, e mais ao Poente o outro postigo chamado *das estrebarias a'el-Rei*. A segunda estampa, com ponto de vista mais baixo, apresenta a lúgubre fachada com mais pormenores, mas aparência igual.

Preciosos documentos! quantas lágrimas se não choraram para lá daquelas paredes ameaçadoras!

Continuemos o exame da praça.

O Paço do Estáos segundo os *Annales d'Espagne et de Portugal* de Alvarez de Colmenar

Ao Nascente do Rossio, erguiam-se os dormitórios de S. Domingos, ocupando um terço desta linha lateral, a ermida do Amparo, e o magnífico hospital de Todos os Santos, fundado por el-Rei D. João II a 15 de Maio de 1942 nas antigas hortas de S. Domingos (1), e cuja descrição nos daria um livro.

(1) Ruy de Pina. — *Crón. de el-Rei D. João II.* — Cap. LVI.

Pelo sul e poente casarias várias, a que os coevos chamam, na sua linguagem vaga e enfática, *mui grandes e nobres*.

Apesar de tão preconisada *grandeza* e *nobreza*, o Rossio nada tinha da simetria e formosura de linhas da praça actual, tão composta e acabada. Quanto à sua antiga marcação, às suas confrontações, etc., comparadas com a reforma pombalina, recomendo aos curiosos dêstes estudos o *Aviso* do grande Ministro (então conde de Oeiras), e os documentos anexos. Encontram-se na colecção da legislação, em data de 19 de Junho de 1759. Mas sem recorrer a essas peças oficiais, há documentos de outro género, que não nos dão do velho Rossio idéia muito brilhante, e o pintam como irregular, desalinhado, mal povoado, e entulhado de calhaus (1). No verão de 1755, tendo de se correr toiros aí, limpou-se tôda essa área, e exterminaram-se as ignóbeis barracas de comércios de tôdo o género, pejamento importuno de tão nobre logradouro. Com o terremoto ficou tudo em pior desordem!

Deixemos porém o século XVIII.

Por baixo do edifício do Hospital corriam trinta e cinco arcos de forte pedraria; entre êles e a parede interior uma espécie de pórtico de trinta pés de largura (2), onde os passeantes se abrigavam da

---

(1) *Relação estupenda do sentimento do Apolo do Terreiro do Paço contra o Neptuno do Rossio*. Folheto.

(2) Frei Nicolau de Oliveira, obr. cit., pág. 221; Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*. — Tom. VII, pág. 182; Ratton, *Record.*, pág. 304.

chuva, e encontravam, querendo, os físicos de mais nome.

O paralelogramo da praça era, além de irregular, obtruído necessàriamente dos detritos das feiras hebdomadárias que aí se celebravam; o que não impedia os casquilhos da Côrte, de terem ainda assim prazo-dado naquele terreiro vasto para as suas correrias e picarias de potros, e de ali irem procurar às tardes os ociosos, os indiferentes, os conversadores para meia hora, os *amigos de beijo-vo-las mãos*, como se dizia.

Ao fundo, ao Norte, erguia-se um vistoso chafariz, a que Frei Nicolau não duvida chamar *formosíssimo*, com quatro bicas a correr. O chafariz tinha uma estátua de Neptuno (não sei desde que tempo), assim como o do *Terreiro do Paço* tinha um Apolo (que não vejo na estampa de Lavanha [1]), mas que já existia no tempo de D. Francisco Manuel).

Para mais notícias àcêrca desta praça, recorra-se ao meu bom Vilhena Barbosa, meu falecido mestre e amigo, pois dela fez assunto para uma pequena monografia no seu livro de estudos arqueológicos. Eu concluirei dizendo apenas que ao Rossio se ligam inumeráveis cenas mais ou menos dramáticas da História portugueza. Por exemplo: foi no Rossio deixado nu e ensanguentado o miserando cadáver do Bispo D. Martinho, assassinado no tempo da revolução popular do Mestre de Aviz [2]; aí foi quei-

---

(1) *Relação estupenda* citada.

(2) *Crónica de el-Rei D. João I.*

mado vivo Garcia Valdez, autor de uma conspiração gorada contra o mesmo Príncipe (1); no sítio onde veio a abrir-se a porta do Hospital de Todos os Santos caíra (se é certo) desde as alturas do Carmo, a lança que o braço do Condestável de lá arremessara, uma vez, como prova da sua fôrça (2); nessa mesma igreja foi sagrado Arcebispo de Braga o Cardial Infante D. Henrique, e depois sagrado Rei de Portugal (3); e além destas cenas, também o Rossio se iluminou das labaredas horrorosas dos fogaréus da Inquisição.

Aí deixo êsse bosquejo de quadro. Isso era, pouco mais ou menos, o Rossio de Lisboa, o qual, ainda em tempo de el-Rei D. Fernando quando o Rei castelhano D. Henrique veio pôr cêrco à nossa Capital, não passava de «um grande e espaçoso arravalde, que havia arredor da cidade, des a porta do ferro atá porta de Santa Catellina» (como quem dissesse hoje: desde Santo António da Sé até aos altos do Chiado (4).

---

(1) Fernão Lopes. *Crón. de el-Rei D. João I.*

(2) Frei José Pereira de Santana. *Crón. dos Carmelitas,* pág. 444.

*

Êste remesso de lança feito pelo Santo Condetabre, deve ser piedosa invenção do cronista Frei José Pereira de Santana. *(Nota de M. S.).*

(3) Rebelo da Silva. *História de Portugal* nos séculos XVII e XVIII, tom. I, pág. 257; Frei Apolinário da Conceição. *Demonstração histórica; Evora gloriosa;* etc., etc.

(4) Fernão Lopes. *Crón. de el-Rei D. Fernando,* cap. 89.

No Rossio de Lisboa vinham os têrços exercitar-se; aí costumavam passear às tardes os gentís e alfenados cavaleiros do Paço; aí se encontrariam pois, sem dúvida, os murzelos e rossins de Nicolau de Altero de Andrada, coleando garbosamente em companhia de outros, não menos apreciados, e também *ginetados de regalo* (na frase castiça de um autor antigo.

*

As corridas de touros no Terreiro dos paços da Ribeira, ou neste Rossio, por festas grandes, as canas, os exercícios quási acrobáticos da alta equitação, os jogos da pela e do tintinini, levavam aos cavaleiros portugueses grande parte dos dias. Da atenção, que de pais a filhos se consagrava a tão proveitosas ginásticas, provinha naquelas raças o seu desenvolvimento fisico. Depois que se inocularam nos usos os diminuitivos afeminados, que inspiraram a Garcia de Resende o quadro epigramático das mesquinhezes do seu tempo, já precursoras das ridiculezas dos *mignons*, foram-se a pouco e pouco obliterando aquêles usos, que, a-pesar-de tudo, tinham um lado útil, e ainda duraram nas classes altas dezenas de anos.

No tempo de Duarte Nunes o justar, o jogar canas, o saír aos touros, o montear, e o continuar carreiras, eram, diga-se a verdade, costumes decaídos em comparação do muito que tinham sido presados; e tanto, que chegava aquêle cronista a queixar-se, com uns têrmos onde transparece o antigo cavaleiro, de que os fidalgos, *mancebos e*

gentís-homens, se não envergonhassem de andar, como andavam «vestidos à marquesota e à francesa,» passeando ante as damas em machos (1)! ¿Que diriam à profanação da gineta e da estardiota os manes do bom *Rei cavalgador de tôda a sela?*

Profanação; não retiro o têrmo; e de tal ordem, que motivou leis repressivas, e já bem antigas. A generalização da equitação bastarda, e o uso de mulas e machos trazia a decadência das caudelarias portugesas.

Já el-Rei D. Duarte, na sua «Arte de cavalgar» (2), propõe que não se consinta aos cavalgadores novéis o andar em mulas ou tacas. «E nom lhe consentam, andar amiüde em mulas, nem facas, nem outras bêstas que os folgados e seguros tragam.»

Havia por então grande escassez de bons cavalos no Reino, e era mister promover por meios sensatos e eficazes a sua propagação.

Lá o diz muito sensatamente ao mesmo senhor D. Duarte o grande espírito do Infante D. Pedro, numa carta preciosa:

... «Bem sabêdes, Senhor, como em nossa terra há mui poucos cavalos, o que é grande míngua à terra onde os não há para os efeitos de guerra; e parece-me, Senhor, que seria bem ordenardes como os em ela houvesse; e a maneira que em êle podereis mandar ter é esta: nas

(1) *Descrip. de Port.* Cap. XXIX.
(2) Parte II, cap. V.

comarcas privilegiardes certos homens que os tivessem, e os lançassem a cavalagem a algumas boas éguas; ou, ao menos, a alguns que são acontiados em armas e cavalos, mandardes que tenham cavalos e nom armas, e que os lancem às ditas éguas aos tempos que cumpre; e estas ordenanças se devem, Senhor, fazer docemente, e nom com grave constrangimento, por se a terra nom sentir por agravada, e todos terem vontade de fazer aquelo que lhes é mandado... (1)

Sempre com o fito no mesmo ponto, proíbiu, pelos anos de 1491, el-Rei D. João II que no Reino houvesse «mula de sela, nem bêsta que não fôsse de marca — diz Garcia de Resende; — não quis que Prelados, nem outro nenhum clérigo, pudessem andar nelas». Muitos Prelados, Abades, e Clérigos ricos de Entre-Douro e Minho, e Trás-os-Montes, representaram contra isso, fundando-se em que se deviam guardar os privilégios eclesiásticos, e ameaçando de apelarem para Roma. Com efeito era bárbaro obrigar Prelados idosos e achacados a deixarem o passo cómodo e sabido da sua mulinha consuetudinária, para cavalgarem murzelos de bom sangue, fogosos muita vez, e indomáveis! ¿e que respondeu o Rei? o que era de esperar: que visto tocar-se em privilégios da Igreja, não se opunha a que os eclesiásticos andassem em mula; mas que, pelo que tocava à sua

(1) Carta do Infante D. Pedro a seu irmão o Infante D. Duarte dando-lhe conselhos. Vem isso nas *Dissert. Crón.* de J. P. Ribeiro, T. I. pág. 296.

jurisdição Real havia de saber mante-la; e «mandou logo apregoar em todos os seus Reinos, que qualquer ferrador ou homem que ferrasse mula de sela, que morresse por isso» (1).

Pena de morte por ferrar uma mula!! Dão nestes excessos puerís os déspotas de coração cabeludo.

¿Conseguiu o seu fim, on não, o matador do Duque de Viseu? não creio. A Carta Régia de 30 de Abril de 1625, a Lei de 1 de Agosto do mesmo ano, proïbem muares de sela ou liteira. Aqui aparece uma extensa e bem deduzida consulta do Desembargador Tomé Pinheiro da Veiga, datada de 12 de Janeiro de 1626, cheia de observações ao Regimento de caudelarias (2).

Logo depois foi promulgada a Lei de 22 de Agosto do mesmo ano, proïbindo outra vez os machos de sela. Tudo isso prova que as determinações antigas tinham tôdas caído em desuso.

Em 4 de Fevereiro de 1627 pede a el-Rei D. Filipe a Câmara de Lisboa que derogando a proïbição dos machos e mulas de sela, permita o uso dessas cavalgaduras aos Procuradores da Cidade (3).

El-Rei D. João IV, também se saíu com a Carta de Lei proïbitiva de 2 de Dezembro de 1642; e, como parece não surtira efeito, baixou outra, de

---

(1) Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, cap. CXIII.

(2) Vem nas *Dissert. crónol.* de João Pedro Ribeiro, T. IV, P. II, pág. 190.

(3) Ed. Freire de Oliveira, *Elementos*, T. III, pág. 243.

12 de Março de 1650, exceptuando os Eclesiásticos e os Desembargadores (1)

Em Maio de 1670 veio à luz uma pragmática, segundo a qual o Príncipe Regente D. Pedro ordenou que ninguém pudesse andar em bêsta muar, a não serem Ministros de beca e Eclesiásticos. A êste respeito diz um contemporâneo bem informado:

«Não havia quem tratasse de cavalos para seu uso (de el-Rei); tudo eram machos e mulas; no que, perderia o Reino grande detrimento; e na ocasião não haveria quem soubesse andar a cavalo, nem se acharia um cavalo para a guerra. Ordenar-se que os tivessem por outro meio, fôra remédio violento; e ordenar-se por êste meio foi prevenção suave, porque a necessidade particular faz prevenir para o remédio cumum (2)»

Ainda em pleno século XVIII aparece outra disposição legislativa no mesmo assunto, de 19 de Junho de 1761 (3).

Tôdas estas severidades contudo merecem algumas excepções. A cada passo se topam privilégios, licenças, para Fulano ou Cicrano poder andar em mula; e no cartório da Câmara Municipal existe um privilégio colectivo, em que D. Filipe I concede a todos os oficiais da mesma Câmara possam andar em bêstas muares. (4).

---

(1) Manuel Fernades Tomáz, *Repertório.*

(2) *Monstruosidades do tempo e da fortuna,* pág. 142.

(3) Consulte-se o citado *Repertório,* de onde muitas dessas notícias são extraídas.

(4) Cart. de C. M., Liv. 1.º de D. Filipe I, fl. 121.

Estas excepções hoje precisam explicação. Os cavalos eram mais custosos, mais sujeitos a doenças, menos sofredores, e mais bravos; ao passo que as muares adaptavam-se bem melhor às exigências da locomoção burguesa pela cidade.

*

Mas fiquemos por aqui. Veja-se onde, de assunto em assunto associado, íamos chegando. Tudo isto a propósito dos exercícios físicos, a que, cheios de razão, tanto apreço davam nossos avós.

Hoje... pensa-se menos na educação física da mocidade, do que no desenvolvimento precoce e artificial das suas faculdades intelectuais na estufa doentia da nossa instrução secundária. Quero que lhes responda a opinião ilustrada do meu saüdoso D. António da Costa no seu livro mestre *A Instrução nacional.*

Miguel Leitão é riquíssimo ainda de quadros fieis das usanças festivas da Nobreza nas tardes de canas e outros jogos dextros. Concedamos pois ao seu parente Nicolau de Altero um tal qual quinhão nessa mania obrigada do século, e imaginemos quanta vez algum terreiro da sua quinta se enfeitou com os palanques e vistosos aparatos de tais divertimentos senhorís, quer fôssem os jogos da pela, ou as lutas e corridas que nos pinta a *Alphea* de Simão Machado; quer fôssem as justas da argolinha e as apostas eqüestres, que tão bém descreve António Galvão de Andrade; quer fôssem as escaramuças e ciladas de turcos fingidos com

lanças e adargas embraçadas, e grandes gritas de «moiros! moiros!» tão pitorescamente desenhadas em miniaturas à pena pelo cronista cortesão d'el-Rei D. João II; quer fôssem as representações de comédias do tempo, em castelhano ou em português, nalgum adro assombreado, sendo o palco de vigas e tábuas estendidas em cima de quatro pipas, sendo a platéia os bancos emprestados de alguma igreja próxima, e sendo os actores mancebos nobres da cidade, tudo cenas muito para folgar e rir, em que chocarrices e dichotes nem sempre primavam de compostura(1).

Mas isto eram as representações particulares. Teatros públicos, bem se sabe que os não havia fixos; em Lisboa cumpria à Mesa da Consciência designar de antemão o dia e o sítio, revista por um Desembargador do Paço a tragicomédia ou farça que se havia de dar (2). O que é singular é que um alvará d'el-Rei D. Filipe II estatui que não haja disfarces, e que as figuras representem *no trajo do seu sexo* (3).

Saímos outra vez um pouco fora do meu ponto. Isto de tagarelas não se calam em achando quem os escute.

---

(1) Veja-se o quadro que a *Miscelânea* pinta de uma coisa destas no diálogo 12.º.

(2) Alvará de Novembro de 1612, na colecção da legislação.

(3) Id., ibid.

*

No nosso livro «Teatro de Outros Tempos», no capítulo «Pátios de Comédias», trata-se mais desenvolvidamente das representações em pátios, no século XVI. *(Nota de M. S.)*.

*

Como idéia associada aos exercícios físicos, sempre direi que havia em Lisboa por essas eras quatorze escolas públicas de dança (parece-nos hoje impossível!), afora homens que ensinavam os nobres em casa dêles (1); de esgrima quatro escolas públicas, afora *muitos gentilomens* que ensinavam *pessoas nobres*, e tinham numerosos discípulos (2).

Isto era tudo nas classes distintas. A plebe divertia-se lá a seu modo, nas lutas, nos jogos do pau, e outras práticas toleradas, quando não era nas que os alvarás excomungavam com afinco. Por exemplo: na pouco policiada Lisboa davam-se freqüentes batalhas campais à pedrada, entre o rapazio e até os homens de bairros diferentes, com grave escândalo da ordem pública e descómodo da vizinhança; e chegaram quási aos nossos dias (que o digam as célebres *Bela Cotoviæ* do Palito Métrico), apesar de serem d'el-Rei D. Filipe II e as enérgicas providências legais contra tais desaforos (3), e outros parecidos.

Tudo isso felizmente acabou. Lisboa pode orgulhar-se da sua polícia.

Nós acabemos também por hoje, e amanhã continuaremos a esquadrinhar a vida dos nossos avoengos.

---

(1) Crist. Rodr. de Oliv. *Sumário*, pág. 108.

(2) Id., ibid.

(3) É ver os alvarás de 31 de Janeiro de 1604, e de 13 de Fevereiro do mesmo ano na colecção da legislação.

CAPÍTULO XI

Desta feita, é justo que principiemos por alguma coisa sólida, visto que o final do capítulo antecedente nos deixou exaustos, e fartos de exercícios físicos. Trataremos da mesa de Nicolau de Altero.

Havia já nesse tempo grande apuro gastronómico pela culta Europa. Em Portugal as toalhas de Flandres cobriam se de lindas baixelas, *mimos indianos*, que faziam estremecer a filosófica e severa mediania da quinta da Tapada. Reluziam cristais faceados e doirados; alvejavam gomis de prata lavrada; o saleiro, assim como as galhetas, recusariam servir se lhes não dessem para suportes pratilhos de valia. Em volta do seu prato, podia enfim cada conviva gosar-se já do nosso talher de garfo, colher, e faca, inovação que assim completa não tinha mais de uns cento e cinqüenta anos. Havia-os por cá belíssimos e como hoje não há: de prata, com cabos de cristal guarnecidos de oiro (1)

---

(1) *Relação individual* citada.

A loiça mais vulgar devia ser a branca de Sevilha e de Talavera (1), além da cerâmica nacional, já muita em voga, Estremoz e Monte-mór o velho, a qual (com ser pobre) não deixava de figurar nas refeições d'el-Rei D. Sebastião (2); mas para honrar condignamente as invenções culinárias dos Vatéis do tempo, lá estavam as loiças chinesas esmaltadas, freqüentes nos nossos domínios, para assombro da Europa, onde o não eram. Dêsse modo, as capoeiras, habitadas do que havia de mais apreciado, viuham triunfar entre primores na solenidade já muito artística dos festins.

A opinião sincera do secretário daquêle Cardeal de Alexandria, que foi enviado a Portugal pelo Santo Padre Pio V em 1571, o já citado Venturino, era porém que as mesas de Lisboa não podiam competir com a boa ordem, a abundância, e o escolhido das de Madrid, porque os Portugueses, diz êle, «não teem hábito de banquetear-se.» referindo-se às festas da Côrte, diz que se conhecia a boa vontade com que os nossos davam tudo, e que ostentavam abastança de peças de ouro e prata, e eram servidos por muitos criados; mas achava as iguarias mais grosseiras que delicadas, os vinhos fortes, e a fruta pouco singular, estremando-se o pão e a carne, que eram óptimos (3).

---

(1) *Estatística* mss. em letra gótica moderna, obra anónima, mas preciosíssima, da Bibl. nac. de Lisboa.

(2) Segundo conta o citado Venturino na sua relação de viagem em Portugal. *Panorama,* VOL. VI. *(Vide nota a pág. 145).*

3) Relação dessa viagem. *Panorama,* VOL. VI, pág. 346.

Concordam com o Venturino os Legados da República de Veneza Tron e Lippomani, que da parte da Senhoria vieram em 1580 a Lisboa cumprimentar el-Rei D. Filipe I. Nas suas impressões de viagem, que são curiosas para a história dos costumes, observam êles que a respeito de vitualhas não se hão-de buscar em Lisboa coisas muito esquisitas. (1)

Bem dizia Francisco de Sá com o seu feliz humor habitual:

Os bons convites antigos,
antes de tudo se alçar,
eram para conversar
os parentes e os amigos,
e não para arrebentar (2).

*

Fôssem, ou não, severas de mais aquelas opiniões diplomáticas, muito desdenhosas quási sempre *(desdem de estrangeiros*, como diz com graça o autor do *Auto da Ave Maria)*, o que parece é que, para um viver largo e luxuoso, à melhor moda da sociedade culta, devia possuir os necessários rendimentos êste proprietário Nicolau de Altero, como senhor de bôa porção dos terrenos do opulento bairro novo. Afóra essa tal casa onde habitava, outros chãos possuia por ali.

Sigamos um fio partido que encontrei, comprovativo dessa posse.

---

(1) *Panorama*, VOL. VII, Pág. 98.
(2) Satyra 3.ª.

*

Entre os haveres da família figurava uma herdade no sítio denominado *os Cardais*, junto à rua *Formosa*. Chamavam-lhe então os *Cardais de S. Roque*; era sítio muito ermo. Nada mais avultava ali do que uma antiga ermida com um ermitão. Logo direi como em 1595 um tal Luiz Rodrigues, que ali veio a possuir uma casa, a doou para se edificar o convento de Nossa Senhora de Jesus(1); e como, depois de edificado o convento, os *Cardais* passaram a denominar-se *de Jesus*, como ainda hoje. Ainda no princípio do século passado por ali algures existia uma quinta chamada *dos Cardais*(2).

O tamanho exacto dessa tal herdade *dos Cardais* pode calcular-se ao certo; tinha dezassete chãos. O *chão*, como muitos sabem, era uma medida, de que usava a cidade de Lisboa, de sessenta palmos de comprido e trinta de largo(3). Arbitremos pois a esta herdade 30.600 palmos quadrados. Em 1558 o seu proprietário Nicolau de Altero aforou-a por 6$800 reais anuais a um Jorge Fernandes *ladrilhador* de ofício, isto é, oleiro, como hoje diríamos, porque, segundo creio coligir do que define um contemporâneo (4), o *oleiro* era o fabricante de azulejo.

Ora muito bem: junto aos *Cardais* existe a calçadinha do *Tejolo*, que era, há cinqüenta anos

---

(1) Carvalho da Costa. — *Corografia*. — Tom. III, pág. 495.
(2) Id., ibid., pág. 490.
(3) *Miscelânea*. — Dial. X.
(4) Frei Nicolau de Oliveira. *Grande de Lisboa*, pág. 174.

ainda, ladrilhada de velhíssimos tejolos a pino, que desapareceram com a macadamisação, mas que bem podiam ter correlação remota com o ladrilhador Jorge Fernandes, e com o proprietário Nicolau de Altero. Quando a não tenham (e para isto principalmente é que eu trouxe esta menção), são prova presumptiva da antiguidade do sítio, e especime, hoje perdido, da maneira por que as ruas em Lisboa eram calçadas no século XVI, pois assim se lê por incidente no diário da jornada da nossa Infanta D. Maria filha de el-Rei D. João III, Princesa das Astúrias. Diz o citado escrito referindo-se à cidade de Elvas: «Esta cidade..... é pobre um pouco, e as mais das casas são tôdas ladrilhadas de tejolo, da maneira que as ruas são calçadas em Lisboa (1).»

No processo de um certo António Dias, carpinteiro, para familiar do Santo Ofício, aparece tambem, em 1609, o de Briatiz Francisca, sua mulher. Aí se vê que era neta de um ladrilhador Álvaro Fernandes, morador em Lisboa, aos *Cardais*, em casas suas. As testemunhas referem-se ao conhecimento que tinham com êle desde uns cinqüenta anos. Pergunto: essa identidade de apelido, e de sítio *(os Cardais)* não estarão a denunciar parentesco próximo com o citado Jorge Fernandes? (2)

Saiamos dêste emaranhado labirinto de tejolos, mais temível que o de Creta, e voltemos a casa de

---

(1) *Hist. Gen. da Casa Real.*—Tom. III das Provas, pág. 121.
(2) Tôrre do Tombo — Familiares — M. I, n.os 1 a 13.

Nicolau de Altero. Agora vai o leitor conhecer melhor as senhoras.

*

As senhoras desta casa eram: a mulher de Nicolau, Marta de Andrade, e sua filha Brites, a quem encontramos já viuva de Baltazar de Seixas, sujeito que não pude ainda topar nas genealogias.

A acreditarmos a *Miscelânea* (¿ e por que não?) era Brites uma honestíssima senhora, piedosamente criada ali sob a vigilância e influência da casa de S. Roque, e educada com tôdas as prendas de uma rica herdeira. Foi decerto, com sua mãe, uma das freqüentadoras assíduas das práticas dos Jesuitas, prazo-dado onde às tardes as liteiras armorejadas, e os coches mais opulentos, vinham trazer a primeira sociedade de uma légua em contorno.

O viver passava para as damas concentrado, e sequestrado ao bulício burguês, comercial, e artístico, da pitoresca *rua Nova* (positivamente o *Chiado* de então). O tempo que os seus lavores caseiros lhes dispensavam, ia-se em visitas pelos conventos, onde as suas amigas e parentas, já freiras professas, já recolhidas, sabiam atapetar de flores, por que assim o digamos, o chão ascético do claustro sob os chapins seculares e profanos, pouco afeitos a pisar abrolhos. Os miminhos, as flores, os doces finíssimos, os bordados mirificos, eram, tanto como a conversação afectuosa, gazeteira, e assucarada das celas, o melhor desenfado, e uma das atracções dos mosteiros femininos. Na vida secular representavam êles papel importante, não só para os

costumes da *elegância*, como até muita vez para os enredos políticos da Côrte.

A piedade e os exercícios religiosos tinham, como todos sabem, além das pompas tão eloqüentes da Igreja católica, outro realce singular aos olhos da turba: era o *acto de devação*, verdadeiro espectáculo, em tempo em que nem S. Carlos, nem os nossos dez ou doze teatros, eram o entretenimento da imaginação de um numeroso público.

É verdade que já bastaria para isso a música dos templos, que era uma instituição artística de altos quilates. Havia-a muito notável, como composição, e como execução.

Música vimos chegar
à mais alta perfeição;
Sarzedo, Fonte, cantar;
Francisquilho a si juntar
tanger, cantar sem razão; (1)
Arriaga, que tanger!
o cego, que grã saber
nos orgãos! e o Vaêna! (2)
Badajoz! (3) *e outros, que a pena*
deixa agora de escrever.

---

(1) Isto é: juntar em si várias prendas — a de tocador, e a de cantor.

(2) Havia três Vaênas (Gonçalo, Francisco, e António) músicos da câmara de el-Rei D. João III, segundo se vê na lista que vem a pág. 622 do T. VI das *Provas* da Hist. gen. da C. R.

(3) João de Badajoz era o nome de um músico da câmara de el-Rei D. João III, segundo a Hist. gen. da C. R., *Provas*, T. VI, pág. 622.

São palavras de mestre Garcia, que em muitos passos é um pintor de género. Andrade Caminha, o saltitante versejador, menciona alguns músicos e cantores de nomeada: Rodrigo Velho, Luís de Victória, Francisco Mendes, etc.; e, segundo uma frase de um documento antigo (1), era cantor de el Rei D. Manuel um tal João Vieira, cujo rasto em nenhuma outra parte achei. Até por essa circunstância da música, sabia pois Lisboa estremar-se no século XVI como primaz no Reino. Perante êsses esplendores da Côrte se extasia no seu livro citado Duarte Nunes, e afirma Braunio que nas grandes solenidades do calendário, quando saíam para fóra da Capital, a cantar nas vilas e freguezias próximas, mais de trinta orquestras de músicos e tangedores, cá não se dava por tanta emigração, porque as festividades sacras deslumbravam como de costume, pelo bem providas e concertadas. Era em parte o zelo das cento e trinta e uma confrarias e irmandades, que, além do avultado cabedal empregado na beneficência pública, sabiam despender bizarramente com as exigências civilizadoras do luxo na Arte.

Por tanto, se podessemos entrar nos mosteiros, ou nos templos de então, certamente haviamos de encontrar freqüentes vezes, no trajo modesto que tão bem realça as formosuras, e talvez com as suas mantilhas ou mantos, que as rebuçavam tôdas (moda que ainda hoje as senhoras usam na Semana

(1) Livro 2.º de el-Rei D. Manuel, fl. 17 (no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa).

santa), a mulher e a filha de Nicolau de Altero. Se divagassemos na rua, haviamos de avistá-las, uma ou outra vez, com o seu séquito obrigado de criadas e escudeiros, encaminhando-se a passo grave e miudinho para Missas, Sermões ou Matinas, raríssimas partes onde era dado sairem senhoras bem nascidas, e ainda assim com os mantos modestamente derrubados sôbre os olhos, e escondidas a tôdas as vistas, como lá diz o douto Duarte Nunes (1).

*

¿Escondidas? inteiramente ocultas, desconheciveis; o que se prestava a abusos, como sucedia hontem ainda com a capa e lenço, e sucede hoje no Algarve e nos Açôres, onde as autoridades teem debalde tentado acabar os capuzes, perfeitos «dominós», que disfarçam romances e dramas muito à vontade. Parece que assim era tambem por cá.

O Desembargo do Paço chegou a propôr a D. Filipe III meios coercitivos para a moda das mulheres andarem *tapadas* (termo técnico); e o Rei respondeu com graça (2), e com certo conhecimento do fruto proibido e do coração humano (seja dito sem ofensa), que lhe parecia não dever proibir tal, porque «de semelhantes proibições se tem visto maior introdução dos excessos que se pretendem remediar, apetecendo-lhes o vedado.» Ordenou então ao Desembargo que informasse de novo, sindi-

(1) *Descrição de Portugal.* — Cap. LXXXVIII.
(2) Em carta régia de 10 de Outubro de 1623.

cando primeiro dos têrmos a que tinha chegado o sobredito uso, se degenerava em imoralidade. etc. Provàvelmente o tribunal informou contra, porque logo em 1626 uma carta régia (1) proïbe formalmente as rebuçadas, sob penas severas.

As netas da mãe Eva é que fizeram pequeno caso de quem assim se queria ingerir, com a lei em punho, nas atribuïções do que lá era o seu *mundus muliebris;* motivaram sem o querer um decreto (2) em que se lhes vedava, fôssem elas de que qualidade fôssem, o andarem pelas ruas *embuçadas, com chapéu ou sem êle*, e o assistirem nêsse trajo às festas nas igrejas. ¿As perseguidas que fazem então? descobrem só meio rosto, e julgam iludir dêsse modo a vigilância dos seus tiranos; mas eis que, dois meses depois, sai como uma víbora um Alvará (3), explicando por miúdos os abusos de tal prática, declarando que nêsse tredo descobrir de meio rosto as insurgentes «ficam ainda assim desconhecidas», e ordenando (ipsis verbis) que «tôda a mulher que não andar com tôda a cara descoberta, e houver de trazer bioco, trará o manto caído até aos peitos».

*

Mas francamente avósinhas do século XVII, fazieis bem mal em vos tapardes assim.

(1) De 19 de Junho.
(2) De 11 de Agosto de 1649.
(3) De 6 de Outubro de 1649.

As lisbonenses eram bonitas, segundo afirmam estrangeiros que nada tinham de lisonjeadores. Os cabelos delas eram habitualmente negros, mas elas tingiam-nos, por moda, como as casquilhas de Ovídio, de côr loura (1). Era um gôsto do tempo, de que a literatura nos deixou vestígios: para quási todos os poetas, se não todos, para os Camões, os Ferreiras, os Caminhas, os Mirandas, arrematararam os cabelos *de ouro* lugar fixo e indisputável nas descrições de tipos femininos.

¿Quem sabe se até as Andradas, donas tão recatadas e honestas, caíriam na fraqueza de sacrificarem ao génio da moda a côr peninsular dos seus cabelos? ¿Quem sabe? pois não precisavam dêsse artifício para serem interessantes.

¡Que retrato das nossas bondosas Portuguesas pinta o eborense Duarte Nunes do Lião, já pela suavidade dos seus rostos, já pela sua honestidade e *assossêgo*, já pelas suas muitas prendas caseiras de donas de casa, já pela sua caridade inexcedível! É digno de reler-se aquêle trecho, porque se vê, pelas nossas patrícias de hoje, que foi pintura tirada do natural.

*

Se à noite fôssemos à casa de S. Roque, haviamos certamente de encontrar o rancho feminino ao serão mais que patriarcal das damas antigas portuguesas: elas sentadas nos seus pares de almofadas de sêda, ou mesmo sentadas no chão, francamente no chão sôbre uma esteira ou um pedaço

(1) *Panorama.* — Tom. VII, pág. 98

de tapete, como até as Princesas usavam; e podem vêr-se sôbre esta costumeira ingénua e pouco artística vários passos da relação do já citado Venturino. Junto das amas as servas, em redor dos candeeiros amarelos de latão, pura idade-média, instrumentos ainda vivos há pouco em algumas classes de Lisboa, e cuja forma tradicional se perpetua.

Pela maior parte, essas servas eram escravas. A escravaria, trazida da Guiné, custava porém caríssimo; tendia a encarecer ainda êsse *género*, meado o século XVI; e por isso muitos particulares tomavam homens e moças de *soldada* (como os actuais criados de servir).

Complete-se por tanto o grupo em volta do candeeiro com algumas fisionomias negras à mistura, e até com algum bugio muito manso, ou papagaio valído, bichinhos que as conquistas nos enviavam «para delícias e recreação», segundo um coevo (1).

O têrço rezado em cumum (costume piedoso conservado ainda na província), e as leituras de crónicas ou historietas de cavalarias, deviam muita vez entreter parte do tempo antes da ceia.

A propósito de leitura: uma observação valiosa que me ocorre: o gôsto por ela não devia ser então diminuto, a julgar pelos cinquenta e quatro livreiros que abasteciam as sedes literarias da pátria de Ferreira e Camões (2), e a julgar também pelo que diz a *Estatística* manuscrita da Biblioteca

(1) Duarte Nunes. Obra citada.

(2) Cró. Rod. de Oliveira. *Sumário*, pág. 109.

Nacional, muitas vezes citada. Apresenta êste valioso repositório um calculo aproximado da soma que anualmente se dispendia em Lisboa só no artigo livros (aproximado, apenas, porque era género que não pagava direitos). Atendendo, observa o autor, às lojas que os livreiros tinham na *Rua Nova*, à grandeza delas, à sua valia, aos seus altos alugueres, e à circunstância de serem ricos quási todos os *livreiros* (o que nunca se disse dos autores), poderia calcular-se o gasto anual de livros em 20.000 cruzados, ou 8.000$000 reis, soma hoje incomparàvelmene maior (1).

¡Nesses serões por tanto a história do Infante D. Pedro das sete partidas, e da Princesa Magalona, o inimitável, o épico Amadís de Gaula de Gil Vicente, e outras obras, haviam de ter entretidas as atenções do rancho, e arrancar lágrimas até às figuras dos pano de raz, como diz algures o D. Duardos do velho troveiro, quanto mais aos formosos olhos das ouvintes sentimentais! Para tempêro lá estavam então as farças do mesmo poeta, as do Prestes, bem melhor metrificador, sim, mas sem o génio do mestre, as do Simão Machado, que haviam algumas vezes de entremear-se também com os *Vilhalpandos* e o *Cioso*, a *Alphêa* ou o *Bristo*, peças mais modernas, onde o gôsto de Terêncio e Plauto (os da moda) se reflectia. E em quanto uma voz ia lendo, os assistentes devoravam êsses primores, ao som monótono e surdo das rocas de roda, ricas e torneadas peças de uso, de que

(1) Fl. 23.

alguns museus da Europa conservam com apreço espécimes curiosos.

¿Ora eis aí estão as seroadas da casa de S. Roque, bem diversas das nossas recepções semanais. Deviam lembrar os aplicados lavores em casa de Penélope, e com tanta graça e maestria pintados pelo semi-deus!

Os homens, êsses jogavam jogos de cartas, está visto; mas só os homens, porque (segundo afirma um douto informador) às senhoras de bem era isso defeso, assim como o vinho, pela pragmática tácita dos usos nacionais (1). Nesses jogos masculinos, porém, poucas vezes se encontrariam alguns tão engraçados, como o que se jogava no Paço, com as doze cartas *de louvor*, e as doze *de deslouvor*, cujas coplas, escritas de propósito em tempo de el-Rei D. Manuel pelo seu ladino moço da escrevaninha, tinham feito as delícias dos cortesãos.

Também não digo que uma ou outra noite não houvessse própriamente dança alternada com ensoadas, em que os bailes mouriscos e os turdiões baralhavam a alegre companhia, como o fazem os nossos lanceiros e as nossas contradanças; tudo à moda da polida Lisboa, que primava em cortesania exagerada, e usurpadas honrarias, segundo nota sorrindo um vilão em António Prestes, quando diz:

E de Lisboa se soa
que todos lá são honrados;
que de pessoa a pessoa
se falam desbarretados;

(1) Duarte Nunes. Obra cit., cap. 88.

quadra que poderia traduzir-se à moderna por estas palavras:

Da grã Lisboa se diz,
que todos à competência,
erguem bem alto o nariz,
e só usam de Excelência.

*

Concluirei o capítulo (de volta à casa de S. Roque de Lisboa) com uma observação: vejo nas alianças dos membros da família Andrade, quási sempre confinados nos dois ou três primeiros graus de parentesco, indício de que viviam muito entre si, ou tinham em tanta conta o seu nome, que desejavam perpetuá-lo orgulhosamente nas varonias.

Assim esta rica viúva, esta mesma Brites de Andrade, que vimos na sua elegância caseira, e que foi requestada sem dúvida por próceres, preferiu arrostar o uso, e tomou segundo marido; e preferiu que êle fôsse um viúvo, a ir mesclar outra vez o seu sangue ilustre com outro sangue não seu.

¿Quem era o pretendente? ¿donde vinha? Já mais de uma vez me referi ao testemunho dêle no decurso dêstes estudos; era um primo da casa, antigo pelejador de Alcácer-Kibir, escritor aplicado, abastado proprietário (creio que ja então) no Pedrogão-Grande, no Carregado, ou em Vila-Nova, em Óbidos, no Crato, e na Ribeira-do-Sor (1).

---

(1) *Miscelânea* citada. — Dial. III, pag. 63, 64 e 65 da edição de 1867: e Manço de Lima — *Genealogias.*

Os seus cinquenta e tantos anos não o danaram, segundo se vê no conceito da viúvinha; as muitas aventuras de que fôra herói, o seu talento, a sua graça, pleitearam por êle, e venceram. Foi aceito para noivo o cavaleiro Miguel Leitão de Andrada.

Mas agora reparo: o capítulo vai ja descompassado. Aqui fico, depois da súbita aparição desta figura nova, e deixarei consumarem-se na santa paz da casa de S. Roque as bodas da neta de João de Altero, enquanto não continuo nas minhas observações.

CAPÍTULO XII

No meu último capítulo apresentei Brites de Andrade a ponto de realizar o seu enlace matrimonial, nada menos que com o futuro autor da *Miscelânea*. Aparecêra êle pretendente à mão de sua formosa prima, e obtivera consentimento, sem que o empecesse a lenda tenebrosa, que (no dizer de um genealogista) pairava sôbre o seu nome: nem mais nem menos do que a suspeita de ter sido êle o matador de sua primeira mulher, D. Inês de Atouguia.

Enquanto a casa de S. Roque celebra as bodas da rica herdeira Brites de Andrade com seu primo Miguel, conversemos um pouco, e examinemos de espaço essa originalíssima personagem.

*

A verdade é de que tôda a enfunada geração de Andradas, que tão alto remontam a grimpa da sua árvore, e de tão fundo lhe deduzem a raíz, quási que se perderam as memórias. Vivem nalgum

nobiliário, se é viver êsse destêrro entre as fôlhas amarelentas de uns livros que ninguém lê, êsse reinar de múmias debaixo de campas armorejadas, êsse jazer entre saüdades do que foi, à luz crepuscular que vem das crónicas.

Se viver é isso, vivem muitos Andradas nos livros de linhagens dêste Reino, aventureiros da Índia, padroeiros de capelas, escrivães de chancelarias, capitães de ginetes, homens bons, de peleja e de concelho; vivem estirados como estátuas de túmulo, vivem da vida morta que lá vai!...

Uns pelejaram; derramaram o sangue nas guerras coloniais.

Outros, Religiosos professos, foram martirizados nas missões da China ou do Brasil.

Aquêles fundaram vínculos para perpetuação do nome, alcançaram alianças ilustres, e distinções de grande fidalguia.

Aqueloutros escreveram, e em apreciadas crónicas registaram as acções dos seus Reis.

*

Dentre todos porém um conserva ainda, e para sempre, individualidade mais vivaz: chegou intacto ao nosso tempo; trás em si mesmo tôda a energia e crença do seu século; conversa connosco, amável tagarela! e entre sorrisos consegue impor, pelos seus chistes e donaires, a sua curiosa personalidade. É êste; é Miguel Leitão; salvou-o e imortalizou-o um nada: o livro sincero e fácil,

que êle, sem atinar que nome ao certo lhe daria, intitulou desta forma singular:

MISCELÂNEA

do sítio de Nossa Senhora da Luz do Pedrógão-Grande, aparecimento de suas Imagens, fundação do seu convento e da Sé de Lisboa, expugnação dela, perda de el-Rei D. Sebastião' e que seja Nobreza, senhor, senhora, vassalo de el-Rei, rico-homem, infanção, côrte, cortesia, mesura, reverência, e tirar o chapéu, e prodígios, com muitas curiosidades e poesias diversas.

E andou avisado na escolha do título do opúsculo, que afinal de contas retrata o autor. Miscelânea é o livro, e miscelândea quem o escreveu; o livro, misto de bom e mau; o autor, *salada de várias plantas*, como êle caracteriza a sua obra.

É ler a *Miscelânea;* é correr aquelas páginas desestudadas, onde o bom do escritor entesourou, sem o saber, tanta riqueza; é deixá-lo narrar, na forma de diálogos correntios e pitorescos, o que viu, o que foi, o que amou, o que fêz, e ver palpitar a sua era, com as suas superstições, a sua fôrça, as suas fraquezas, as suas indiferenças, os seus orgulhos, o seu poder.

*

A *Miscelânea* de Miguel Leitão de Andrada pode dizer-se um grande bazar *sui generis* de velharias. Há ali desde o elmo reluzente, até o livro de horas. Há o negligente sombreiro do

Frontispício do livro *Miscelânea*, de Miguel Leitão de Andrada
gravura em cobre do século XVII

C. M. L.
GABINETE
DE ESTUDOS
OLISIPONENSES

lavrador senhoril; a valente espada damasquina que pelejou em Alcácer-Kibir; a guitarra dos descantes, companheira fiel das longas noites do cativeiro; selas e xairéis de ricos jaezes, com que se entrava galhardo nos jogos; deliciosos quadrinhos de género e costumes; o rosário de pau-santo, em que os cavaleiros portugueses coavam orações a grão e grão; os retratos de família melancólicos e enegrecidos; o espaldar das sestas do Pedrogão, onde tão bem sonhados sonos se dormiram; há até a arca empoeirada dos tombos e papéis velhos, donde sai um perfume indizível de saüdades.

Na ordem moral contém o livro de Miguel Leitão a crença em Deus e nos seus Santos, profunda, inabalável, meticulosa; o orgulho que em tais cavaleiros se chamava, de pais a filhos, dignidade; o desejo do bem; o afêrro às coisas da família; e, no seu tanto, a graça portuguesa à D. Francisco Manuel, o desenfadado bom humor, a franqueza gasalhadora, a cortesania antiga, os casos galantes para rir; em tudo a satisfação íntima do narrar, e ao mesmo tempo, aqui, ali (¿ quem tal diria?), as nostalgias amargas do cantinho natal.

Isto julgo eu a *Miscelânea*.

*

Deixar lá dizer que o autor não pôs ordem nem sistema nas suas práticas, que as suas notícias são minúcias de espírito ocioso, que o livreco só cura da genealogia do escritor. Quem tal diz não o apreciou; falseou-lhe o ponto de vista, e caluniou-o.

¡Prouvera a Deus tivesse havido em séculos mais antigos outros Miguéis Leitões, a contarem à posteridade a vida dos lidadores de Aljubarrota ou dos infanções de Ourique! prouvera a Deus que no género se quisesse entender o que são e valem memórias íntimas, porque de tôdas as obras as que melhor sabem no futuro são as que se escreveram sem mira na publicidade, são as autobiografias e memórias, por assim dizer furtadas ao segrêdo de seus autores. Lê-las é conversar com êles na intimidade caseira.

¡Que valia não têm as cartas de Plínio, e as da Marquesa de Sévigné! as de Cícero ou Voltaire, as do Padre António Vieira, as do cavalheiro de Oliveira, e até e diário-rol do Sire de Gouberville!

Nessas páginas, como que se surpreende o segrêdo alheio, inconfidência inofensiva que dá um gênero de gôsto literário, a que poucos são superiores. Essas obras, apesar de impressas, têm o que quer que seja de manuscritos, que dá um prazer de novidade, um desfrute de *estreia* à sua leitura e ao seu estudo.

Ora a *Miscelânea* não é dêsse número precisamente, e contudo não deixa de o ser. A *Miscelânea* foi publicada por seu autor, escrita para ser impressa: e assim mesmo cativa-nos na sua espontaneidade fácil, e pelo seu pouco ou nenhum preparo atrai-nos como conversação inédita.

*

Miguel Leitão conversa bem. Tem graça, a graça do tempo, mas culta. Deixem-no narrar, e dão-lhe

a maior das alegrias. À falta de ouvintes êle a si próprio se escuta. Não se cala; e não acabo de entender como não fêz quarenta diálogos em vez de vinte. Leu muito. Pertence ao número, não escasso, dos cavaleiros letrados. Com o seu amigo Camões pode dizer

numa das mãos a pena, e noutra a lança.

Folheia de bom grado as *breviações* dos crónistas portugueses. Pára a escutar uma velharia, e faz-nos parar depois para lha ouvirmos.

Quer muito aos livros de cavalarias; manuseia-os; a sua narrativa o comprova.

Há nêle um *quid* de Plínio velho: naturalista, curioso investigador de porquês, e crendeiro.

Revê-se nos quadrinhos que engenha. Não é à própria um pintor histórico; até nem é um retratista. Aquêle sombrio diálogo VII, com ter muitos toques grandiosos, não é alta pintura. E no entanto, ninguém mais sincero, mais vivaz de côres, e mais acertado no desenho.

Escreve uma prosa arrendada muita vez em arabescos, que lembram as molduras dos azulejos do tempo; bom sabor provinciano português, entresachado a partes de castelhanas louçanias.

Cita Eurípides e David, Duarte Nunes e S. Tomaz de Aquino, Cícero e Tertuliano; e cita-os com certo desvanecimento muito desculpável.

Tange uns versos tais quais em português e castelhano, versos quási tão bem medidos como os botes da sua valente espada, poesia monótona como as melopeias da toadilha popular, canções e elegias semi-camonianas, semi-cervantiscas, cheias de misticismo, e que ilumina o devoto amor que lhe merece a Virgem Senhora da Luz do seu Pedrogão.

É bom cavalgador e muito cortesão; brilhou em moço nos estrados das damas, depois de ter sido em menino o mais endiabrado gaiatete, o mais moído de quedas, brigas e desastres, que pode imaginar-se, e em mancebo um estudante travêsso e arruador, de dar certamente brado em Coimbra, onde começou a cursar a Faculdade de Cânones.

Em pequeno foi com os outros de sua idade, por aquêles pomares e hortas de sua vila, um cavaleirosinho descobridor, sempre à beira de peripécias, sempre a correr aventuras. Em homem foi uma creança crédula e mística; entretinham-no tanto às tardes de canas e toiros, e as carreiras desenfreadas em desenvoltos corcéis, como os esplendores das festas de igreja, ou a jactância da sua estirpe galiciana. Decididamente, êste homem é uma miscelânea. Crê em Deus, mas crê também nos piruns de quatro pernas, e nos passarões com garras de leão, propriedade exclusiva do Duque de Bragança. Tem muita fé em Deus mas não disfarça a persuasão íntima, em que está, da obrigação impreterível que tem a Virgem Maria de nos auxiliar nos trabalhos da vida. Curiosa teologia!

*

Basta-nos que assim fique estudado Miguel Leitão de Andrada pelo sumário que de si próprio nos deixou, sem o saber.

Isso é em duas penadas a *Miscelânea*, e isso é em dois traços o seu autor.

Como artista, é um *amador* distinto, e quási um mestre. Como pensador, encontro-lhe muito de Miguel de Montaigne, com igual bom senso, mas muito menos cultura e filosofia. Como homem, há nêle a altivez lhana de um pobre português, e largas vistas em prol da Pátria. Fraqueja uma ou outra vez perante o Usurpador? fraqueja. Dobra os joelhos senis ante o filho de Carlos V? dobra; por que o havemos de dissimular? Mas, Santo Deus! nem todos podem ser um D. Francisco de Portugal, o grande, o gentilíssimo Conde do Vimioso. E depois, pergunto: os ares mefíticos daquele tempo nada são? e a opinião geral não é um predomínio? e os factos consumados não tiveram sempre uma força irresistível? e a energia não se gasta? e uma vida tão trabalhada nada vale? Respeito e perdão ao octogenário cavaleiro.

E ainda assim (diga-se bem alto) poucos livros estilam tanto brio comunicativo como êste que êle deixou. É singular! mas há cordeais literários.

*

A prosa da *Miscelânea* tem, ao menear-se, um retinir de esporas, e um arrastar de colubrina.

Prosa de raça. E se nesse volume vemos refletir-se por um lado, o sol poente de 1578, e o crepúsculo da batalha da ponte de Alcântara, já no outro cabo da obra, apesar das nuvens, alvorece o arrebol de 1640. (1)

(1) Êste capítulo XII faz-se de nove páginas admiráveis, da mais apurada observação e do mais saboroso estilo. O estudo da individualidade do autor da «Miscelânea», é perfeito. A figura do aventuroso batalhador de Alcácer Kibir, do escritor piedoso e crendeiro, contorna-se e define-se nìtidamente no fundo da sua época. Para escrever assim, é necessário saber muito e sentir ainda mais. *(Nota de M. S.).*

CAPÍTULO XIII

Suspeito que o leitor se não deu por satisfeito com os traços em que esbocei, com broxa de cenógrafo, o retrato moral e literário de Miguel Leitão, e deseja que lho complete com alguns pormenores biográficos. Anuo. Direi o que souber, ainda que isso nos vai fazer sair um pouco fora do nosso propósito, que era só o estudo do Bairro alto.

Afinal de contas parece-me tem razão a exigência. O falarmos de Miguel, tipo original da nossa literatura palaciana e cavaleirosa, não desdiz do assunto destas excursões arqueológicas; tanto mais, que, pelo seu casamento com Brites de Andrade, veio o autor da *Miscelânea* a ser proprietário de uma boa parte do mesmo Bairro; isto é: veio a possuir ali o domínio directo de seis ruas: a *da Rosa*, a *de S. Boaventura*, a *da Vinha*, a *do Loureiro*, a *da Cruz*, a *Formosa*, e mais um casal não sei por onde.

*

Enganar-se-hão porventura os doutíssimos escritores Barbosa Machado e Inocêncio, dizendo que Miguel Leitão de Andrada nasceu em 1555? Suponho que sim; creio que os induziu em menos exacção a gravura da *Miscelânea*, o retrato do autor, cuja data referem ao ano da publicação do livro, 1629. Pode ser que esta estampa, que marca ao nosso cavaleiro setenta e quatro anos, fôsse feita em 1627, ou cópia de algum retrato a óleo executado no mesmo ano.

O que tenho por certo é que no testamento autêntico, visto e citado pelo investigador Manço de Lima, o próprio Andrada declara em 28 de Setembro de 1627 cumprir *setenta e quatro anos;* logo confessa implicitamente ter nascido em 28 de Setembro de 1553.

É verdade que noutra parte (1) êle também declara que ao tempo da morte de seu pai Belchior de Andrada, em 1568, tinha uns treze anos, «ficaria eu de treze anos», o que transtorna a afirmação do testamento, e repõe o ano 1555. Mas é não menos verdade que:

1.º — Nêste segundo caso êle fala vagamente, o que pode provir, ou de lapso da sua memória senil, ou de desejo inocente de se remoçar;

2.º — O testamento é feito com solenidade, talvez à vista do documenio, e tão repoisadamente, que até cita com exacção o mês e o dia.

---

(1) *Miscelânea.* — Dial. VII, pág. 126.

Logo, julgo militarem em favor da data 1553 mais algumas probalidades, até por esta derradeira circunstância.

No Diálogo II (1) diz Miguel:

«Eu hoje, que isto escrevo, sou de setenta e cinco.» Pouco antes, refere-se ao Arcebispo então reinante, D. Afonso Furtado de Mendonça (1627-1630). Calculando, por ser isto ainda no Diálogo II, isto é, no começo da sua obra, que o autor escrevesse essas palavras em 1628, temos pois que êle declara ter nascido em 1553.

*

A sua infância no Pedrogão natal foi, como êle deixa entrever, muito conchegada e alegre. As recordações daquelas idades teem não sei que influência afectiva, que se exerce pelos anos fora, e que alguns passos do livro nos comunicam.

Do Pedrogão ficou um belo quadro, do pincel de Frei Luís de Sousa.

«É o assento da vila — diz o inimitável prosador-poeta — corôa de uma alta e descomposta serra; e fica o mosteiro em meio de uma ladeira, que dela desce para o rio Zêzere, acompanhada de penedia e arvoredo silvestre; e tão íngreme e dependurada, que, de qualquer parte que se olhe para baixo, faz tremer os joelhos e medo na vista; e cresce o pavor com a corrente de dois rios, que no fundo se ajuntam, que são o Zêzere, muito poderoso de águas, e o Pera.....

(1) Edição de 1867, pág. 48.

... E como cada um trás grande ímpeto, e se vem furiosamente quebrando por entre penhas e ájeas, levantam um medonho ruído, que se faz ouvir de muito longe.» (1)

Nada lhe esqueceu, ao cronista da *Miscelânea:* nem as paisagens agrestes à borda do Zêzere, com as suas quintas tão verdes (2); nem a xácara

No figueiral figueiredo
a no figueiral entrei,

que êle com lágrimas se recordava de ter ouvido cantar *«muito sentida»* a uma algarvia de avançada idade, sendo êle muito menino (3); nem os pomares sombrios do convento da Luz, tão querido de Frei Luís de Granada (4); nem o santinho Frei António de Ourem, afectuosamente mencionado no diálogo III (5): nem o outro velho, muito da sua criação, o bom Frei Gonçalinho (6); nem as tropelias de criançada, narradas tão ingènuamente, e de que o leitor erudito certamente se recorda; nada enfim do que nos seus primeiros anos lhe encheu a vida, que tão aventurosa lhe havia de correr.

Belchior de Andrada, seu pai, está se a vêr que era um devoto e bondoso à maneira antiga portuguesa (7); dêle pouco sei; teve a ventura de deixar

---

(1) *Est. de S. Dom.* — P. II — Liv. VI, Cap. V.
(2) Dial 1.
(3) Pág. 25.
(4) Pág. 16 e 103.
(5) Pág. 56.
(6) Pág. 82.
(7) Pág. 81.

pequeno rasto pelas genealogias: gosou a felicidade obscura do lar doméstico, e nada mais ambicionou. Contentou-se com suceder, como sucedeu, na casa de seu pai, e nas capelas de seus avós Domingos Afonso Barreiros e Domingas Anes, ser Cavaleiro Fidalgo, e mais Juíz dos orfãos na sua vila natal, o que lhe supõe letras; mas ignoro quando as cursasse.

Miguel Leitão, que era caçador de minúcias, e um tanto supersticioso, como tudo comprova, não deixa de notar que na existência de seu pai, a data de 6 de Janeiro marcou três épocas importantes: o nascimento, o casamento, e a morte (1).

O casamento foi antes de 1529, como constava das notas do tabelião Dinis Camacho, na Sertã, em documento que o genealogista Manso de Lima viu e extractou. A morte foi em 1568 (2). O enterramento, no mosteiro da Luz do Pedrogão, padroado dos seus antepassados e dos de sua mulher; Andradas, e Leitões (3).

Falecido Belchior, procedeu-se a inventário no juízo orfanológico do Pedrogão em 1569 (4), e por aí se vê que ficaram dez filhos.

*

Está-se a perceber esta gente. A imaginação do escritor, alumiada dos estudos históricos, é uma

(1) Pág. 99.
(2) Pág. 99 e 126.
(3) Pág. 12.
(4) Manso de Lima.

câmara óptica, onde as minúcias do viver antigo se reproduzem aumentadas no vidro da conjectura.

Entre os moradores do Pedrogão destacavam-se êstes Andradas, ou Andrades, por uma certa consideração hereditária devida aos seus haveres territoriais, medíocres em qualquer parte, avultados para aquela vila pobre e sertaneja. As capelas, de que era administrador o nosso Belchior de Andrada, e o seu padroado na igreja do convento dos Dominicanos, davam-lhe um certo lustre, que o distinguia dos seus pares, os outros proprietários rurais. Os seus bens lavrava-os com criados e escravos.

A casa do Pedrogão, singela e farta, era um ninho de família, onde presidia a tudo a ideia religiosa e a ideia monárquica. Ambições, nenhumas; a existência do grupo deslizava desde os avoengos sôbre as praxes consuetudinárias, que ninguém se atreveria a alterar.

Na cavalariça ouviam-se relinchar os murzelos, em que o pai se transportava a uma banda, a outra, na sua faina de lavrador senhoril, ou a alguma comarca próxima em visita a morgados amigos, tão boçais mas tão bons como êle.

Chefe indisputado da sua descendência, revia-se nela, e a todos os sacrifícios chamava dever.

Caterina Leitôa, a santa mãe, herdeira e representante de tradições profundamente piedosas, continuava-as no seu lar, e entre criadas nascidas em casa presidia ao lavor doméstico, respondendo em tudo, com respeito filial, às vontades de seu marido e senhor.

C. M. L.
GAB. ESTUDOS
DE ESTUDOS
OLISIPONENSES

A mesa frugal, mantida do granel caseiro e das hortas adjacentes, nada tinha dos requintes cortesãos, mas até aos pobres do lugar sabia valer; caridade à portuguesa velha, envolta em delicadezas maternais para com os desvalidos.

Os divertimentos únicos da parentela eram alguma tourada ou cavalhada no arredor, e algum jantar franco e alegre, em que os amigos chistosos davam com os seus ditos acepipe delicioso às iguarias.

Esta era a família antiga do bom Portugal de outrora. Esta foi, sem dúvida a de Belchior de Andrada.

*

Por sua morte coube à viúva o encargo pesadíssimo da educação da ninhada infantil. Saíu-se dêle como quem era a virtuosa Caterina Leitôa, suave figura singelamente desenhada por seu filho (1), e entrevista por nós, os modernos, na penumbra dos livros genealógicos; mulher virtuosa, como ha tantas na lista das mães portuguesas; provinciana cheia de amor do próximo, transbordando de piedade sincera, e, mais por instinto de coração do que por ilustração, talvez, compreendendo tôda a grandeza da augusta missão educativa.

É verdade que a tradição, que tanta influência tem na virtude hereditária das famílias, impunha a Caterina Leitôa obrigações severas. Não falando da genealogia da estirpe, de que se ufana e apre-

(1) *Miscel.* — Diál. v, pág. 96.

senta certidão oficial o autor da *Miscelânea*, brilhavam na constelação nobiliária dos Leitões alguns nomes: cito Paulina Leitôa, tia de Caterina, viúva, fundadora do mosteiro de Santa Clara em Figueiró dos Vinhos; Brites Leitôa, também parenta, fundadora do mosteiro de Jesus de Aveiro; a santa Freirinha Francisca da Paixão; o Padre Prei Nicolau do Rosário Leitão, depois martirizado na Etiópia; e outros.

Tudo isso, essa voz composta de muitas vozes solenes e tristes, que vêm dos túmulos, êsses exemplos de abnegação e fé, inspiravam sem dúvida a alma da boa mãe, e perfumaram o seu lar de um misticismo, que ainda ressumbra de tôdas as páginas de seu filho.

*

Educou-se êste no convento da Luz, no Pedrogão (1).

Eram os conventos em tôda a parte as melhores piscinas dos estudos de humanidades; o vasto cabedal de ciência que se acumulava com desvêlo em cada casa mística, repetiam-no sem avareza os sucessivos administradores daquêles morgados religiosos. Entre os mestres do menino menciona êle a Frei Manuel de Sousa, a Frei Lopo de Sousa, e a Frei António de Ourém (2)

A criação doméstica, e a educação monástica, estiveram a ponto de fazer do futuro aventureiro

(1) *Miscel.* — Pág. 2 e 56.
(2) *Miscel.* — Pág. 2

de Alcácer-Kibir um monge da Luz (1). Transparece um amor seráfico indizível nas belas cenas das conferências de Miguel Leitão de Andrada com o seu confessor e conselheiro espiritual, o octogenário Frei Nicolau Dias, entre as sombras verdes das latadas da cêrca, ao som melancólico das águas das regas dos pomares (2).

Daquilo tudo lhe ficou para tôda a vida no fundo da alma uma devoção inabalável à Virgem da Luz da sua terra natal, como no fundo de uma taça um perfume suavíssimo. Essa devoção foi-lhe nos trabalhos o maior confôrto, e a melhor esforçadora.

Entretanto, passados os primeiros arrôbos semi-líricos do misticismo da infância, abandonou o projecto de saír do século, e já o leitor vai ver (se é que lhe não estou a repetir o que a sua memória lhe recorda) como depois da morte de Belchior de Andrada começaram para o nosso gorado noviço as peregrinações pelo mundo.

*

Eram, como disse, dez irmãos ao todo. Mencionemo-los:

I — *Pedro de Andrada*. Êste sucedeu na casa e nas capelas de seu pai, e instituiu uma com encargo de quatro Missas, a qual nomeou em sua

---

(1) Diál. VI, pág. 110.

(2) Diál. V. — Êste Frei Nicolau bem pode ter sido o autor do *Livro do Rosairo de Nossa Senhora*, e da *Vida da Princesa D. Joana*, mencionados por Inocêndio.

mulher. Fêz justificação de nobreza, com seus irmãos, em 1571. Faleceu em 3 de Dezembro de 1594. Foi casado com Monica Dinis, do Pedrogão; tiveram geração que não vem para o caso.

II — *João de Andrada.* Clérigo e Frade da Ordem de S. Bernardo. Parece ter sido muito amigo de Miguel Leitão, que o menciona com afecto respeitoso em vários passos do seu livro. A sua morte rodeou-se de certos prodígios sobrenaturais, de que trata a mesma obra (1).

III — *Gaspar de Andrada.* Frade de S. Domingos; trocou o nome no de Cláudio.

VI — *Miguel Leitão de Andrada*, o nosso herói, graças a quem nos achamos embrenhados nesta silva genealógica, donde creio não saíremos mais. Andamos como os cavaleiros de Wieland, ou como os paladins do Ariosto, transviados nas florestas seculares pelo poder da magia. Vamos andando, e apupando a ver se alguém nos vem valer. No entanto aqui vai uma observação para matar o tempo:

Manço de Lima, que examinou o inventário orfanológico de Belchior, põe Miguel Leitão em quarto lugar, quando êle com certeza não era o quarto filho, mas sim o nono (2). Tal discordância provém certamente de que o genealogista agrupou para um lado os filhos varões, e para o outro as senhoras.

---

(1) Diál. v, pág. 102.
(2) Diál. vii, pág. 126.

V — *Lourenço de Andrada.* Êste perdeu-se indo para a Índia na nau Santa Clara, de que era capitão sabe o leitor quem? Luís de Altero de Andrada, seu primo, irmão de Brites de Andrada mulher do nosso Miguel Leitão.

VI — *Maria de Andrada;* casou a 10 de Junho de 1552, no Pedrogão, com Jácome da Costa, de quem houve geração, que não interessa mencionar-se aqui. Esta senhora faleceu (também com circunstâncias sobrenaturais) em 1596 na quinta que seu irmão Miguel possuía no Carregado (1).

VII — *Caterina Leitoa de Andrada;* casou com Belchior Godinho Pereira, do Pedrogão. Uma filha dela, também Caterina (o nome da mãe e da avó), mereceu a seu tio Miguel grande afeição; tanto, que em 1622, como veremos logo, êle a dotou por escritura pública, para pode casar. A um irmão desta sobrinha, António Pereira, (mas não era o *senhor do Basto*, amigo de Sá de Miranda), rapaz que conjecturo seria estudioso e dado a letras, escolheu o velho cavaleiro autor da *Miscelânea* para lhe legar os seus livros e papeis. Di-lo Manço de Lima. Que papeis seriam? a *Miscelânea* imprimiu-se em vida do autor. Eis aí pois presumida a existência de ineditos, que era curioso se ainda algum dia viam luz.

VIII — *Antónia de Andrada.* Casou duas vezes: a primeira com Manuel Fernandes de Almeida; a segunda com Gregório Ribeiro Florim. Pouco importa aqui a genealogia dos dois.

---

(1) Diál. v, pág. 102.

IX — *Marquesa de Andrada*. Freira em S. Bernardo de Portalegre.

X — *Violante Leitoa*. Casou em 31 de Dezembro de 1580 com Gaspar de Almeida, da Lousã, a quem Miguel menciona algures (1)

Por sôbre todo êste grupo brilhava intenso o clarão religioso, pelas tradições de família, que pareciam perpetuar-se. Vamos a uma.

O convento das Monjas de S. Bernardo de Portalegre cai sôbre um espaçoso largo, com seu chafariz ao meio; a entrada reveste-se de belissimos azulejos; o templo é lindo, com o seu altar todo mármores, e os seus dois coros. Foi nessa casa claustral que Marquesa de Andrada expirou; e constava, e contava-se, que no momento de render a alma a Deus na sua estreita cela de Monja, foi visto por tôda a Comunidade, o irmão da morta, Frei João, revestido como para a Missa, de olhos no céu e mãos postas, pairando sôbre o mosteiro.

Que são estas formosas lendas? são o vibrar daquelas eras. Chamem-lhes patranhas anti-científicas; eu chamo-lhes a Fé.

*

E basta; basta. Sentemo-nos nesta pedra a descansar. Por mim confesso-me aniquilado com o *autem genuit* genealógico. Saiamos da metrópole. amanhã cá voltaremos.

---

(1) Diál. IX, pág. 192.

CAPÍTULO XIV

Daquela irmandade tôda, que mencionei no meu último capítulo, sempre o mas buliçoso e inquieto havia de ter sido o menino Miguel. Talvez por isso parece tê-lo como que tomado à sua conta, depois da morte do pai, seu irmão Frei João de Andrada, sisudo mancebo, que, não sei se com algum carácter oficial, veio a achar-se (de certo em anos pouco adiantados) no Concílio de Trento (1).

Em 1568 partiu Frei João para Salamanca, a seguir estudos naquela famosa Universidade, que era luzeiro na Península; levou consigo seu irmão Miguel. Quando lá estavam ambos, ordenou o Cardeal Infante D. Henrique, então abade comendatário de Alcobaça, que Frei joão viesse dotourar-se em Coimbra (2). Antes que regressasse a Portugal foi porém o Frade (já se sabe com o seu protegido) até Madrid visitar «um parente de valia,

(1) Diál. VII, pág. 126.
(2) Diál. VII, pág. 126.

que dêste reino havia ido com a Imperatriz mulher de Carlos V irmã de el-Rei D. João III.» Em Madrid se demoraram alguns meses (1); de onde vieram para Portugal: Frei João para Coimbra; Miguel para o seu Pedrogão, e daí, obtida licença materna, apeteceu ir também para Coimbra com o pretexto de estudar (2).

Efectivamente encontramo-lo matriculado em Cânones, e cursando o primeiro ano, ali por 1577.

*

A glória das armas portuguesas, e o exito da primeira jornada de Africa, inflamaram a tal ponto os brios imtempestivos daquêle mancebo sem pai, travêsso e infeliz chamado D. Sebastião, que já nas altas regiões do Paço estava planeada e resolvida a segunda jornada, a despeito dos conselhos de D. Aleixo de Meneses, e até dos de D. Filipe o Prudente. Ecoaram tais novas na mocidade de Coimbra, como ecoam sempre nessa coorte as ideias nobres e ousadas.

Era um Rei mancebo como êles, atrevido, singular, como uma lenda de Artur da Távola Redonda, com um pensamento grandioso a devorá-lo, com um reino aos pés, e com um porvir de Godofredo de Bulhões. Como não havia de acompanhá-lo a juventude das escolas? acompanhou-o. Eram acolhidas com ânsia as notícias de Lisboa: apresva-se a armada a tôda a pressa; a nobreza por-

(1) Diál. III, pág. 63 e 65.
(2) Diál. III, pág. 59 e diál, VII, pág. 126.

«D. Sebastião, Rei de Portugal» por Cristóvam de Morais

Pintura a óleo sobre tela

Dim.: A. 1m,58 × L. 1m,
Assinado: Christophorus a Mirales faciebat.

O quadro tem a seguinte inscrição:
«SEBASTIANUS PRIMUS REX | PORTUGALLIAE ALGUIS EX ANS UNDCIMUM DECIMA | DIE IANUARII — 1566»

(Do Mosteiro de «las Decalzas Reales» — Madrid).

C. M. L.
GABINETE
DE ESTUDOS
OLISIPONENSES

fiava no zêlo marcial, que lisongeava a el-Rei; e para talabartes e cavalos empenhava de antemão rendas de muitos anos. la faina desusada em todo Portugal.

Entre os estudantes de Coimbra, um dos que mais se comoveram com o rebate foi o nosso aventuroso Miguel. Quem sabe se não teria que vencer alguma admoestação paternal de seu irmão e tutor, o bom Frei João de Andrada? o que é certo é que, metendo no projecto dois beirões nobres, estudantes também, aprestaram todos entre si «o seu fatinho (diz êle), que era pouco mais que de coelho,» e deram consigo na estrada de Lisboa. Acharam cá o que suspeitavam, ou mais: acharam todo o homem com as esporas calçadas para a jornada, e o nosso porto coalhado de velas.

O como embarcaram num navio, que ia por conta do parente de um dos camaradas; o como saíram naquêle dia triste do S. João de 1578, ao som das músicas e dos vivas, com o grosso da Real armada; o como, passando em Cadiz, foi el-Rei recebido do Duque de Medina Sidónia com grandes festejos e aparatos; o como finalmente chegaram a Arzila, e o que aí lhes sucedeu, diga-o o autor da *Miscelânea:* não quero eu tirar a palavra a quem tão honrado uso dela sabe fazer.

*

Chegou o dia fatal 4 de Agosto aos campos de Alcácer-Kibir. Aqui recresce o interesse. A obra fugaz e palreira da *Miscelânea* tranfigura-se neste passo, e eleva-se quási à altura de História. Em

tôda a narrativa do soldado transparecem as suas qualidades sinceras de cristão e de português. O seu estilo, triste e sombrio como um crepúsculo, lampeja a espaços dos clarões funéreos da batalha; e, ao longo daquelas páginas caóticas e desfalecidas, entrevê-se a desordem da peleja, o fumo da mosquetaria e da artilharia, percebem-se as grandes massas a moverem-se sem plano, e entreouve-se a grita da soldadesca pedindo morte ou vitória.

Quem relê o Diálogo VII pasma da má estrêla sinistra que presidiu ao nosso desbarate. Aquela batalha não se pode estudar a sangue frio. em nenhum dos seus narradores, alguns dos quais Miguel Leitão, boa testemunha que pelejava na vanguarda com os *aventureiros*, rebate e rectifica. Releio sempre cheio de comoção a desventurada jornada, em que as armas portuguesas alcançaram mais um destroço e uma glória mais. As páginas de Miguel Leitão de Andrada são um esbôço de quadro, cheio de *primera intencion*, como diz o calão artístico, cheio de entusiasmo. Pelo meio da confusão, desenhada em vigoroso desleixo, atravessam a espaços, ante os nossos olhos estupefactos, as grandes figuras do Duque de Aveiro e de el-Rei, a galope dos seus ginetes, no delírio da peleja, descompostos e pálidos quebrantados e sublimes. Pelo sussurro da narrativa entreouve-se aquela voz lamentável e maldita de *Ter! ter!* que trouxe a confusão e o desânimo às nossas fileiras. Em suma: a relação do valente soldado é das mais sinceras e arrojadas pinturas, que de tão destroçada loucura nos ficaram.

*

Como Miguel Leitão, com o seu espírito observador e afectuoso, é um escritor de minudências (o que é um dos *senões* e um dos encantos da *Miscelânea*) não quero deixar de mencionar um pormenor, que se não pode quási ler a olhos enxutos; é êste:

No fim da batalha, duas vezes ferido na cabeça, e três na perna esquerda, sentara-se o soldado numa pedra a resfolegar um pouco, e eis que avista de repente um pobre Frade de S. Domingos estendido morto no chão; e nêsse minuto, o que lembrou ao nosso aventureiro? lembrou-lhe o convento do Pedrogão, e a sua criação, e os Dominicanos seus mestres, e as ruas do pomar da cêrca, e a sua mãe, e a sua meninice morta para sempre!... (1)

A mim ao folhea-lo, vem-me sempre à memória aquela quadra, que Rebelo da Silva me dizia valer uma pagina de História:

Em campos de Guadalete
acabado se era o dia:
com o dia, a grande batalha:
Com a batalha, a Monarquia!

*

Pôsto o desgraçado ponto final nêsse capítulo de sangue, pôde Andrada, a-pesar-de cativo,

(1) Frei Luís de Sousa na *Hist. de S. Dom.co* — Part. III, L. VI, cap. XII, pág. 415 lá trás os nomes dos dezanove frades de S. Domingos, que foram com o exército de el-Rei D. Sebastião para Africa. Alguns dêles foi o que Andrada viu.

achar azo de escrever para Portugal; a quem? ao seu querido irmão mais velho, Frei João. Dava-lhe conta de tudo como sabia. A carta chegou ao seu destino; foi mostrada ao Cardeal, a quem a orfandade prematura dum Reino inteiro erguera a Rei. Segundo parece, por essa missiva é que se soube primeiro a triste nova; e sendo assim, o o quadro de Marciano Henriques, que lá está na galeria das Belas Artes, e representa o Cardeal recebendo a notícia que o traspassa, bem pode referir-se a esta primeira carta de Miguel Leitão. É curiosidade, que não quis deixar passar despercebida.

*

Fôra Miguel Leitão de Andrada reservado pela Providência para ser um dos melhores exemplares que se conhecem da desfortuna e da paciência humana. Por isso lhe diz Galácio no diálogo III: «Parece que todo o discurso da vossa vida foi um contínuo perigo!» E assim sucedeu. O diálogo VIII é um perfeito romance à moda do tempo, daquêles com que muito se apraziam as leituras populares pelas lareiras de província. Compor tais cenas, achá-las no tinteiro, como as acharia Cervantes, Lope de Vega Cárpio, ou Barros no Clarimundo, é para o escritor grande gôsto: mas vive-las é grandíssima desaventura. Pois viveu-as o nosso cavaleiro, e viveu as com ânimo, sem fraquejar, sustido das suas crenças religiosas, e sempre com os olhos na Senhora da Luz do seu Pedrogão.

Miguel Leitão de Andrada, seu retrato publicado por êle próprio na *Miscelânea*

C. M. L.
GABINETE
DE ESTUDOS
OLISIPONENSES

Não quero extractar aqui êsse diálogo, nem os estranhíssimos sucessos de cativeiro tão triste e e tão cortado de saudades! Oxalá um Camilo Castelo Branco, um Arnaldo Gama, um Rebelo da Silva, um Andrade Corvo, se tivesse lembrado de o tomar alguma vez para talagarça de qualquer romance!

*

Depois de casos inauditos, perigos iminentes e atrocíssimos, temo-lo finalmente em Portugal, o nosso aventureiro de Africa, fugido e escapo das cadeias mouras, graças à sua ousadia e às suas saudades. Chegado a Lisboa, partiu logo para Almeirim, onde estava o Cardeal Rei, fugido da peste cruelmente acesa em Lisboa, mas tão mal de saúde, que não pôde receber o recém-vindo. Daí saíu êle logo para o Pedrogão. Devia ser isto nos primeiros dias de 1580, visto que el-Rei D. Henrique faleceu em 30 de Janeiro.

Ao passar o nosso viajante em Santarém, na Toruja, aguardava-o uma singular novidade: salta num barco para atravessar o Tejo, e quem há-de encontrar? seu irmão Pero de Andrada, e Gaspar de Almeida futuro cunhado de ambos. Vinham de Lisboa, de fazer compras para as bodas de Gaspar com Violante Leitoa. «Vêde agora — diz o escritor — que alegria seria em todos!» Seguiram juntos, e juntos entraram de surpresa no lar materno. Desgraçado de quem não avaliar o que deveu ser aquela tornada!...

Ano e meio de ausência, de cativeiro, e de desesperanças, envelheceram o ex-estudante de Coimbra. Todos o queriam ver; todos o vinham escutar; ninguém o reconhecia.

Satisfeitas as primeiras e ansiosíssimas saudades, tratou logo de pagar uma dívida? que dívida? promessa à Virgem da Assunção, de lhe fazer uma grande festa, caso escapasse. Não sei que demoras houve, que o fizeram protraí-la até Agosto de 1582. Sua mãe, a piedosa Caterina Leitoa, não fazia senão instigá-lo a que pagasse o devido, dando-se por bem contente se depois o Senhor a chamasse para si. Altos juízos! assim foi: durou três dias a festa: 15, 16 e 17: nessa noite adoeceu Caterina Leitoa, e durou apenas cinco dias mais, entre a vida e a morte, vindo portanto a falecer em 22 ou 23 dêsse mesmo Agosto. Os seus momentos últimos, tão resignados e cristãos, lá os comemora o saudoso filho.

Passados doze anos, ao abrir-se-lhe a sepultura para o enterramento do Pedro, o seu primogénito, encontraram-na incorrupta, e expirando suavíssima fragrância. Tornou a dar-se o mesmo, por ocasião de quererem sepultar a sua neta, filha do dito seu filho.

Não sei ao certo por que foram as demoras no pagamento da promessa, mas conjecturo-as. Primeiro que tudo, a bolsa do triste cavaleiro devia vir menos anafada do que êle, que era de fibra de resistir a todos os trabalhos. Em segundo lugar, como vimos pouco acima, preparava-se a boda de Violante Leitoa; e é de crer que isso absorvesse

bastante da fazenda do casal, mui cerceada de certo pelos apertos que todo o Reino padecia. Em terceiro lugar, finalmente, Miguel Leitão de Andrada, chegado em princípios de 1580, via abrir-se-lhe um caminho escabroso, com que não contara: falo das pretensões do senhor D. António Prior do Crato, sustentadas pelas armas perante o reino todo.

*

De feito, êste Pretensor infeliz, Português dos quatro costados, aceito ao Povo mas desaceito à omnipotência castelhana, desprezara tôdas as seduções com que o chamara a partido o astuto D. Filipe, e uns quatro meses depois de falecido o Cardeal em Almeirim, conseguira, com um trôço dos seus sequazes, e com poucas cerimónias, como diz o *Portugal restaurado*, e repete a *História Genealógica*, fazer-se aclamar na vila de Santarém a 24 de Junho de 1580 (dois anos dia por dia desde a brilhante saída da armada).

Ora entre êsses tais sequazes, mas não entre os mais devotados, encontrou-se por obrigação de ofício, pois era Fidalgo da Casa do Prior do Crato, o aventureiro de Alcácer-Kibir.

Nisto o Duque de Alba marchava sôbre Lisboa; entrara por Elvas, sujeitara o Alentejo, embarcara em Setúbal, e subira até Cascais. Pretende D. António com os seus escassos quatro mil homens mal armados defender Lisboa dos vinte mil veteranos aguerridos de D Fernando de Toledo. A desastrosa batalha da ponte de Alcântara deu o desengano ao Pretensor.

*

Uma curiosidade agora, que nem todos sabem: destroçado em Alcântara a 26 de Agosto, pôde o Prior do Crato acolher-se disfarçado aos subúrbios de Lisboa, donde seguiu para o Norte, e depois teve de fugir para França; ora a casa onde pela última vez pernoitou aquêle Rei sem corôa foi segundo ouvi, um palacete, de antigo aspecto ainda em 1877, hoje reedificado sob um risco burguês moderno, sito na actual rua *dos Poiais de S. Bento*, onde era a sucursal da loja de papel do falecido Veríssimo José Baptista. Essa casa tinha uma feição nobre, e eu próprio vi antigas pinturas de ornato, como paquifes nos tetos de cúpula, e antigos azulejos no que era ùltimamente cozinha, o que tudo demonstrava grande vetustez no edifício. Não sei em que se funda a tradição para dar a êste prédio como o último *esláo* do pobre Príncipe; transmito a lenda (se o é) como me chegou (1).

---

(1) Consta-me por via fidedigna que nos títulos da casa, quando ela pertencia ao falecido Manuel Maria Coutinho de Albergaria Freire, havia menção do facto.

O que em boa verdade não afirmarei é que não se referisse à segunda tentativa do malogrado Rei em 1589. Não pude examinar o ponto por falta de documentos. Há outra curiosa tradição, que me contou o meu amigo Conde de Bretiandos. Consta no Minho, que antes de fugir para França, o Prior do Crato esteve homiziado no Paço do Vitorino das Donas, da ilustre família dos Abreus Pereiras Coutinhos, junto a Ponte do Lima, na margem esquerda do rio.

*

Ora voltando ao nosso Miguel Leitão: o que é certo é que, desembarcado em Cascais o Duque de Alba, se rendeu ao General castelhano o forte de S. Gião; e que fêz o cavaleiro do Pretensor? que fêz? reflectiu na pouca validade das razões de seu amo, e entendeu, visto que estava perdida aquela causa, apresentar-se como servidor de el-Rei D. Filipe, por quem tinha voz grande parte da Nobreza. Isto não é calúnia da História, nem balela; conta-o o próprio Miguel (1)

Quer êle que eu o defenda da coima de ingrato? não posso. Foi ingrato. Essa nódoa ninguém lha tira. A sua posição, o seu nome, impunham-lhe outro comportamento. Mas ao menos, o que não está provado, nem o pode estar, é que para êsse desamparo da causa que abraçara fôsse comprado, vilíssimamente comprado, como tantos outros contemporâneos seus.

Além disso podia ser Fidalgo da Casa do Prior do Crato, e não achar justiça às suas presunções a Rei, como sucedeu, e sucede, a muita gente boa; êle não o esconde em vários passos da *Miscelânea* (2). As opiniões políticas são livres, libérrimas. Não o louvo pois, mas entendo-o.

---

(1) No seu diálogo III, a pág. 63 da edição de 1867.

(2) Por exemplo a pág. 136, 142. 159 da edição citada.

CAPÍTULO XV

No ano tenebroso de 1580 tinha Miguel Leitão de Andrada seus 27 anos. Não sei quando mudou de estado; o que vejo é que desposou uma D. Inês de Atouguia, que julgo filha de Francisco de Figueiredo Ribeiro.

Estava esta senhora destinada a trazer ao ex-cativo da mourama a sua mais negra página; crer-se-há? assacaram ao marido a morte de sua própria mulher. Os motivos não constam; consta apenas a suspeita formulada por alguns genealogistas.

Em que se fundava o laborioso Manço de Lima, escrevendo tais asserções a mais de um século de distância? teria visto o processo? teria compulsado documentos particulares coevos do crime? seria o eco de atoardas autênticas passadas de geração em geração próxima? ou bastou-lhe interpretar com uma hermenêutica pouco benévola certas palavras da própria *Miscelânea*? Não sei decidir de qual dessas origens brotou a asserção peremptória e sêca do Padre; o que por mim afirmo

é que procurei na Tôrre do Tombo (1), e debalde, o processo respectivo (que existiu e não devia ser muito magro); que o procurei nas sentenças de Moreira; que o procurei nas sentenças manuscritas da Biblioteca Nacional; que o procurei no rico arquivo do Tribunai da Relação de Lisboa (2), e que em parte nenhuma o encontrei. Arderia? teria ido para Castela? sumir-se-ia por qualquer forma? pode ser; de não me aparecer não infiro que não esteja ai algures, e muito à mão.

Vamos ao que importa nêste momento. O passo da *Miscelânea* em que o autor alude a certos trabalhos e misérias que atravessou, é portanto o único documento que me é dado seguir. Examiná-lo-hei com o microscópio. Das palavras do diâlogo x deduzo simplesmente o seguinte:

Foi (não sei quando) imputada uma morte ao Cavaleiro da Ordem de Cristo Miguel Leitão de Andrada. Todo o público falou, e se amotinou. Eram partes contra o réu homens poderosos, alguns até Desembargadores, Corregedores, relacionados em todos os Tribunais, e no próprio Conselho de Madrid. Que morte lhe atribuiam? quem eram essas partes, que assim pareciam tão directamente interessadas em acusar?

---

(1) Graças às diligências obsequiosas de João Pedro da Costa Basto, então Oficial maior do mesmo Real Arquivo, e há poucos anos falecido.

(2) Agradeço à memória do Conselheiro José de Meneses Toste, Secretário da Relação, e ao sr. António Carlos de Figueiredo Feio, Oficial da Secretaria, os seus bons auxílios.

Procedeu-se por ordem de um Corregedor da Côrte a severos exames, com médicos, com cirurgiões, e até com *parteiras.* Aí rompe um luzeirinho: tratava-se pois de uma mulher, e cumpria averiguar se falecera de morte natural, ou se fôra assassinada; mas nada prova por ora que fôsse esposa do indiciado matador. Cercaram-no de perguntas ardilosas, a ver se o faziam confessar; e êle *confessou* o que quer que fôsse, de que depois se justifica.

O Govêrno central de Madrid deu-lhe uma *carta de seguro,* com a qual o acusado julgou seria respeitado; pois de nada lhe serviu, porque, na própria audiência a que o chamaram, o prenderam sem mais cerimónias, mandando o Vice-Rei dizer para Madrid que não devia el-Rei D. Filipe livrá-lo da prisão, porque não era caso aquêle «a que devesse valer nenhum favor das leis.»

Soube disto um amigo de Miguel Leitão, e ainda talvez seu parente por afinidade, D. Fernando de Noronha, Conde de Linhares, e foi-lhe o logo dizer. Êle desesperou-se, cheio de razão, com tal abuso de confiança e tamanha deslealdade; e possuido da sua justa indignação, mas sem largar nunca o seu chiste, apelou do Vice Rei para o Rei, rogando-lhe por grande mercê uma coisa só: que o não houvesse de julgar como a Português vassalo seu, senão como a Turco ou Holandês, «porque—diziam as palavras textuais—que Holandês ou Turco não vem muito seguro a vossas fortalezas com um só escrito de qualquer vosso Capitão em vosso Nome? Pois a mim, senhor, não me prenderam na raia

de Castela fugindo, senão na vossa audiência, onde fui confiado no seguro que em nome de Vossa Magestade me foi dado. Êste mande Vossa Magestade se me guarde, sendo justiça, que não peço favor das leis, senão que não se torçam leis em minha destruïção.»

Levantou-se discussão no Conselho Real em Madrid; opinavam uns que se deferisse como pedia o suplicante, e outros que se fizesse o que dizia o Vice-Rei. As partes contrárias a Miguel de Andrada, subornaram as Justiças (segundo êle quer deixar entrever), e por fim de contas o Rei decidiu que se fizesse ao prêso justiça ordinária, a cabo de cinco meses de prisão no Limoeiro de Lisboa.

O prêso agravara da injusta prisão perante a Mesa da Consciência, que era o Juízo dos Cavaleiros das Ordens militares, a que êle pertencia como Cavaleiro da Ordem de Cristo. Êsse Tribunal representou ao Vice-Rei; ainda sôbre isso houve *grandes relutâncias e contradições*; afinal, e breve, expediu-se uma portaria da Vice-Regência mandando soltar o indiciado.

Pode calcular-se pouco mais ou menos quando foi o livramento: Miguel diz que quem despachou o seu feito foi já o Marquês de Castelo-Rodrigo D. Cristóvam de Moura; êste entrou em 2 de Fevereiro de 1608. Aí está pois fixada com certa aproximação aquela data.

Como seriam as alegres expansões de uma tal natureza entusiasta aos ver-se outra vez ao sol de Deus, e livre dos horrores dos cárceres do Limoeiro!

«E as partes quási não falaram mais,— diz êle com júbilo sincero — que deviam ter bem visto e sabido não haver na devassa coisa alguma; e êles não tinham outra que dizer contra mim, e por isso esfrearam na acusação, que dantes faziam acérrima.»

Mas o processo continuou, creio, apesar de sôlto o réu. Êste contrariou por negação o libelo acusatório, o que parece tê-lo feito caír em contradição com as confissões a que o obrigaram quando teve *carta de seguro*. Eram usos da rábula do tempo, que Andrada diz foram depois vedados por Lei.

Emfim, saiu a sentença declarando-o inocente, mandando-lhe dar baixa de culpa, e deixando-o ir em paz, sôlto e livre (1)

Eis aí tudo que diz, na sua linguagem de ir e vir, no seu estilo de azinhagas e altibaixos, a preciosa *Miscelânea*, fonte única genuína, que pude encontrar, desta história de trevas e lágrimas.

Do arrasoado conclui-se pouco, mas conclui-se que houve caso. Entrevê se na sombra a mulher morta; junto dela um homem, a quem a voz pública, (muita vez infame), e a quem as Justiças (muita vez falíveis) indigitam como assassino. Mas

---

(1) Tenho à vista o Título CXXX do Livro V das Ordenações Filipinas. Aí se lê, que não seja guardada a carta de seguro dada antes de três meses desde o cumprimento do crime; e noto estas palavras: «E isto haverá lugar quando o que tomar carta de seguro nega o malefício, porque *quando confessar, e alegar por si alguma defesa*, que por nossas Ordenações ou Direito lhe deva ser recebida, se lhe dará carta de seguro em todo o tempo sem aguardar mais algum dia.»

aquela mulher, nem depoïmentos no-la pintam, nem genealogias no-la dão a reconhecer; permanece no escuro, vagamente alumiada, vagamente vítima, serena e triste como uma Desdémona, sem se queixar, sem acusar...

*

O que é lamentável, e certo, é que, a despeito das crenças religiosas da era, se deram por então vários dramas domésticos, em que o ciúme desfechou em assassínio. Encontro (além de outras) a Sentença da Relação de Lisboa contra Bernardo de Vasconcelos de Castelo-Branco, degolado por matar sua mulher (Abril de 1684); e a outra do Conselho de Guerra contra Luís Álvares de Andrade e Cunha, degolado por ter mandado matar a sua por um mulato seu escravo (Outubro de 1734).

*

Seja, ou não, a misteriosa dona, a que se referem as atoardas, a citada D. Inês de Atouguia, filha de Francisco de Figueiredo Ribeiro, e primeira mulher do Cavaleiro Miguel, o certo é que não lhe pude por ora autenticar a pessoa.

Afirma que é ela o nobiliarquista Manço de Lima. O autor da *Miscelânea* diz com efeito algures: «Meu sogro é Ribeiro» (1). Pois em Atouguias, em Ribeiros, e em Figueiredos procurei com afinco,

(1) Diál. IV pág. 80 da edição de 1867.

e não encontrei a vitimada Inês; encontrei sim um Francisco de Figueiredo Ribeiro, filho de João Vaz Rabelo, e sucessor de um morgado (1). Casou êle com D. Margarida de Vasconcelos filha de Francisco Pedrosa Rebelo, que era dos Pedrosas do Algarve. Na filiação não vejo Inês, o que pode ser uma daquelas omissões tão freqüentes nos tombos genealógicos; mas vejo Simão Rabelo casado com uma filha do mesmo Francisco de Figueiredo; e Miguel Leitão diz algures na *Miscelânea:* «Simão Rabelo meu cunhado»: isso pois me induz a crer que D. Inês de Atouguia era filha dêste Francisco de Figueiredo, e que por qualquer motivo a omitissem. A ser assim, podia Miguel Leitão gabar-se de ter como outro cunhado um dos maiores perversos (a ser verdade o que dêle está escrito), um dos arruadores mais acabados, de que rezam as memórias, o senhor da casa, João de Figueiredo Vasconcelos, de quem alguma vez terei de falar, o que nêste momento me levaria longe. (2)

---

(1) Manço de Lima. *Rabelos,* n.º 351.

(2) Mais uma vez as genealogias iludiram o autor. D. Inês de Atouguia, a julgada primeira mulher de Miguel Leitão de Andrada, não era filha de Francisco de Figueiredo Ribeiro. Trás, é certo, o marido, na sua Obra, duas referências, ambas exactas, como seria natural. Numa diz «meu sogro é Ribeiro»; noutra fala em «Simão Rabelo, meu cunhado», mas essas referências fá-las, decerto, na constância do seu matrimónio com D. Francisca de Sousa. Esta sua terceira mulher é que era filha de Francisco de Figueiredo Ribeiro, e de sua mulher Margarida Ribeiro de Vasconcelos, (que

Mas vejamos: que há de romance, e que há de história em tudo isto? Não posso destrinçá-lo. Confundiu-me primeiramente o tom peremptório em que o citado escritor, que era lá vizinho do Pedrogão, e portanto podia ter recolhido tradições orais, e que além disso era laborioso e investigador de documentos, escreve sem mais rebuço:

«D. Inês de Atouguia, a qual êle matou, e não devia ser por culpa muito aveiguada, pois esteve por essa causa prêso muitos anos.»

Por outro lado observo que nessas poucas palavras há fel, e há inexacções. Primeiro que tudo, Manço de Lima, detesta literàriamente o tagarela da *Miscelânea*; não perde ocasião de dizer que o livro é mau, fútil, péssimo, etc. (1). Mas não é só literàriamente que o detesta; a sua antipatia chega a ofender mais do que o escritor, ofende o homem. Chega a duvidar de que Andrada fôsse Comendador, e insinua que só foi Cavaleiro. Dúvida absurda. Pois o autor da *Miscelânea* havia de

---

era filha de Francisco Pedrosa Rebelo), e irmã do citado Simão Rebelo, como se prova da documentação que encontrei quando da investigação da identidade de uma casa, nas vizinhanças do Chiado (*O Carmo e a Trindade*, vol. I, pág. 235). De D. Inês de Atouguia fica ignorada a filiação, e o crime atribuido a Miguel Leitão, de a matar, fica sòmente à conta da asserção do genealogista Manço de Lima, que, evidentemente, não simpatizava com o fidalgo de Pedrogão. *(Nota de M. S.)*.

(1) Essas são as ideias, e não as palavras textuais.

inculcar-se pelo que não era, e em público, e logo no frontispício do livro, e depois no Diálogo I? E havia de chamar-lhe Comendador, num documento oficial de 1602, transcrito no Diálogo XX, o Desembargador Luís Ferreira de Azevedo, Guarda-mor da Tôrre do Tombo, se não soubesse com certeza que Andrada o era? As vezes nas naturezas peninsulares há uns certos entusiasmos que arrastam, e tiram às críticas a sua fleuma; por isso desconfio de que o Padre se deixasse, sem o saber, dominar de alguma lenda provinciana, de alguma tradição malévola de comarca, ao escrever *D. Inês de Atouguia, a qual êle matou*; e noto que um tal nobiliarquista, que só escrevia à vista de testamentos, escrituras, justificações, acordãos, e mais papelada documental, não aduz para aquela tão grave afirmação uma prova única.

De mais, que significam as frases «Não devia ser por culpa muito averiguada, pois esteve por essa causa prêso muitos anos»? supõem *a contrário sensu* que, se fôsse por culpas muito averiguadas da esposa, o marido estaria pouco tempo prêso, pois lhe seria como que lícito matá-la; o que tudo dá o absurdo. Mas é que não esteve tal prêso *muitos anos*, e sim *cinco ueses*, segundo o próprio afirma em letra redonda, e na presença de todos os seus contemporâneos (questão de facto).

À vista de todo o exposto, não me atrevo, como jurado em tal pleito, a afirmar: se o bravo Cavaleiro de Alcácer-Kibir fêz, ou não, o que um século antes fizera o Duque D. Jaime de Bragança.

Não, não me atrevo a ver incurso no mesmo crime o pobre Miguel, visto não achar prova jurídica documental.

Mas tenho em contrário os seguintes indícios:

1.º — O tom desassombrado e livre com que êle, que podia calar-se, narra os trabalhos do processo, não se limitando a defender-se, acusando até;

2.º — A sua ilibação declarada por sentença pública (embora lhe não conheçamos os fundamentos, e os porquês);

3.º — Os seus ulteriores casamentos, que supõem que entre os parentes e o público ilustrado seria reputado fábula o caso do assassínio;

4.º — Emfim: ter recomendado em testamento aos herdeiros de D. Inês sufrágios por alma dela, o que mostra que mantinha ainda relações com êsses afins, e que a defunta merecia ao coração do viúvo o culto da estima, e da saüdade.

Descarregue-se pois por hora o Cavaleiro do pêso maior da culpa, e ilibe-se sobretudo a triste morta. Tenha paciência Manço de Lima; julgo o precipitado; e se o não foi, queixe-se de si: apresentasse as provas.

Foi durante esta sua primeira viüvez, que se nos deparou, como vimos, num dos serões da casa de Nicolau de Altero, como novo pretendente à mão de Brites de Andrada, o primo da casa, a quem, segundo apontei, não prejudicou a lenda tenebrosa que pairava sobre o seu nome. Celebrou-se o matrimónio, que não sei quanto tempo durou, e que foi infecundo como o antecedente.

Em virtude dêle passaram para a posse de Miguel Leitão de Andrada, algumas das melhores propriedades do *Bairro Alto*. Vinculou-as ao morgado que instituíu em 1627.

Na instituïção, que eu próprio vi, nada há notável; é sempre a mesma ideia da perpetuïdade, e da representação genealógica. Como o fundador não teve filhos, passou o vínculo para sua irmã mais velha, Antónia de Andrada, o que mostra que os filhos varões do velho Belchior tinham falecido todos antes de 1632. Esta senhora, de quem falei no lugar próprio, casou com Manuel Fernandes de Almeida, e teve em Condeixa um filho chamado Francisco, o qual, para poder suceder no morgado, usou, conforme a cláusula da instituïção, os apelidos maternos de Leitão e Andrada. Foi Desembargador do Paço de el-Rei D. João IV, seu enviado na Suécia e na Inglaterra, escritor citado por Barbosa, e pelo eminente Ramos Coelho; teve uma filha herdeira, por quem se perpetuou a linha (1).

Os bens do morgadío eram (além de outros em várias partes do Reino) o domínio directo de seis ruas no *Bairro Alto* de Lisboa: a *da Rosa*, a *de S. Boaventura*, a *da Vinha*, a *do Loureiro*, a *da Cruz*, e a *Formosa*, com as suas respectivas travessas e becos, além de uma herdade junto a S. Roque chamada o Monturo (2). Havia mais a

(1) Manço de Lima; e Manuel Álvares Pedrosa — *Nobiliário de famílias portuguesas*, mss. da Bibl. Nac. de Lisboa.

(2) *Miscelânea* — Diál. 10.º

herdade dos Cardais, que mencionei num dos capítulos supra; fora aforada por Nicolau de Altero em 1558 ao ladrilhador Jorge Fernandes; coube em partilhas a Brites de Andrada no valor de 150.000 reis, e legou-a esta senhora por sua morte a seu marido Miguel Leitão. Êle por escritura feita em Lisboa a 22 de Abril de 1622, na casa onde vivia, que erá à calçada de Santana, declara ter contratado com as freiras de Santa Marta o trocar-lhes a dita herdade por uma capela que possuiam no Pedrogão.

*

A propósito do Pedrogão: noto que, apesar da profunda afeição que sempre mereceu ao Cavaleiro aquela boa vila, teve êle, por qualquer motivo, de fixar em Lisboa a sua residência, segundo se vê de vários pontos do livro que nos deixou; por exemplo, no diálogo x leio: «Miguel Leitão de Andrada, que hoje vive, morador em Lisboa:» no diálogo II: «Santana de Lisboa, onde era vivo»; no diálogo XIII: «Lisboa, onde tenho minha vivenda;» e no diálogo III: «morando junto da Sé de Lisboa.» Habitou pois Lisboa; habitou-a muitos anos; habitava-a em 1622 ao celebrar a escritura que Manço de Lima viu; habitava-a ao tempo do seu falecimento. Por um ou outro fugitivo trecho da *Miscelânea*, vê-se porém que essas conversações noticiosas e eruditas foram escritas a espaços, e muita vez no Pedrogão.

*

Quer-me parecer que a vizinhança das monjas de Santana, as visitas freqüentes às festas do mosteiro, e o perfume suave e inspirativo que da campa de um morto ilustre se derrama, fortaleceriam no valente pelejador de Africa o seu culto de admiração ao imortal cantor das nossas glórias, seu contemporâneo ainda, e talvez conhecido seu, ou antes, provàvelmente conhecido seu, apesar da muita diferença de idades. Pelo menos, o Camões era relacionado com quási parentes de Miguel Leitão; haja vista o soneto

Em flor vos arrancou, de então crescida,
ah! senhor Dom António, a dura sorte,
donde fazendo andava o braço forte
a fama dos antigos esquecida.

Êsse D. António era filho do segundo Conde de Linhares D. Francisco de Noronha, marido de D. Violante de Andrada, prima, segundo alguns julgam, dos Andradas e Leitões. Bem pode ser portanto que um moço tão curioso e tão aplicado, como êste Miguel, forcejasse travar relações com o poeta; e bem pode ser que a recordação dessas relações lhe ficasse presente no espírito ao longo dos anos, depois de apagado o grande luzeiro.

*

Ao entrar a porta principal da igreja do mosteirinho de Franciscanas, lá no alto do monte de Santana, e ao topo daquela ingreme calçada que

saía por uma porta da Cidade, quanta vez não deteve Miguel os passos, e não encarou com olhos de tristeza, quási a meio do templo, uma sepultura rasa que desde poucos anos se achava ali, à esquerda, e sob a qual jaziam os restos de um pobre poeta cego e desvalido, que escrevera os *Lusíadas*! quanta vez não considerou aquela pedra singelissima, que além de um longo epitáfio em em latino, estava dizendo estas palavras melancólicas!:

AQUI JAZ LUÍS DE CAMÕES
PRÍNCIPE
DOS POETAS DO SEU TEMPO.
MORREU NO ANO DE 1579.
ESTA CAMPA LHE MANDOU POER D. GONÇALO COUTINHO
NA QUAL NÃO SE ENTERRARÁ NIMGUÉM.

*

Alguma ocasião, tendo talvez a vibrar-lhe na alma versos do poeta, pensou em erigir a tão ilustre conterrâneo um pequenino padrão; mandou azulejar uma parte da parede em frente à lousa; mandou pintar no azulejo de uma Cruz rodeada de uma tarja; na base da Cruz esta inscrição:

O GRÃ CAMÕES AQUI JAZ
EM POUCA TERRA EMTERRADO,
NAS TERRAS TÃO NOMEADO,
DE ESPADA TÃO EFICAZ,
QUANTO NA PENNA AFAMADO.

A cada banda mandou pintar uma figura; a primeira com um ramo verde na mão; a segunda com um livro, que sustentava um tinteiro e uma pena (1).

Não vemos aí, nêsse quadro simbólico, o preito sincero do admirador devoto ao grande épico? Não vemos aí, nessa manifestação piedosa, um como protesto público em nome da independência da Pátria? Há uma intenção sublime naquêle brado significativo proferido por um poeta cavaleiro ao ouvido de um morto, o mais cavaleiroso dos bardos de Portugal (2).

*

Não se sabe até que ano viveu Brites de Andrada, segunda mulher de Miguel Leitão. Em 1622 era já falecida desde muito, e direi o porquê: em 1622 celebrou o seu viúvo a escritura que citei pouco acima, e nela dá já sua prima como morta, sendo certo, pois êle o confessa na *Miscelânea* (3), que dessa segunda companheira do seu lar se conservara viúvo uns sete ou oito anos.

---

(1) Frei Fern. da Soledade. *Hist. Seraf. da Ordem de S. Francisco.* Tom. IV. pág. 527 e seg.

(2) Quem ler atentamente na edição Juromenha das obras de Camões a descrição minuciosa de todo o epitáfio, descrição que só apresentei por alto, encontrará a confirmação da minha conjectura de que Miguel Leitão tivesse tratado a Camões: é a *gratidão,* que êle encapotadamente dá como motivo do seu emprendimento.

(3) Dial. X, pág. 194.

Franciscus de Andrada Leitaõ Regis Portugalliæ Sacri Consistorij Consiliarius, Senator Aulicus, Eques. tris Ordinis D. N. Jesu Christi Miles Cruciferus, ad Regem Angliæ nec non unitos fœderati Belgij Ordines Generales Legatus nuper Extraordinarius, nunc ad Generales Pacis Tractatus itidem Plenipotentiarius — Extraordinarius. etc .

Depois casou terceira vez com D. Francisca de Sousa, cuja filiação ignoro, como os melhores genealogistas consultados. Esta senhora sobreviveu a seu marido, e ficou por testamenteira, mais seu sobrinho Francisco de Andrada Leitão, de quem ainda agora falei, e que herdou o morgado, já então Desembargador dos Agravos (1).

---

(1) Dos casamentos de Miguel Leitão de Andrada diz Braamcamp Freire *(Livro 1.º dos Brasões)*, pág. 372.

«Possuo um título dos Pais, da letra de D. Afonso Manuel de Meneses, Desembargador dos Agravos, que aí por 1714 escreveu o seguinte, depois de se referir à obra de Miguel Leitão: *O que acho de seus casamentos tambem é uma «miscellanea»; mas escrevo o que acho. Casou com D.... filha de Francisco de Figueiredo Ribeiro, e elle a matou, e devia a culpa* (dela) *não ser muito justificada, porque esteve* (êle) *por esta causa prezo muitos annos. Casou tambem com D. Francisca de Sousa, a quem nomeia por testamenteira..... Casou tambem com D. Ignez de Atouguia, a cujos herdeiros deixa oitenta mil reis.*»

Quando a mim, esta D. Inês mencionada em derradeiro logar deve-lo-ia ter sido em primeiro, e é a suposta assassinada. Quanto aos *muitos anos* de prisão, é segunda via do engano de Manço de Lima.

*

O genealogista D. Afonso Manuel de Meneses, citado por Anselmo Braamcamp Freire, referindo-se aos casamentos de Miguel Leitão, acha-os tão em miscelânea como a sua obra, e dá-lhe como primeira mulher D. Francisca de Sousa (que seria então a vítima), e como última a tal Inês de Atouguia, de que se desconhece a família. D. Francisca de Sousa, deve ter sido a última consorte de Miguel Leitão, em cujo testamento, feito em 1627, figura como testamenteira. *(Nota de M. S.)*.

*

O testamento de Miguel é de 28 de Setembro de 1627; documento piedoso, sério, e triste, cheio de legados pios; escrito em Lisboa na casa da calçada de Santana.

Faleceu o cançado cavaleiro em 7 de Setembro de 1632, cumprindo setenta e nove anos lidados e aventurosos como os que o são mais (1). Levaram-no a enterrar na casa do capítulo do próximo convento de S. Domingos, onde ainda no século XVIII o cobria uma lápide com as armas dos Andrades e Leitões.

*

E assim se apagou nma das personalidades mais variadas e coloridas das nossas letras, um homem notável pelo que fez e pelo que passou, e mais notável pelo que podia ter feito e deixado. Para ser grande só lhe faltou a oportunidade das circunstâncias, e a firmeza perseverante; mas apesar das suas fraquezas, das suas vulgaridades, das suas máculas literárias, aparece-nos êste curioso aventureiro de não sei que lampejos, com que se iluminam os herois.

---

(1) Anselmo Braamcamp Freire, *Livro 2.º dos Brasões*, pág. 520, e nota a pág. 376. Na 1.ª edição desta parte da minha *Lisboa antiga* enganei-me dizendo 1630, e dando a Miguel a idade de 77 anos.

CAPÍTULO XVI

Deixando agora de vez o autor da *Miscelânea*, tornemos a tomar um fio genealógico partido num dos capítulos supra, e mencionemos a

2 — *Bartolomeu de Andrada*, que é, como seu enteado Nicolau de Altero de Andrada, chamado pelos nobiliários *senhor* das terras onde se edificou o Bairro alto de S. Roque. Já lá averigüei quem êle era por ascendência; vejamos a sua prole.

Foi pouca; limitou-se a uma filha herdeira (1).

3 — *Isabel de Andrada*, rica proprietária, que veio a ser, de grande extensão do Bairro. Casou-a el-Rei D. João III, e bem, escolhendo-lhe para marido um Cavaleiro de tanto mérito, como era Vasco de Pina. Observa Miguel, com aparente orgulho de

---

(1) Como já se disse ao leitor, Bartolomeu de Andrade teve, não uma filha mas duas, Isabel e Brites de Andrade. Por errada indicação dos Nobiliários, esta deu-a o autor como filha de João de Altero de Andrade. Foi a que casou com Bastião da Costa, levando a seu marido parte dos prazos do Bairro Alto. *(Nota de M. S.)*.

família, ter el-Rei com um tal casamento querido pagar os serviços do noivo. A ponderação mostra da parte do primo da noiva certa má vontade, que êle depois confirma, dizendo ter sido o matrimónio muito contra a opinião dos Andradas. Não é já possível saber, ao certo, em que se fundavam essas repugnâncias domésticas. Às vezes prendem numa questão de fisionomia, de maneiras, num dito, numa precedência, numa rivalidade pueril; a pobre natureza humana é assim feita. Quanto a estirpe e valia, não versavam por certo as antipatias dos orgulhosos Andradas e Leitões, pois era Vasco de Pina um nobre de linhagem tão boa como a dêles, ou melhor, com quanto a fama pública rosnasse de alguma leve mácula de sangue judaico; e aí estaria talvez o motivo das repugnâncias.

Era filho de Diogo de Pina, e Capitão que deixou nome pelas crónicas. Damião de Góis menciona-lhe os feitos, e inculpe-lhe o nome. Os Moiros de África deviam mencioná-los também, mas cheios de terror. Foi Comendador do Rosmaninhal na Ordem de Cristo, Védor da fazenda dos Infantes D. Afonso e D. Henrique, Alcaide mór de Alcobaça, e Védor dos pinhais Reais de Leiria. Acompanhou em 1510 a Nuno Fernandes de Ataíde, Capitão de Safim, e foi dos que tiveram a glória de rechaçar os cercadores da praça. No ano seguinte, passaram os Moiros de assaltados a assaltantes, e o valoroso Vasco lá se encontrou também nas incursões, ou entradas (*raţias* diríamos hoje), com que os Portugueses varreram oito

léguas de território turquesco, destruiram vinte e três aduares, e trouxeram mais de quinhentos prisioneiros.

Seria alongar demasiado êste ponto acessório do livro querer amontoar aqui os muitos recontros, em que brilhou o nome de Vasco de Pina, depois dos quais recolheu ao Reino, e gozou a sua decente aposentaria na administração dos pinhais Reais, e na do casal que recebeu ao desposar Isabel de Andrada, a qual devia ser uma das sortes grandes de Lisboa. Só direi que êle, por mandado de 19 de Novembro de 1521, recebeu 300 cruzados como Alcaide mór e Provedor de Alcobaça (1), e que vivia ainda em 1531, pois em 3 de Outubro lhe mandou el-Rei D. João passar alvará de uma tença de 10.000 reais em sua vida para manter as filhas que tinha Freiras (2).

*

Agora ponderarei o seguinte:

A respeito da data aproximada do casamento de Bartolomeu de Andrada, pode discordar do que eu escrevi quem lêr as genealogias de Manço de Lima (manuscrito da Biblioteca Nacional) na familia *Pina;* peço licença para me explicar, aditando o que disse êsse laborioso Padre.

Vejo na Crónica dos Trinitários que em 1513 Bartolomeu aforou aos mesmos Monges um ter-

(1) Severim de Faria—*Tôrre do Tombo*, citada, P. I, fl. 110.
(2) *Chancelaria* de el-Rei D. João III, Liv. 9.º, fl. 95 v. Comunicações de Anselmo Braamcamp Freire.

reno; conjecturando, com certa probabilidade, que êsse terreno adviesse ao directo senhor por cabeça de sua mulher, digo: casou antes de 1513. Podendo seus pais, Gil Tomé Pais e Isabel de Andrada, ter casado em 1490, podia Bartolomeu ter em 1513 uns vinte e dois anos, ser casado, e ter já uma herdeira. Nestas presunções nada há inverosimil.

Isabel casou com Vasco de Pina; Manço de Lima diz que em 1527 já havia dêste matrimónio um filho, que, embora muito novo, foi então para a Índia com 300.000 rs. de tença. Isto viu êle algures; ora, se a data vem certa, um filho já militar em 1527 remonta o casamento de seus pais aos primeiros anos do século; mas então, não é verdadeiro o dito de Miguel Leitão, que nos dá o casamento patrocinado por el-Rei D. João III, isto é depois de 1521, a não ser que êsse Soberano promovesse o matrimónio quando era apenas Príncipe, e menino de poucas primaveras, o que é absurdo. Isto de falar sem os documentos à vista é arriscado; não tenho porém a bruxaria de compulsar certidões que não existem (1).

---

(1) Não encontrei prova concreta de Bartolomeu de Andrade sêr filho do Almoxarife das Tercenas e Armazéns, Gil Tomé Pais. O escritor Mário Sá, no seu notável opúsculo «Origens do Bairro Alto de Lisboa», diz que o pai de Bartolomeu teve um irmão, Pero de Andrade, pai da sua primeira mulher (e portanto prima direita) Helena de Andrade. Êste informe, cuja justificação desconheço, contraria a filiação dos genealogistas aceita por Castilho, que a faz filha de um Rui Pais de Andrade, e que me parece um tanto ou quanto imaginosa.

*

Além das tais filhas que foram freiras, houve do casamento de Vasco de Pina com Isabel de Andrada vários filhos.

4 — *Bartolomeu de Pina* primogénito; atendendo aos serviços de seu pai, teve, por alvará datado de Évora a 5 de Maio de 1537, uma tença de 20$000 reais (*Chancelaria* de el-Rei D. João III, Liv. 24, fl. 102 v.) (1).

4 — *Manuel de Pina* foi Moço Fidalgo acrestado a Escudeiro Fidalgo com 6.500 reais de moradia, por mandado de 8 de Julho de 1520 (2).

Se o não confundo com algum homónimo contemporâneo seu, vejo que Manuel de Pina casou com Ana Rodrigues. Apresentou alvará pelo qual el-Rei D. Sebastião lhe fizera mercê a ela, filha de Simão Rodrigues, do ofício de Escrivão diante dos Juizes do Cível de Lisboa, vago por falecimento do dito seu pai, havendo respeito a êle falecer na dita cidade do mal da peste (1569), isto para a pessoa que com ela casasse. O alvará é datado de Sintra a 7 de Setembro de 1570. Aparece Carta do dito ofício a Manuel de Pina, casado com a dita Ana, em Lisboa, 3 de Agosto de 1588 (*Doações* de el-Rei D. Filipe I, Liv. 19.º fl. 60) (3). Foi Manuel de Pina Fidalgo da Casa Real, e teve

---

(1) Comunicação de Anselmo Braamcamp Freire.

(2) Severim de Faria — mss. intitulado *Tôrre do Tombo*, de que tem cópia Anselmo Braamcamp Freire, P. I, fl. 109.

(3) Comunicação de Anselmo Braamcamp Freire.

mercê da Capitania das Ilhas de Maldiva por cinco anos, em Lisboa, a 19 de Janeiro de 1527 (*Chancelaria* de el-Rei D. João III, Liv. 30, fl. 86) (1).

4 — *Gonçalo de Pina* foi também Moço-Fidalgo, acrescentado a Fidalgo-Escudeiro em 31 de Janeiro de 1521 com 6.500 reais (2). No rol dos confessados de 1539, 40, e 41, aparece como Cavaleiro Fidalgo, com 1.500 reais de moradia mensal (3). Foi Fidalgo da Casa Real, e teve, por mercê datada de Évora a 30 de Novembro de 545, a Capitania e feitoria da fortaleza de Arguim por três anos, com o ordenado conteúdo no regimento. (*Chancelaria* de el-Rei D. João III, Liv. 33, fl. 31) (4).

4 — *Rui de Pina*, Escudeiro-Fidalgo em 1528 (5).

Dos dois primeiros sabe-se terem morrido na Índia em idade florescente.

Outra ilustração da família era o cronista Rui de Pina, que julgo primo-irmão de Vasco, netos ambos de Fernão de Pina, e portanto com bisavós e trisavós comuns. Armas e letras.

*

Por falecimento de Vasco de Pina, que tão pouco aceito parece ao escritor da *Miscelânea*, casou

---

(1) Comunicação de Anselmo Braamcamp Freire.
(2) Ibid. — fl. 111.
(3) Ibid. — fl. 116.
(4) Comunicação de Anselmo Braamcamp Freire.
(5) Ibid. — fl. 115.

sua viúva Isabel de Andrada segunda vez com D. Martinho Vaz da Cunha, filho de D. Aires da Cunha, 15.º senhor de Táboa. Era Escudeiro-Fidalgo, com 2.520 reais de moradia, e aparece no livro dos confessados de 1539, 40, e 41 (1).

Esse D. Martinho foi pois padrasto de Manuel de Pina, de Gonçalo, e dos mais. Por morte da mãe, metade dos bens coube aos rapazes, e a outra metade ao viúvo. Êles deram gratuitamente algum chão para se edificarem as igrejas das Chagas e de Santa Caterina, e, falecendo solteiros, deixaram os seus haveres à Misericórdia de Lisboa. D. Martinho comprou então à mesma Misericórdia o quinhão dos enteados, por 9.000 cruzados, ficando portanto sua tôda a fazenda de seu opulento sogro Bartolomeu, isto é, como observa Miguel Leitão, passando inteira dos Andrades para os Cunhas; casa importante, pois era segundo a *Miscelânea*, «todo ou quási todo o Bairro alto», depois de «quási todo aforado» (2)

Falecendo D. Martinho sem geração, provàvelmente deixou o que tinha ao representante da Casa de Cunha. Se ficou vinculado, não sei; se ficou livre, em breve passaria a outras mãos. Os Cunhas ali moraram; e na próxima igreja paroquial de Santa Caterina se via uma sepultura raza, que dizia:

Sepultura de D. Mel Alv'z da Cunha, Commendador da Ordem de Xp.º Chefe da mui antiga e

---

(1) Ibid. — P. III, fl. 854.

(2) Essas notícias trazem-nas os Nobiliários, e completa-as a *Miscelânea*.

Illustre familia dos Cunhas, que tendo nesta Cidade trez Capellas, por humildade se mandou lançar na sua Parochia, viveo 65. annos e 8. mezes e 13. dias, morreo em 9. de Setembro de 1627. annos (1).

Proveio certamente destas partilhas a casa às Chagas, que no princípio do século XVIII pertencia a D. Pedro da Cunha senhor da Táboa (2). Era situada entre as travessas *do Sequeiro* e *da Laranjeira*, e creio ter sido quási sempre a residência da família Cunha na Capital. Foi vendida pelos senhores Condes de Cunha não sei a quem, e em seu logar se levanta hoje o opulento palácio moderno dos herdeiros de Gaspar José Viana (3). Foi aí mesmo, que em 1647 começou D. António Álvares da Cunha, Trinchante-mór, e continuou até 1668, a Academia chamada *dos Generosos*. Interrompeu-se então êste congresso, e recomeçou em 1685 e 86. Por morte de D. António, seu filho D. Luiz restaurou a Academia, de que era secretário o Conde de Vilar-maior (4).

A próxima rua *da Horta seca* ainda tem relação com Vasco de Pina; essa horta sequiosa e árida, tão vizinha do sequeiro que deu nome à travessa, era do Védor dos pinhais de Leiria, e como tal é mencionada nas confrontações do aforamento

(1) Anselmo Braamcamp Freire. — *Livro 1.º dos Brasões*, pág. 414, citando Sousa, *Memórias sepulcrais*, fl. 180.

(2) *Chorogr.* de Carv. Tom. III, pág. 502.

(3) Falecido, se não me engano, em Abril de 1878.

(4) Blateau — *Vocab.* — verb. Academia.

de um chão ali pelos sítios do actual largo *do Barão de Quintela* (1).

Horta sem água, casa sem telhado — diz o rifão. Desmentiu-o a horta sêca de Vasco de Pina, senhor, como vimos, de casa farta e poderosa (2).

---

(1) Indicação obsequiosamente comunicada por José Ferreira Chaves, distintíssimo pintor, e zeloso empregado na Câmara Municipal. — Agradeço à sua memória. Chaves é falecido.

(2) Diz o autor que a casa dos Cunhas, às Chagas, que situa entre as travessas do Sequeiro e da Laranjeira, na Rua das Chagas (ou Direita do Vale das Chagas), proviera certamente das partilhas dos Andrades e dos Pinas. Castilho sentiria abalada a sua convicção se soubesse que tal casa, feita cabeça do morgado de Santo António, em Santa Maria da Vitória, instituido por Fernão Álvares da Cunha e por sua mulher Joana Vaz (filha do dr. António Vaz, fidalgo da da Casa, Capelão de el-Rei e Mestre Escola da Sé), fôra edificada por êstes num prazo que lhes fôra aforado pelo Cabido da Sé de Lisboa, como se vê claramente de escrituras que compulsei no Cartório da Casa dos Condes da Cunha, hoje, pelo menos parte, na posse das irmãs do meu falecido amigo e condiscípulo, o Coronel Cristóvam Aires de Magalhães Sepúlveda, descendentes daquêles titulares, por linha materna. Como se vê da instituição do morgado, êsse prazo ficava na Rua Direita das Chagas, esquinando para a Rua do Vale das Chagas (chamada depois de «Duarte Belo»). Compunha-se de dezasseis chãos com quatro frentes. Os bens de tal morgado, além desta casa, eram um casal à Carreira dos Cavalos, outro em Rilhafoles, outro à Cruz do Tabuado, e três olivais, um nêste local, outro à Fonte do Louro, e outro a Santo António dos Capuchos, a que chamavam «Coroa dos Frades» ou «Carreira dos Bachareis». Êste fôra doado pelo dr. António Vaz, a sua filha Joana Vaz, em 1562. Ainda outros bens em Valada, Almeirim, Cascais, Pay Calvo, Almargem do Bispo

*

De tudo que fica exposto deduzo a maneira por que a larga propriedade do velho João de Altero foi dividida, conforme indiquei, entre a viúva e os

---

e Alcochete completavam a fazenda do morgado, assim como um outro olival acima de São Jorge de Arroios, um quintal com pôço, em São Tomé do Penedo, e umas casas velhas no bêco das Cabras, que mais tarde foram vendidas (1716) por D. Pedro Álvares da Cunha. Por um contrato feito em 28 de Junho de 1593, Fernão Álvares da Cunha, partilhou com sua irmã Ana da Cunha, casada com Lourenço Vaz da Cunha, os rendimentos dêste morgado da Capela de Santo António em N. S. da Vitória.

Êste arrazoado genealógico põe-nos no conhecimento de que os terrenos que medeavam entre as Convertidas e a Bica de Duarte Belo (antiga Rua do Vale das Chagas), êstes, pelo menos, estavam fóra da herdade da Boa Vista, ou tinham sido desencorporados dela, visto que o seu domínio directo no meado do quinhentismo, pertencia ao Cabido e não aos Atouguias. Sabe-se que o Cabido da Sé de Lisboa era senhor de muitos tratos de terreno ao Poente da cidade, senhorio que derivára de doações feitas nos primeiros tempos do Reino, mas seria essencial uma consulta ao seu cartório, ainda por explorar, para satisfazer, nêste ponto e noutros, às naturais curiosidades da investigação. ¿Teria D. Martinho Vaz da Cunha, feito dêles qualquer doação, após a morte do seu único filho, D. Tomaz da Cunha, que falecera solteiro, vindo da Índia para Lisboa? ¿Pertenceriam já os terrenos ao Cabido, à margem da estrada de Santos incrustados na herdade de Guedelha Palançano, que descaía para a margem?

Fôsse como fôsse, os dezasseis chãos, onde Fernão Álvares da Cunha ergueu o seu palácio, e, possìvelmente, aquêles onde se firmaria a casa dos Barros Cardosos, depois de Francisco Barreto, depois do Conde de Sandomil,

filhos do primitivo dono: coube o alto do monte a Nicolau de Altero, e a falda à viúva. Assim, achamos que todos os haveres de Nicolau eram lá por S. Roque, Cardais, rua da Rosa, etc.; e os de Bartolomeu para baixo da porta de Santa Caterina, pelas Chagas, e por Belver (1).

*

Já se reconhece pois, que bem dotada foi de fundos territoriais esta gente, cuja divisa genealógica parece ter sido *união, fôrça.* E além dêstes, outro Andrada, que talvez fôsse membro da família, edificou em Lisboa casa, que deu merecido brado por sua opulência e elegância; falo de Fernando Álvares de Andrada, Fidalgo da Casa de el-Rei D. João III, e do seu Conselho, Escrivão da fazenda e Tesoureiro-mór, Cavaleiro da Ordem de Cristo, padroeiro do priorado de Santa Maria de Aguiar, e fundador do mosteiro dominicano da Anunciada de Lisboa. Já tratei dêle, mas direi mais.

---

depois dos Rebelos Palhares e Quinhones de Matos Cabral, na esquina da Rua das Chagas para a Rua Direita da Calçada do Combro, eram do domínio directo do Cabido e não dos Atouguias, e portanto, estavam fóra da Herdade da Boa Vista, aforada por Filipe Gonçalves, em 1487, a Dona Judia, viúva de Mestre Guedelha.

(1) Para se vêr como foi feita a partilha das Herdades do Guedelha Palançano, vendidas aos Atouguias e aforadas a Bartolomeu de Andrade, consulte-se o quadro genealógico, inserto a pág. 30-A.

Era (segundo parece sem provas) um espanhol da mesma Casa dos Condes de Andrada em Galiza, donde diziam descender os ramos portugueses, e portanto ainda talvez parente do Nicolau e de Bartolomeu de Andrada, de Miguel Leitão, e dos mais, que já conhecemos. Que foi considerado e estimado, tudo o demonstra, até o próprio casamento de sua filha D. Violante de Andrada com o segundo Conde de Linhares D. Francisco de Noronha em 1535 (1).

A casa a que me refiro, edificada por Fernando Álvares de Andrada, era defronte do mosteiro, lá em baixo, às hortas do Vale verde, extramuros. Faziam moldura ao vastíssimo quarteirão do palácio e suas pertenças as hortas ao poente (depois rua *oriental do Passeio*, hoje *Avenida)*; ao Norte o terreiro que é o largo *da Anunciada*; ao Nascente a rua que saía das portas de Santo Antão, rua que no século XIV se tinha chamado *a carreira dos cavalos* (2); e ao sul a viela que era a prolongação da actual calçada *da Glória*, e que veio a

(1) Pode consultar-se a *Hist. gen. da Casa Real.* Tom. V. pág. 257.

(2) Segundo refere Baltazar Teles, que o viu numa escritura do ano de 1400. — *Chron. da Comp.*, part. I, l. I, cap. 17, n.º 6, pág. 84.

*

A rua que saía das Portas de Santo Antão (a nossa actual Rua Eugénio dos Santos) chamou-se a «Corredoura» e não Carreira dos Cavalos. O informe confuso de Baltazar Teles é que deu origem ao lapso. *(Nota de M. S.).*

chamar-se rua *dos Condes*. Essa vivenda senhoril, erguida em 1530, e vinculada, veio a pertencer à Casa da Ericeira do seguinte modo:

Álvaro Peres de Andrada (1), que era filho de Fernão Álvares, casou, e teve por herdeira sua filha D. Isabel de Castro. Esta casou com D. Fernando de Meneses, de quem foram representantes os Condes da Ericeira, senhores do dito vínculo da Anunciada. Tal é a história da residência fastuosa, onde as artes e as ciências se achavam como em solar muito a seu gosto.

Os Meneses, com a sua bizarria e grandeza, fizeram aí melhoramentos, que tornaram o palácio da Anunciada um dos melhores da Cidade; João Baptista de Castro dá-lhe 120 casas, 10 pátios, mais de 200 pinturas (2), etc. Logo os adidos eram magníficos: entrava-se por um claustro de colunas; ao meio repuxava uma fonte, como nos átrios dos regalões romanos. O réz do chão era uma região fantástica, adornada de grutas e fontinhas, e onde não penetrava a calma tórrida de Lisboa; aí se encontrava a célebre livraria dos Condes da Ericeira, que viu tantos doutos, e ouviu tantas conferências académicas aos primeiros engenhos do antigo regímen; figurava como a melhor de Portugal, dizem, pela quantidade de selecção dos

---

(1) Encontro-o indicado com essa filiação a pág. 652 do Tom. VI das Provas da Hist. Gen. numa lista de Moços fidalgos em 1592; e outra vez a pág. 836 do Tom. II das mesmas Provas.

(2) *Mapa de Portugal*. Tom. III, pág. 170.

volumes, e não menos pelos adornos adequados, glôbos, instrumentos de física, bustos, e medalheiro (1); quatro grandes casas, cheias de volumes raros e excelentes manuscritos (2). A tão inspirativa biblioteca deviam muito os estudiosos, num tempo em que não as havia propriamente públicas e nacionais, e em que apenas a hospitalidade proverbial dos conventos abrigava nas suas opulentas livrarias os sábios e estudiosos.

Ocorre-me por exemplo a do célebre convento de S. Domingos, ao Rossio; duas grandes e bem sortidas salas, cheias de bons livros, alguns raros, e muitos manuscritos, que lhe legara o erudito Beneficiado Francisco Leitão Ferreira. O fundador desta livraria foi o Padre Frei Manuel Guilherme, que a franqueou ao público, dando lhe dois bibliotecários, e renda grande para seu aumento (3).

O mesmo acontecia na biblioteca dos Ericeiras. Nela, segundo diz um contemporâneo, se achava asilo e direcção, e tinha cada um aquelas riquezas como próprias suas, podendo até levar de empréstimo as obras, sem reserva das melhores e mais raras, e ouvir os conselhos do generoso hospedeiro ( ).

Aquêles Ericeiras eram assim; foram devéras gente notável, em quem o talento se transmitia

---

(1) Castro. *Mapa de Portugal.* Tom. III, pág. 170.
(2) Moreira de Mendonça. *Hist. dos terremotos.* Pág. 130.
(3) Moreira de Mendonça. *Hist dos terremotos.* Pág, 130.
(4) Sousa. *Hist. Gen. da Casa Real.* Tom. V, pág. 377.

com o sangue; ¡se até nas senhoras resplandecia! Para honra do patriciado português é preciso dizer-se, que tais casos não foram raros por cá.

Das salas do palácio da Anunciada descia-se para o jardim, sombreado certamente de buxos recortados e árvores, segundo os ditames do rígido Le Nôtre, e adornado de uma fonte esculpida pelo notável Bernini (1), que era tida pela melhor do Reino. Seguia-se uma grande rua coberta de redes para viveiro, onde chilreavam os melhores pássaros cantores. Depois o pomar e as hortas circunjacentes.

---

(1) A fonte que há na quinta de Belas, e que é do Bernini, era a dos Ericeiras, vendida a um dos senhores da Casa de Belas. Tenho esta notícia por muito autêntica, pois me a transmitiu em 1878 o próprio Marquez de Belas, espírito ilustrado. Confirmo-a com uma interessante comunicação que me fez o meu douto amigo o sr. José Ramos Coelho em 26 de Junho de 1902, e que é a seguinte: o Conde da Ericeira encarregou o seu amigo Frei Luiz de Sousa, Arcebispo de Braga, Embaixador em Roma, para onde partiu nos fins do ano de 1675, de mandar lá fabricar por um bom escultor uma fonte monumental. Existem sôbre o assunto duas cartas do dito Conde, na colecção da sua correspondência, em três volumes, dois originais na Biblioteca Real da Ajuda, e um de cópias na Tôrre do Tombo.

*

A fonte que estava, e ignoro se ainda está, na Quinta de Belas, não era de certo de Bernini. Dou por aceitável, em vista da informação dada pelo marquês de Belas ao autor, que a fonte de Bernini que estava no jardim do Palácio dos Ericeiras, fôsse transferida para essa propriedade, mas se o foi, o tempo destruiu-a ou foi substituida. *(Nota de M. S.)*.

C. M. L.
GABINETE
DE ESTUDOS
OLISIPONENSES

A escadaria que levava ao andar nobre era sumptuosa; desembocava em quatro salões aderessados de preciosas telas de Ticiano, Corrégio, Rubens, e outros. Êsses salões davam de plano para um eirado todo de mosaico, cheio de estátuas de mármore.

Tal era a habitação dos eruditíssimos Meneses, como no-la descreve uma testemunha ocular de tantas elegâncias (1).

¡Tudo isso já lá vai!...

*

O que porém ficou, e tarde poderá apagar-se, é a memória das reuniões literárias da livraria.

Em 1665 instituiram-se ali, sob a protecção, e talvez presidência, do Conde, umas conferências eruditas, a que não assistiu o meu informador, o grande Bluteau (em cujo *Vocabulário* achei esta notícia) (2), por não se achar ainda então em Portugal. Num dos meus subseqüentes capítulos veremos o renascimento dessas conferências em 1696.

*

Nesta casa da Anunciada aconteceu uma grande desgraça, de género pouco comum então graças às crenças religiosas que iluminavam a vida social: suicidou-se o 3.º Conde da Ericeira, D. Luiz de Meneses, atirando se em 26 de Maio de 1690 de uma janela sôbre o jardim. ¿Porquê? ignora-se.

---

(1) Carvalho — *Chorogr.* T. III, pág. 438.
(2) Verb. *Abestruz.*

Já em 1696 encontra esta família fora do seu solar, e morando de aluguer, talvez desde alguns anos, no palácio do Cunhal das Bolas, ao Bairro alto (1). Pode conjecturar-se que o desgôsto do tristíssimo acontecimento obrigaria os Ericeiras a esta deslocação.

O palácio da Anunciada, subseqüentemente tornado a habitar pelos donos, arruinou-se de todo pelo terremoto.

*

Antes que o sr. Nunes, algibebe da rua de S. Julião, tivesse ali edificado o seu vasto palácio, e os proprietários limítrofes os seus, era todo aquêle quarteirão histórico, entre a rua *Oriental do Passeio* (hoje *Avenida*), o largo *da Anunciada*, a rua *das Portas de Santo Antão*, e a rua *dos Condes*, um acervo sensabor de casebres e ruínas; ¡tudo que restava do esplendor dos Ericeiras! Apenas o teatro da rua *dos Condes* dava ali sinal de vida.

Entre os vários telheiros e montões de caliça, que enchiam o perímetro do antigo palácio e dos antigos jardins, uma ou outra vez se anicharam barracas de arlequins, feras, e teatrinhos. Lembro-me apenas do admirável (e nunca visto em Lisboa) TEATRO MECANICO; sua primeira representação foi em 9 de Janeiro de 1858.

Sete anos andados, já Manuel Nunes Correia projectava a sua edificação, riscada e executada (se não me engano) por Cinatti.

---

(1) Blateau — *Prosas académicas*, pág. 1.

Em 8 de Junho de 1865 remetia o Intendente das Obras públicas à Câmara Municipal o prospecto para o palácio, pedindo a expropriação de uma pequena porção de terreno para ficar a rua mais larga (1).

(1) *Arch. Mun. de Lisb.* — 1865, n.º 287, pág. 2.296.

*

Sôbre êste local onde foi o palácio dos Ericeiras e depois dos Louriçais, tem o anotador uma multidão de notícias, mas como se não trata do Bairro Alto, não as acrescento, reservando-as para uma melhor oportunidade. *(Nota de M. S.).*

CAPÍTULO XVII

Agora vamos correr muito pela rama os sítios mais famosos do *Bairro alto*, e a crónica das suas principais casas religiosas e particulares. Onde souber notícias inéditas, dá-las-ei; onde só tivesse de repetir o que outros apuraram, passarei rápido; e como as fontes são conhecidas, o leitor pode ir em pessoa encher a elas o seu cantarinho.

Começarei pelo largo *de S. Roque*, um dos trechos lisbonenses de maior interesse histórico. Aqui há palácios, recordações públicas, e uma igreja digníssima de detido exame.

*

Antes de tudo: as vivendas do *Bairro alto* merecedoras de menção seriam mais de trinta. Para não alongar a demasiados volumes este escrito despretencioso, não irei investigar a origem de cada uma delas; ¿mas quer o leitor fazer uma ideia rápida da mina que podia explorar? aqui lhe cito sem ordem o que me lembra: o palácio que foi dos Condes de Soure, na travessa *do Conde de Soure*; o do

Conde de Ficalho, na rua *dos Caetanos;* o que foi dos Marquezes de Niza, em *S. Roque;* o que foi de D. Estêvam de Faro, e de D. Henrique de Noronha, defronte da portaria de S. Roque; o do Cunhal das Bolas, na rua *do Carvalho;* o dos Marquezes de Olhão (onde foi o Correio geral) ao *Calhariz;* o dos Marquezes de Pombal, na rua *Formosa;* o dos Duques de Palmela, ao *Calhariz;* o dos Condes do Sobral, ao *Calhariz;* o que foi dos Galvões Mexias, na rua *dos Moiros;* o dos Viscondes da Lançada, na rua *Formosa;* o do antigo negociante Jacome Ratton, na mesma rua; o que foi dos Cunhas morgados de Paio Pires, depois Condes de Lumiares; o do célebre arquitecto de el-Rei D. João V Ludovice, em *S. Pedro de Alcântara;* o que foi dos Rebelos, na travessa *da Queimada;* o do *Diário de Notícias*, na rua *dos Calafates;* o que foi dos Marquezes de Valada, ao *Calhariz*, depois do Conde da Azambuja; o que foi dos Condes *da Atalaia*, hoje pertencentes aos herdeiros de Carlos Relvas; o do Conde de Tomar, António, a *S. Roque*, fundado por Gaspar de Brito Freire; o do *Jornal do Comércio* e tipografia de Castro e irmãos, nas ruas *de Belver* e da *Cruz de pau;* o que foi de José Silvestre Ribeiro, na rua *de Belver;* o palácio da esquina da rua *das Chagas* para o *Calhariz*, onde esteve a Legação de Espanha; o que foi dos Viscondes de Condeixa, na rua *da Horta sêca*, onde fôra residência dos Condes da Tôrre; o dos herdeiros de Viana, e que foi dos Condes de Cunha na rua *das Chagas;* o do Conde de Casal Ribeiro, às *Chagas*, que foi dos Castros (Novas Goas); sem